

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
DA COMUNICAÇÃO - DOUTORADO

Marcelo Engel Bronosky

(Quase) Tudo sob controle:

Estratégias de apropriação de
manuais de redação por jornalistas em periódicos diários

São Leopoldo – RS
Outono de 2008

MARCELO ENGEL BRONOSKY

(Quase) Tudo sob controle:

Estratégias de apropriação de
manuais de redação por jornalistas em periódicos diários

Tese apresentada para obtenção de título de doutor junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, tendo por orientador o Professor Doutor Antonio Fausto Neto.

São Leopoldo – RS
Outono de 2008

MARCELO ENGEL BRONOSKY

A Diovana e Guilherme, meus amores,
pela compreensão
e paciência.

Agradecimentos

Estruturar um trabalho desta natureza, considerando suas exigências, seu tempo de preparo e sua complexidade, exige um esforço que não pode ser reduzido a uma pessoa. Portanto, este estudo é o resultado da participação de muitos colegas, que ao longo destes anos todos, contribuíram para sua realização. Tentarei fazer justiça destacando alguns, mas já sabendo que minha memória me trairá, até por que é algo que certamente é lembrado no final do trabalho. Para estes, antecipo desculpas, pois também sou humano, e como tal os tenho no coração.

Gostaria de iniciar agradecendo a Capes pela bolsa e a Unisinos pela estrutura impecável que me proporcionou, especialmente através de seu corpo docente, que nunca se furtou em debater meu problema de pesquisa. Entre eles destaco os professores Braga, Jairo, Valério, Efendi, Christa. Obrigado!

Meus colegas do doutorado também tiveram participação efetiva, alguns deles muito além do ambiente acadêmico, como a companheira Paula, o padre Otávio, Luiz Inácio, a amável Denise e parceiro Norberto. Legal conhecê-los. Rendo agradecimentos os colegas do curso de Jornalismo da UEPG, entre eles Gadini, Cíntia, Karina, Rafael e Hebe. Obrigado pelas discussões. Lembro de alguns amigos que fiz em terras gaúchas, entre eles meus parceiros de almoço de domingo, Luiz Fernando e Leonardo. Valeu mesmo. Ainda pensando nos amigos gaúchos, não posso deixar de agradecer ao casal de amigos Ademir e Samuara, que nestes últimos anos, me acolheu em sua casa sem reclamar. Este trabalho é também de vocês.

Antes de falar da participação da minha família, não posso deixar de reverenciar a participação do meu orientador prof. Antônio Fausto Neto, que nestes anos dedicou seu tempo, sua paciência e seus esforços para que eu chegasse a este ponto. Tenho certeza que se fosse outro, eu não estaria aqui. Obrigado por me guiar.

Quanto a minha família, só posso dizer que ela é a responsável pela feitura deste documento. Sem ela não teria condições para realizar tal empreitada. A ela devo tudo, especialmente a minha companheira Diovana e o meu filho Guilherme. Amo vocês! Agradeço a minha irmã Inês pela revisão atenta. E a minha exigente mãe, que em nenhum momento deixou de acreditar em mim, mesmo quando eu mesmo duvidava disto. Por fim, agradeço ao meu pai Alexandre que, mesmo não podendo ver este momento, tenho certeza, está olhando por mim lá do céu. Saudades.

Resumo

É recorrente a idéia de que os manuais de redação têm por objetivo controlar, unificar e modelar as redações dos jornais em acordo com os interesses jornalísticos e econômicos das empresas, demonstrando ser instrumentos a serviço da manipulação dos leitores/receptores.

Este trabalho se situa na tentativa de demonstrar que, para além destas características marcadamente ideologizadas, identificadas por muitos nos conteúdos expressos dos manuais de redação, há um conjunto de relações que se formam quando estes dispositivos se encontram à disposição de seus usuários, neste caso, os jornalistas. Ou seja, este trabalho objetiva identificar neste processo de circulação, os “descompassos” existentes entre aquilo que os manuais definem como o ideal para a produção do jornal e aquilo que os jornalistas realizam quando da elaboração do produto, a notícia.

No processo de produção, no qual os manuais de redação participam como suporte linear e por vezes definitivo, surge um conjunto de táticas e estratégias que acabam por participar, reelaborando critérios e lógicas de produzir as notícias e, por conseguinte, o próprio jornal.

PALAVRAS-CHAVES: jornalismo, manuais de redação, apropriações'

Abstract

It is recurrent the idea that the stile books object to control, unify and model the newspapers editorials in accordance with the journalistic and economic interests of these companies, demonstrating been a instrument in service of the manipulation of the readers/receptors.

This work takes place in the attempt to demonstrate that, beyond those markedly ideologized characteristics, identified by many in the subjects expressed in the stile books, there is a conjunct of relations that are formed when these dispositives are available for its users, in this case, the journalists. That is, this work objective to identify in this process of circulation, the “out of rhythm” between what the stile books define as the ideal for the newspaper production and what the journalists put into practice in the elaboration of the product, the news.

In the process of production, of which the stile books participate as a linear support and some times definitive, appears a conjunct of tactics and strategies that end up participating, recreating criterions and logics of producing the news and, therefore, the newspaper.

KEYWORDS: journalism, stile books e appropriations.

LISTA DE SIGLAS

Jornal Diário dos Campos – DC

Jornal Gazeta do Povo – GP

Jornal Folha de S. Paulo – FSP

Jornal de Novo Hamburgo – NH

Jornal Zero Hora - ZH

Sumário

1.0 – INTRODUÇÃO.....	10
2.0 – VOZES HISTÓRICAS SOBRE O OBJETO.....	23
A iniciativa manualística de Gilberto Freyre.....	25
Os manuais na modernização do jornalismo brasileiro.....	30
Os manuais de redação dos jornais O Diário Carioca e a Tribuna da Imprensa.....	32
A influência jurídica de Nobantino ao primeiro manual da Folha de S. Paulo.....	35
As contribuições do JB na estruturação dos manuais de redação.....	37
Os cadernos de Jornalismo do JB.....	38
Os manuais chegam aos leitores.....	41
3.0 – VOZES ACADÊMICAS SOBRE O OBJETO.....	44
4.0 - QUADRO CONCEITUAL SOBRE O OBJETO/PROBLEMA.....	52
A teoria dos campos sociais e os manuais de redação.....	53
Das regras as estratégias.....	60
Os manuais como dispositivos estratégicos.....	66
5.0 – UMA GRAMÁTICA DOS MANUAIS DE REDAÇÃO.....	70
5.1 – Um manual de “ferro” - o projeto FSP (1984-2001).....	73
5.2 – O uso de manual de redação se espalha - Os Manuais de Redação de O Estado de São Paulo.....	81
5.3 – Os manuais se espalham - Zero Hora (1994-2004).....	85
5.4 - Preocupado com a qualidade - O Globo (1992).....	88
5.5 – Para ficar na moda – O manual da Folha de Londrina (1996).....	91
5.6 - O que os manuais de redação dizem.....	93
6.0 – ESTRATÉGIAS DE APROPRIAÇÃO DE MANUAIS DE REDAÇÃO.....	99
6.1 - O ombudsman como um dos operadores do Manual da Redação.....	100
6.2 – A formação do ombudsman.....	102
6.3 - O jornalismo e o ombudsman.....	104
6.4 - Algumas questões sobre a atividade.....	107
6.5 - Operações do ombudsman sobre os manuais da redação.....	108
6.6 - Manual como constituição, não como bíblia?.....	110
7.0 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	117
7.1- Definição do corpus.....	122
a) Cena Produtiva: jornal Folha de S. Paulo (A tensão emerge da redação).....	127
b) Cena Produtiva: jornal O Estado de São Paulo (Indústria de jornal).....	131
c) Cena Produtiva: jornal Zero Hora - RS (Espaço do cigarro).....	134
d) Cena Produtiva: jornal NH (Novo Hamburgo) –RS (Padrão japonês).....	139
e) Cena Produtiva: jornal Diário dos Campos – Pr	

(Intimista).....	142
f) Cena Produtiva: jornal Gazeta do Povo (Fábrica de notícias).....	144
8.0 – PROCESSOS E ESTRATÉGIAS DE APROPRIAÇÃO DE MANUAIS DE REDAÇÃO.....	147
a) Tópica.....	149
b) Interlocutor.....	154
c) Crítico/Reflexiva.....	157
d) Temático.....	158
e) Diversidade de Ferramentas.....	160
f) Autoral.....	161
g) Como formação.....	162
8.1 - Análise das operações.....	164
9.0 – CONCLUSÃO.....	167
12.0 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	172
13.0 – ANEXOS.....	178

1. Introdução

“O único mito puro é a idéia de uma ciência purificada de qualquer mito”. M. Serres

No processo de elaboração deste estudo, pudemos constatar que um dos principais instrumentos de organização da atividade jornalística é o manual de redação. Desde que surgiram mais intensamente na imprensa brasileira, em meados dos anos de 1980, os manuais de redação ganharam aceitação de jornalistas, tornando-se importante instrumento das instituições jornalísticas. Contudo, apesar de existirem em várias redações pelo Brasil, pouco se tem feito no sentido de compreender que relações (participação, influência) se articulam com seus principais receptores.

No levantamento do estado da arte do objeto nos encontramos com algumas pesquisas que dedicaram atenção a estudar os manuais de redação em sua estrutura, sua composição ou quando muito nas repercussões com os jornais.

Entretanto, parte da complexidade dos manuais de redação está para além de um olhar sob seus componentes estruturais, ou seja, do conjunto de regras estilísticas, das definições gramaticais, as normas éticas e técnicas ou mesmo das orientações ideológicas expressas em cada edição. Sem desconsiderar que tais campos de análise sejam importantes no sentido de se entender os manuais de redação, eles apenas nos dão informações de uma parte do processo – a do produto em si ou de suas intenções.

Na tentativa de compreender os manuais de redação de um ponto de vista mais amplo, fez-se necessário estudá-los em sua processualidade, pesquisando as relações que se estabelecem quando são postos em circulação no ambiente das redações. Tal modelo de redação se dá quando os manuais de redação são disponibilizados ao conjunto dos jornalistas e estes, por sua vez, mantêm algum tipo de relação com o dispositivo.

Para tanto, reconhecemos como ambiente preferencial de observação dos manuais – as redações. Ou seja, são tidos aqui como dispositivos (ou processos?) dinâmicos que transformam as redações. A nosso ver, os manuais de redação mostram a complexidade de sua função quando estão sendo apropriados pelos jornalistas em ambientes de produção.

Este percurso não ignora os manuais de redação como sendo o resultado de interesses das instituições jornalísticas (racionalidade operacional, eficiência gramatical ou uniformidade estética), mas identifica haver significativa distância entre aquilo que se apresenta enquanto tal, como proposta, e aquilo que efetivamente se realiza, neste caso, pelos jornalistas. Trata-se, portanto, de investigar as múltiplas situações em que o manual de redação é apropriado pelos jornalistas em ambientes de produção.

Diferentemente de algumas obras literárias que são produzidas abstraídas dos interesses exclusivos dos seus leitores, os manuais de redação são pensados, organizados, redigidos objetivando seu efetivo uso. Por pressuposto, não interessa para ninguém de boa fé publicar manual que não seja efetivamente utilizado. Ou seja, as vontades e os desejos de seus usuários são considerados para a sua confecção. Neste ponto a nossa proposta voltou-se para a estrutura dos manuais de redação, não como algo fragmentado, estanque, isolado e fortuito, mas como objeto das demandas tanto dos jornais quanto dos próprios jornalistas, que passam a ter no manual uma ferramenta de apoio, reflexo por um lado do conjunto de princípios jornalísticos, culturalmente definidos e socialmente aceitos e de outro dos interesses das instituições. Ou seja, devemos avançar sobre a idéia de que os manuais de redação são instrumentos exclusivos das instituições, para pensá-los na condição de dispositivos ¹ que se articulam a partir das relações de seus produtores e de seus usuários.

Para tanto, procuramos relatar os movimentos iniciais realizados para a confecção deste trabalho, desde a escolha do objeto de pesquisa, passando pelos primeiros apontamentos sobre o problema da pesquisa, até a conclusão definitiva do estudo.

Primeiramente, tratamos de refletir um pouco sobre o lugar do pesquisador em relação ao objeto por ele estudado. É fundamental definir e justificar as escolhas; reconhecer as limitações; identificar os preconceitos no sentido de evitá-los. Estas questões muitas das quais postas como desafios a serem superados têm estabelecido complexo debate no interior das Ciências Humanas e Sociais ao longo do tempo que envolve, grosso modo, as interfaces entre sujeito-pesquisador e os fenômenos sociais estudados, principalmente quando as investigações exigem contato dos pesquisadores com os objetos, uma proximidade que pode colocar em risco a própria pesquisa. Problema de difícil solução até para pesquisadores com larga experiência no campo científico. O antropólogo e pesquisador Bruno Latour nos dá uma boa idéia da problemática que envolve a questão do envolvimento/afastamento do pesquisador em situações de observação. No centro da discussão está a questão do distanciamento que é tão ou mais difícil de resolver que a da familiaridade criada pelo contato. “Contornar o problema da familiaridade e da distância não será uma tarefa das mais fáceis, dada a desproporção entre o discurso erudito e a raridade das investigações independentes” (LATOUR, 1997, p. 28).

¹ A noção de dispositivo será trabalhada em detalhes no capítulo 04, Quadro conceitual sobre o objeto/problema. Até lá podemos dizer que o conceito de dispositivo estará sendo usado em substituição à noção de suporte.

O trabalho de pesquisa cria, portanto, entre o pesquisador e o objeto de estudo forte relação, quase simbiótica. De certa maneira, sua vida passa a depender do outro, ou seja, a continuidade da existência do objeto depende em parte dos modos como essa relação é construída, assim como o sucesso do pesquisador depende das informações que o objeto possa lhe oferecer. Nesta relação tensional, de aproximação e afastamentos, a definição do objeto e sua construção enquanto dado científico merece ser recuperada, até para dar conta – em parte – dos compromissos assumidos e das apostas feitas.

Neste sentido, a explanação das escolhas exerce papel importante na direção da pesquisa, bem como as motivações destas.

As motivações iniciais para esta tese estão localizadas, conseqüentemente, no âmbito do jornalismo, mas em outro momento. Quando apresentamos a primeira proposta de estudo ao programa de pós-graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, no final de 2003, estávamos buscando relacionar certo acúmulo de pesquisa, centrados em estudos sobre gêneros televisivos, mais especificamente da telenovela – iniciados no mestrado, com minha atividade de docente na área de jornalismo. Embora fosse professor graduado em jornalismo, com um breve contato com a imprensa e lecionasse no curso de jornalismo já há alguns anos, meu trabalho de mestrado acabou focalizando outra área. Depois da conclusão da dissertação procurei desenvolver pesquisas (PIBIC/CNPq), com alguns alunos, sobre a televisão, buscando aproximar os conhecimentos adquiridos na pós-graduação com o jornalismo, como pesquisas sobre o agendamento da imprensa a partir de alguns temas pautados pelas telenovelas, como o MST, minorias, etc. Assim, os estudos sobre a aproximação entre ficção e realidade nos campos jornalísticos e de telenovelas passaram a compor minha formação.

No período que antecedeu a proposta inicial da pesquisa para o doutorado, considerei a idéia de me aproximar do jornalismo para poder ampliar minha contribuição para os estudos na área e conseqüentemente atender meus interesses profissional/científicos. A proposta de associar a imagem, objeto caro à televisão, com o jornalismo impresso me pareceu significativa. Foi então que dei início à busca em periódicos por elementos que materializassem essa interface, como a fotografia, infográficos, charges, enfim, elementos imagéticos representados através dos jornais. Não foi fácil encontrar textos que ilustrassem essa relação de forma direta. Contudo, esse contato demonstrou que meus interesses estavam mais próximos do jornalismo em si, que das questões voltadas à imagem. A partir deste momento, a pesquisa passou a centrar olhares

nos aspectos específicos da estruturação do jornalismo contemporâneo, suas lógicas e processos. Porém ainda sem um objeto definido.

Como a pesquisa é um processo de construção/produção do saber, e como em todo processo, as mudanças, alterações e ajustes são naturais e estão determinadas em parte pelas nossas escolhas, algumas inconscientes, procurei entender as lógicas que definem os modos como os jornais são o que são, ou seja, os processos que estruturam os periódicos contemporaneamente.

A partir deste momento, já com a supervisão do PPG-CC e, principalmente, do meu orientador, procuramos construir o problema tendo o jornalismo como objeto central. Depois de uma série de debates e leituras sobre os modos e processos de construção do jornalismo e sua dimensão pública, identificamos nos manuais de redação a existência de certas lógicas que são determinantes na elaboração da notícia e, de forma geral, do próprio jornalismo. Essa percepção, ainda elementar em vários aspectos, contribuiu para manter o foco dentro do jornalismo, possibilitando um corpus de análise sobre os processos de organização por ele materializados.

Sem sombra de dúvida, em maior ou menor escala, os manuais de redação representam os modos pelo qual o jornalismo é pensado e executado num universo determinado por um grupo específico de sujeitos chamados de jornalistas. Porém, neste momento, isso apenas indicava estar diante de pistas difusas de um projeto em construção; não me informava e/ou não percebia como construí-lo como um problema de pesquisa propriamente científico.

De imediato, tínhamos algumas pistas já consagradas pelo senso comum e por um conjunto de teorias de vertente funcionalista (ver capítulo Marcos Conceituais), que davam conta de colocar os manuais de redação como instrumentos de controle dos jornalistas, uniformizando a produção e por isso chamado de “camisas de força” das redações. Estas teorias apontavam ainda que tais instrumentos deveriam auxiliar os jornalistas nas tarefas do cotidiano. Essa problemática compreendia o jornal como reflexo dos manuais de redação, e os manuais como instrumentos exclusivos de controle dos processos de produção jornalística. Explicação, porém, não dava conta de compreender os manuais de redação enquanto dispositivos sujeitos às tensões tanto internas quanto externas ocorridas em todo o processo de elaboração do jornal – da pauta à publicação. Assim, os manuais de redação se apresentavam para muitos, restritos a um sistema de fluxo linear e unidirecional, cuja demanda estava limitada pela produção. Tornava-se necessário problematizar o debate, aceitando os manuais de redação não somente como produto, mas

também como resultante de outras demandas, definidas pelas relações entre oferta e consumo, entre atores em situação de produção e recepção no ambiente jornalístico.

Restava-nos buscar construir um problema que pudesse, condicionado pelo seu objeto e limitado pela processualidade de sua elaboração, cercar o assunto apresentado como sendo os modos de apropriação dos manuais de redação pelos jornalistas em ambientes de produção.

Essa nova problemática exigiria que as análises examinassem as situações e os processos de interação dos jornalistas com os manuais de redação. Isso significava que os marcos teóricos e metodológicos apontavam para questões de ordem observacional, pois, afinal, estaríamos centralizando as atenções em interações de processos e indivíduos e entre indivíduos e o objeto, articulados em torno de processos e dispositivos, ou seja, os manuais de redação nos contextos e ambientes de produção, no caso, as redações.

Num clássico texto sobre o profissionalismo no jornalismo, John Soloski (1993), já informava que as normas profissionais compartilhadas não eliminam completamente o problema do controle organizacional; por que, segundo ele, primeiro “o profissionalismo fornece aos jornalistas uma base de poder independente que pode ser utilizada para frustrar a forte influência da direção nas atividades profissionais do *staff*” e segundo, “o profissionalismo dá demasiada liberdade aos jornalistas, e assim as organizações jornalísticas devem adoptar procedimentos que limitem ainda mais a o comportamento profissional dos seus jornalistas” (1993, p.95). A idéia de Soloski era demonstrar que as normas como a objetividade e seus desdobramentos, a neutralidade, a pluralidade, a isenção, estavam postas numa relação com o mundo profissional e não a partir de processos exclusivamente hierárquicos e deterministas; embora ele reconhecesse uma matriz comum que relacionasse o sistema capitalista a cultura profissional, justificando em certa medida, a existência dos manuais de redação, como dispositivos de controle da entropia e, castradores da criatividade jornalística, como foram rotulados quando de seu reaparecimento público em meados dos anos 1980.

A existência de manuais de redação não é um fenômeno recente na imprensa brasileira, embora só tenha ganhado notoriedade a partir da publicação do Manual Geral da Redação pelo jornal Folha de S. Paulo, em 1984. Na realidade, sua presença está associada à introdução e consolidação do modelo de jornalismo industrial, especialmente a partir da segunda metade do século XX.

Mesmo com uma relativa história na formatação/entendimento dos jornais e do jornalismo brasileiro, os estudos científicos sobre manuais de redação ainda são tímidos.

Em sua maioria, as pesquisas procuram relacionar os manuais de redação ao jornalismo tomando-os como exemplo dos ideais das instituições jornalísticas² (SIMONETTI, 2005). Essas propostas, ainda que justificáveis em seus objetivos, métodos e teorias, tendem a considerar os manuais de redação como espelho das políticas editoriais e técnicas das empresas. Isso provocou, de certa forma, uma simplificação nos estudos sobre os manuais de redação, pois algumas questões foram tomadas como definitivas, entre as quais a de que os dispositivos “jornais” resultavam automática e linearmente das regras definidas nos manuais de redação e que aqueles estavam representados por estes. Ou seja, tudo que estava definido tanto na forma como no conteúdo estaria demonstrado no produto final, o periódico. Assim, as decisões de escolhas de fontes para entrevista; os usos do lead na abertura das matérias são alguns exemplos desta relação que visava instalar ordem à produção via manual.

Essa compreensão sobre o jornalismo tomou os manuais como *correias de transmissão* das empresas e os jornais como lócus onde se configurava a existência deste processo. Sem entrar no mérito do valor científico de tais pesquisas, o fato é que os manuais de redação propõem articulações mais complexas que simplesmente considerá-los como instrumentos de controle das empresas e que o jornal não é resultado exclusivo da adoção ou não de regras manualísticas. Contudo, isto não desqualifica o objeto, mas sim o torna mais interessante e complexo, na medida em que devemos considerar a existência de muitos outros fatores que participam na definição dos modos como o jornal deverá ser publicado, inclusive a inserção do manual de redação neste processo. Na realidade, um dos elementos que demonstram sua complexidade está, por um lado, no fato de pesar sobre ele (manual) a responsabilidade em expressar os modos como o jornal deverá ser produzido e publicado (causa) e, por outro, na condição de sua não aplicabilidade integralmente (efeitos). Em vários manuais de redação encontramos postulados sobre a importância em adotá-lo, sob o argumento de garantir certa qualidade ao produto final. Assim, de uma perspectiva organizacional, o cumprimento do manual é sinônimo de qualidade de jornal, garantia de um jornalismo bem feito. Segundo Ana Estela de Souza Pinto, responsável pelo setor de treinamento do jornal Folha de S. Paulo, o Manual da Redação representa o ideal de qualidade esperado pelo jornal:

² O artigo de João Carlos Simonetti Jr. apresentado na Intercom (Campo Grande) é exemplo destas escolhas. Ao analisar o discurso jornalístico, ele tomou o manual de redação da FSP como espelho do jornal. (Simonetti, João Carlos. *Jornalismo e Identidade: uma abordagem discursiva*. Intercom, Campo Grande: 2005).

“Agora, o manual é necessário numa redação”? Eu acho que ele é necessário, primeiro por essas questões de padronização, de uniformidade, e depois por que eu acho importante ter um documento escrito em que se deixe claro quais são os paradigmas do jornalismo da Folha, no que a Folha acredita, quais são os critérios de excelência jornalística da Folha. (...) Acho que esses critérios de excelência, qual é o máximo que a Folha procura atingir, é bom que isso esteja por escrito, num documento, acessível para todo mundo, para que todos saibam como a Folha pensa seu próprio jornal. Então eu acho importante, acho que ele deve existir. A gente pede para todos que entram na Folha leiam o Manual de Redação pelo menos uma vez do começo ao fim para saber o quê está lá dentro³.

No entanto, mesmo sendo cobrado dos jornalistas o cumprimento de suas regras⁴, isso nem sempre é realizado conforme o previsto. Aliás, é possível encontrar nas páginas dos jornais exemplos de situações onde as normas do manual são, digamos, “transgredidas”. Em algumas situações, os próprios jornais lançam mão de expedientes que procuram identificar essas transgressões, como as colunas do Ombudsman, Erramos no caso do jornal Folha de S. Paulo. Há ainda a participação dos leitores que, através de cartas, e-mails e até mesmo diretamente, acionam o jornal, cobrando explicações, algumas publicadas em espaços específicos (colunas e painéis) dentro dos jornais como no caso do jornal Zero Hora que mantém espaço para a publicação de comentários dos leitores entre outros⁵. O próprio ex-ombudsman do jornal Folha de S. Paulo, o jornalista Mário Magalhães (2007-2008), chamava a atenção da redação em sua coluna diária para a importância de se cumprir as regras do Manual, deixando claro que se houvesse mais atenção com o que o Manual define, o Jornal seria melhor⁶. Esta manifestação, assim como outras, demonstra o reconhecimento de que os jornalistas cometem desvios, negligenciando e/ou superando o Manual. Na verdade, trata-se da constatação de que os jornalistas mantêm relação conflituosa com as regras, especialmente quando elas estão estampadas em códigos de conduta e estilo. E tais discrepâncias se realizam no interior das redações no espaço da produção, momento em que os jornalistas decidem, escolhem e editam o jornal, transformando o acontecimento em notícia de interesse comum. É neste momento da confecção do jornal que aquilo que chamamos de transgressão se realiza.

³ Entrevista concedida ao autor em agosto de 2007.

⁴ Alguns jornais distribuem para seus novos funcionários uma cópia do manual, independente se são jornalistas ou não, como no caso do Zero Hora. Outros, como a Folha de S. Paulo, exigem o conhecimento do Manual como condição para integrar seus quadros funcionais.

⁵ Ver jornal Folha de S. Paulo, O Povo (CE) entre outros.

⁶ Coluna do Ombudsman do dia 06/06/2007 “Uma Grande Confusão”, consultado em 11/07/2007. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/criticadiaria/ult10000u302450.shtml>

Portanto, ela ocorre pelas mãos dos jornalistas dentro de lógicas da produção chamadas de rotinas produtivas.

Devemos destacar de antemão que não se trata de algo premeditado ou por outro lado de desacertos, equívocos. Na maioria das vezes essas ações estão mais na ordem da superação quase inconsciente das regras apresentadas pelo manual do que baseadas numa ação de negação. Como afirma o jornalista Luiz Garcia, responsável pela elaboração do Manual de Redação de O Globo: **“É preciso conhecê-las para desobedecê-las”** (CAPRINO, 2001, p. 60). Ele se refere à necessidade em avançar para além do que define os procedimentos básicos do fazer jornalístico para algo mais sofisticado, mais qualificado. Para ele, o Manual deve ser entendido como um documento inicial, onde constam as regras básicas do fazer jornalístico daquela instituição, que o jornalista, com o passar do tempo, vai “superando”. Isso significa que, embora os manuais de redação representem as normas das empresas, estas resultam de um acúmulo de conhecimentos adquiridos no fazer jornalístico ao longo do tempo e vão constituindo os procedimentos “padrão” que consubstanciam os manuais. E concomitantemente, os manuais de redação, ao entrarem em contato com o cotidiano jornalístico, com o fazer propriamente dito, transformam-se pelas mãos dos jornalistas que procuram “adaptar” as regras a realidade do dia-a-dia. Conclui-se que, por mais que as instituições queiram controlar as ações dos jornalistas a partir do manual de redação e/ou de outros dispositivos, no fazer diário, os processos se reinventam, causando certos desalinhamentos entre as ofertas dos dispositivos de controle e as ações adotadas pelos jornalistas na elaboração da notícia. É também neste âmbito que a afirmação de Garcia adquire outro sentido: o conhecimento do manual é um passo no sentido de superá-lo, ou seja, é necessário conhecer as regras para então avançar para além delas⁷.

Essa postura mais fluída dos manuais de redação se contrapõe à forma como foram elaborados anteriormente, sendo algo conclusivo do ideal do fazer jornalístico.

O que ocorre é algo que estamos nomeando como “transgressões” as regras ou “descompassos” entre as normas e as práticas dos jornalistas. Trata-se, na verdade, simplesmente de *transgressões objetivas*, independentes de suas intencionalidades. A nosso ver, estas ações ocorrem involuntariamente, o que resulta, numa identificação não automatizada, até porque o próprio sistema jornalístico contemporâneo cobra de seus jornalistas respostas cada vez mais rápidas aos acontecimentos, sem deixar espaço para a

⁷ Entrevista realizada por Mônica Caprino e disponibilizada ao autor para uso neste trabalho.

auto-reflexão. Neste cenário, a adoção automática das regras passa despercebida, além de colaborar ofertando respostas prontas, portanto rápidas, para os dilemas do dia-a-dia. Torna-se fundamental garantir a adoção de manual de redação e de certa forma necessário do ponto de vista de vários jornalistas. Para comprovar esta realidade, basta ver os vários mecanismos que os jornais lançam mão para garantir sua utilização: o conhecimento do Manual da Redação da Folha de S. Paulo é um dos critérios de seleção dos futuros profissionais da empresa. As chamadas para emprego do jornal são sempre acompanhadas de “é necessário domínio do Manual da Redação”. Além desta exigência, constam na grade curricular dos cursos de formação promovidos tanto pela Folha de S. Paulo informações referentes aos conteúdos dos Manuais. Francisco Ornellas, responsável pelo Curso Intensivo de Jornalismo Aplicado (**Adestramento de Focas**) do jornal O Estado de São Paulo, afirma que cada um dos participantes é informado da necessidade de se saber seu conteúdo: “No primeiro dia do curso, desde seu início, cada um deles recebe um Manual de Redação e Estilo. E cada um deles é informado, todos são informados, de que aquele Manual é de uso obrigatório [...] de consulta obrigatória. A gente cobra do estudante, do participante do curso a utilização do manual da mesma forma como ele vai ser cobrado pelo seu editor quando ele estiver trabalhando seja em que jornal for”⁸. A idéia básica, segundo ele, é cuidar para que a ortografia correta das palavras seja cumprida e nisto o Manual colabora.

No mesmo caminho, a jornalista e coordenadora do processo de seleção de repórteres, para a Folha de S. Paulo, confirma a presença de conteúdos manualísticos na seleção e no treinamento de novos jornalistas⁹.

No entanto, essa exigência na formação dos focas ou mesmo por parte dos editores, não reduz os descompassos na redação de O Estadão, tanto é que o próprio Eduardo Martins, autor das edições do Manual de Redação e Estilo do jornal, reconhece que basta uma rápida passagem pelas páginas dos jornais para encontrar desrespeitos das normas.

Parte destes *descumprimentos* das instruções manualísticas se deve as dinâmicas pelas quais os repórteres estão sujeitos. A lógica produtiva da notícia não deixa muito tempo para consultas. E sem tempo para “refletir”, a possibilidade de *desvios* a norma aumenta. Na verdade, uma das justificativas para a introdução do Manual de Redação do Estadão, por exemplo, foi a se tentar reduzir a quantidade de erros produzidos pela redação. Tanto é que o Manual de O Estado de São Paulo (Estadão) surgiu após Martins

⁸ Entrevista concedida ao autor em 01 de novembro de 2007.

⁹ Entrevista concedida ao autor em 15 de agosto de 2007

realizar leitura diária de vários jornais durante mais de três anos. A partir destas leituras, ele relacionou uma série dos principais erros cometidos tanto pelo Estado de S. Paulo quanto por outros jornais. O resultado disto foi a publicação do Manual.

Portanto, é quase natural que o manual de redação participe deste complexo processo que estrutura o jornal, até porque é nele que estão impressos os vários procedimentos que definem os modos de confecção do produto jornalístico. E é dentro deste processo produtivo que o manual é usado não mais como fora previamente definido, mas a partir de procedimentos e lógicas realizadas por seus usuários.

Dentro deste cenário é que este trabalho se pauta. Antes de avançar, cabe destacar os principais aspectos que formam este estudo considerando cada parte, iniciando pelo segundo capítulo: *Vozes históricas sobre o objeto*. Este capítulo tem por objetivo recuperar, a título de demonstrar que as formas de controle das redações - através de manuais de redação -, já existiam no jornalismo brasileiro desde as primeiras décadas do século XX e que, desde então, eles têm participado no modo como o jornalismo tem se estruturado ao longo destes anos, culminado com o momento onde este dispositivo torna-se público, assumindo lugar importante nas disputas pelo mercado midiático-informacional.

Já o terceiro capítulo, *Vozes acadêmicas sobre o objeto*, apresenta conjunto de reflexões teóricas que tiveram os manuais de redação como objeto de debate. A partir do levantamento do estado da arte do objeto, pudemos verificar que, salvo algumas poucas pesquisas, estudos tenderam a encarar os manuais como simples reflexos dos jornais, desconsiderando a complexidade inerente ao processo de produção noticiosa, no qual vários dispositivos estão envolvidos, entre eles nosso objeto, os manuais de redação.

No quarto capítulo, *Quadro conceitual sobre o objeto/problema*, procuramos situar dentro da pouca oferta de estudos científicos específicos, o problema de nossa reflexão como sendo as relações articuladas entre o manual de redação e os jornalistas. Neste momento, lançamos as bases teóricas que mobilizamos no sentido de iluminar nosso objeto, compreendendo a teoria dos campos sociais como compatível para discutir as tensões envolvendo os manuais de redação e sua apropriação pela tribo jornalística; que a lógica das regras estão num nível estratégico quando disponibilizadas no ambiente produtivo das redações.

A partir destas definições procuramos, no quinto capítulo: *Uma gramática dos manuais de redação*, descrever os manuais de redação, desvendando sua gramática. Nossa idéia foi construir um quadro amplo daquilo que cada manual de redação mais valoriza representado através de seus conteúdos, procurando identificar suas principais marcas. Para

tanto, selecionamos como amostra de manuais de redação, editados entre 1984 a 2001, período mais intenso na publicação destes dispositivos na história do jornalismo brasileiro. Com isto, identificamos algumas estratégias adotadas pelas instituições jornalísticas.

Já no sexto capítulo, *Estratégias de apropriação de manuais de redação por jornalistas*, apresentamos discussão no sentido de identificar empiricamente elementos que sustentem a problemática da defasagem entre a oferta dos manuais de redação e a apropriação dos jornalistas, quando estes se utilizam dos dispositivos regradores. Neste âmbito, reconhecemos dentro do processo produtivo do jornal, elementos que colaborasse no destaque de possíveis descompassos realizados pelos jornalistas quando em contato com os manuais de redação. Neste percurso, reconhecemos não apenas situações que configurassem transgressão aos manuais, mas que a identificação de tais situações estaria em certa medida servindo de subsídio para comentários do ombudsman, no caso de jornais com esta função. Os comentários, principalmente os críticos, reforçaram nosso entendimento sobre os descompassos, além de apresentar no próprio meio, transgressões ao manual. Porém, tal processo estaria ocorrendo de fora do jornal para dentro do ambiente da produção, ou seja, do ombudsman para a redação/jornal.

Nesta mesma lógica identificadora, o sétimo capítulo procurou centrar a atenção nos *Procedimentos metodológicos*, no sentido de procurar demonstrar os ambientes das redações como cenários preferenciais onde se realizam os processos de apropriação dos manuais de redação. Nesta medida, procuramos definir o corpus de análise, já que procuramos identificar os manuais de redação em situações de uso pelos jornalistas quando estes estão realizando a produção noticiosa, propriamente. Este capítulo colaborou no sentido de fornecer uma dimensão espacial de como os jornalistas se “encontram” com os manuais de redação, em que lugar eles usam os dispositivos, em que situações eles comentam sobre as regras e as normas, enfim, possibilitou-nos pensar o lugar de uso dos manuais de redação.

Já no oitavo capítulo nos voltamos a identificar e analisar as estratégias adotadas pelos jornalistas quando estes estão em contato com os manuais de redação. Neste momento, reconhecemos vários procedimentos e situações de apropriação dos manuais de redação, por vezes distintos dos previstos/idealizados pelos próprios dispositivos. Da fragmentação dos conteúdos até a recriação de regras, marcam a contribuição deste capítulo para o conjunto do trabalho.

Por último, nos concentramos em amarrar os resultados encontrados, a partir das questões levantadas em torno da problemática pretendida. Para tanto, construímos um texto

em forma de conclusão, apontando aspectos aludidos ao longo do trabalho em consonância com nossas expectativas iniciais. Procuramos destacar aspectos que exigem maior aprofundamento, lembrando que muitas questões ainda carecem de pesquisas, especialmente no tocante as lógicas e modos de produção noticiosos.

2. Vozes históricas sobre o objeto

A história da imprensa realizada no Brasil tem dedicado pouca atenção aos chamados livros de regras. Há poucas obras, artigos ou mesmo ensaios discutindo os manuais de redação na estruturação do jornalismo local, embora haja várias obras sobre a origem, desenvolvimento e as transformações do jornalismo e das instituições midiáticas. Essa ausência talvez possa ser explicada em parte pelo fato de que a historiografia da imprensa tenha se preocupado menos com os aspectos técnicos presentes no jornalismo e mais em destacar o “aparecimento e o desaparecimento de periódicos” (BARBOSA, 2004, p. 02). Marialva Barbosa considera que esta opção pela história das instituições midiáticas e seus produtos quando muito os relacionou ao momento social e político vivido em cada época. Ainda segundo Barbosa, a história da imprensa tem procurado destacar nomes, datas, em sua maioria baseada em relatos de vida e testemunhos, em uma sucessão de fatos, que muitas das vezes conduzem a “meras interpretações baseadas em nossas memórias, vivências, expectativas, posições políticas” (p. 02).

Na tentativa de superar essa visão redutora, a pesquisadora recomenda que para se construir uma história da imprensa é necessário percebê-la “como um processo complexo, no qual estão engendradas relações sociais, culturais, falas e não ditos, silêncios que dizem mais do que qualquer forma de expressão, e que na maioria das vezes não foram deixados para o futuro” (p. 02).

É baseado nestas percepções que buscaremos conduzir interpretações sobre os manuais de redação¹⁰ posicionando-os como reflexos das transformações sofridas pelo jornalismo nestes mais de 200 anos de história da imprensa no Brasil¹¹. Nosso objetivo, portanto, é de forma clara buscar na história da imprensa alguns elementos que direta ou indiretamente identifiquem a presença dos manuais de redação, destacando sua contribuição para a estrutura do jornalismo como conhecemos hoje.

A iniciativa manualística de Gilberto Freyre

A primeira manifestação de manual de redação de que se tem notícia na imprensa brasileira ocorreu no jornal A Província de Pernambuco, em 1929, pelas mãos do

¹⁰Estaremos considerando como manuais de redação um conjunto sistematizado de regras e normas que compreendam aspectos estilísticos, técnicos e éticos (comportamentais) organizados pelos veículos de comunicação voltados aos seus empregados (jornalistas ou não) com o objetivo de orientar, controlar e organizar as atividades destes quando em produção (apuração, redação, edição e revisão) do material jornalístico.

¹¹ Para uma história da imprensa do Brasil, ver os clássicos de Juarez Bahia (Jornal, história e técnica – as técnicas do jornalismo. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990,) e Nelson Verneck Sodré (História da Imprensa no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauá, 1999.)

antropólogo Gilberto Freyre. O jornalista-antropólogo apresentou à redação uma proposta adaptada de *style-books* (livros de estilo) norte-americanos. Seu objetivo era transformar os jornais aos moldes do que ele havia encontrado nos Estados Unidos. “Todo meu empenho é fazer da Província um jornal diferente dos outros e fiel à sua condição de jornal de província. Autêntico. Honesto. Com a colaboração de alguns dos melhores talentos modernos do Rio de Janeiro e São Paulo” (FREYRE, 1975, p. 233).

Ele buscava eliminar os preciosismos da linguagem jornalística. Queria que os jornalistas substituíssem o modo empolado, rebuscado dos textos por outro, mais direto, ágil e de fácil compreensão.

“Um dos meus empenhos é dar ao noticiário e as reportagens um novo sabor, um novo estilo: muita simplicidade de palavra, muita exatidão, algum pitoresco. Isto é que é importante num jornal. E nada de bizantinismo. Nada de se dizer “progenitor” em vez de pai nem “genitora” em vez de mãe. Já preguei no placard um papel em que se proíbe que se empreguem no noticiário não só essas palavras pedantes em vez das genuínas, como “estimável”, “abastado”, “onomástico”, “deflui”, “transflui”, etc” (p. 234).

Em parte, a iniciativa não vingou em função da forte resistência dos jornalistas, habituados ao modelo mais libertário e romântico do jornalismo da época. “O jornalismo artesanal e a tradição de ‘laissez-faire’ vigente nas redações o derrotariam, como a outras tentativas de implementação de um modelo mais organizado e contido de jornalismo em outras partes do país e em outros tempos”. De toda forma, a iniciativa de Gilberto Freyre, mesmo enfrentando os padrões da época, representou mudança no modelo de imprensa até então realizado, dando indícios do caminho pelo qual o nosso jornalismo iria seguir nos anos futuros.

O padrão do jornalismo brasileiro estava baseado no modelo europeu cujos assuntos eram eminentemente políticos e/ou literários; textos sempre longos e repletos de comentários e opiniões, marcadamente adjetivados com características panfletárias. Havia espaço para o folhetim, para a narrativa romanceada. Muitos escritores, por não encontrarem espaço para publicar seus livros ou mesmo para se manterem financeiramente, tornavam-se redatores, revisores na imprensa. Estruturalmente, os jornais eram, em sua maioria, financiados por famílias, grupos ou movimentos com o objetivo de defender causas políticas específicas, como no movimento abolicionista, republicano, etc. Além disso, a imprensa sofria as contingências de uma cultura colonialista de exploração e de um Estado que censurava qualquer manifestação que se opusesse aos ideais da monarquia

(LUSTOSA, 1996: 40-41). Sem condições favoráveis para a formação de uma sociedade culta, que se limitava a poucas famílias burguesas e a nobreza, o jornalismo brasileiro demorou a se firmar como um produto popular massivo. Neste momento, os textos mantinham estrutura linear, cronológica, na forma de apresentar os dados. Elcias Lustosa refletindo sobre este momento afirma que os textos não poderiam se considerados como notícias pela ausência do factual (p. 68).

Mais para o final do século XIX início do XX é que a imprensa brasileira começa a sentir as primeiras influências de modelo de jornalismo norte-americano, voltado à valorização dos acontecimentos do cotidiano, do fato. A idéia de um jornalismo imparcial, objetivo, isento, tornava-se cada dia mais presente. As notícias passavam a se aproximar dos acontecimentos realmente públicos, como a participação do jornalista João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, ou como ficou conhecido, João do Rio mostra nos relatos sobre o cotidiano dos subúrbios cariocas. A presença de um discurso essencialmente opinativo, declaratório, vai cedendo espaço a outro, mais informativo e direto. A proposta adotada por João do Rio representa justamente o período de transição no qual o jornalismo passa a se importar com o cotidiano, com o dia-a-dia da cidade. Deste momento em diante o repórter ganha as ruas para ver os acontecimentos com seus olhos. “O repórter vai a campo e busca informações. Vale-se de mais nada, apenas do método de observação. Essa capacidade é apontada por quase todos os autores como a arma mais importante de Paulo Barreto” (MEDINA, 1988, p. 60).

Outros fatores colaboram para as mudanças no discurso jornalístico como a Crise do Café e a Primeira Guerra Mundial. Estes eventos forçaram os jornais a tratarem os acontecimentos com maior cuidado, respeitando os dados, as informações. O surgimento das agências também contribuiu para o processo de mudanças do jornalismo, na medida em que o material informativo transmitido deve estar condensado, priorizando os fatos mais importantes. Nessa época os jornais brasileiros passam a receber material das agências de notícias (Havas – França; AP – Estados Unidos) com um formato mais sintético e objetivo.

É neste cenário que Gilberto Freyre antecipa em mais de 20 anos a introdução de manuais de redação quando oportuniza aos jornalistas do jornal **A Província** o seu conjunto de regras de estilo. Porém, o fato de ter sido ele, um reconhecido pensador da cultura regional, é elucidativo de outro fator que passa a influenciar no processo de mudança sentido pela imprensa brasileira nas primeiras décadas do século XX.

Na condição de cientista, de antropólogo e de pesquisador, que tem como laboratório o cotidiano e por método a observação de campo – *fiel work* -, Freyre é sensível à necessidade do jornalista manter ligação com a realidade, com as questões que envolvem os sujeitos e as urbanidades. Para ele, o processo empírico é fundamental na estruturação do noticiário. Em 1929, ele faz uma análise da importância do trabalho de campo dos jornalistas para o jornal.

“Já fiz n’A *Província* alguma das coisas que desejava fazer. Seu noticiário é hoje o mais exato, o melhor, da imprensa do Recife. Inclusive reportagens. Eu próprio tenho feito, sem nunca assinar, entrevistas e reportagens – jornalismo de campo e não de gabinete. O jornalismo de campo é o verdadeiro jornalismo” (p. 237).

Como ele compreendia a imprensa como um espaço de divulgação de suas idéias, os métodos utilizados também reverberavam nos modos como o jornalismo deveria ser elaborado. Estas contribuições ilustram o processo de transformação vivido pelo jornalismo brasileiro que passa a ser visto mais como uma profissão dotada de especificidade, articulada em torno de conhecimentos técnicos próprios e detentora de uma linguagem particular que vão se consolidando ao longo do século XX do que uma arte literária.

De toda forma, a inovação que Gilberto Freyre encetou representar na história da imprensa tornou-se um passo importante no processo de estruturação do jornalismo atual. Mesmo reconhecendo as limitações do *style-books* de Freyre, eles apontam idéias que até os dias de hoje compõem o conjunto de procedimentos mais gerais exigidos por todos que pretendam exercer jornalismo, como escrever claro, direto e objetivo. O empiricismo da atividade jornalística caracterizada pela troca de experiências entre os membros da profissão, passa a não ser o único modo de se conhecer a profissão. Com isso, o jornalismo vai adquirindo certa autonomia em relação a outras áreas, como a literatura, a retórica e a política.

A participação do antropólogo Gilberto Freyre é ilustrativa deste momento em dois sentidos. O primeiro por representar um momento no qual se iniciava a participação de intelectuais e cientistas¹² nos estudos em torno do jornalismo. Estes, de posse de conhecimentos em áreas específicas (antropologia, história, direito) passaram a pesquisar

¹² José Marques de Melo destaca como pioneiros nos estudos em jornalismo: Alfredo de Carvalho, 1908 publica “Gênese e Progressos da Imprensa Periódica no Brasil”; Barbosa Lima Sobrinha, 1923, “O problema da imprensa”; Gilberto Freyre, 1933, Casa Grande & Senzala. MELO, José Marques de. *Jornalismo Brasileiro*. Porto Alegre: Sulina, p. 21-23, 2003.

a/na imprensa. No caso de Freyre, embora a atenção fosse outra (estudos sobre a cultura regional), ele inovou ao considerar a imprensa um espaço que merecesse reflexão. De toda forma, essas pesquisas - específicas ou não - iniciaram um processo que, paulatinamente, contribuiu para colocar a comunicação e o jornalismo num estágio reflexivo. E pelo fato de Freyre ter realizado estudos nos Estados Unidos, algo incomum para a intelectualidade brasileira da época, que tinha a Europa como centro irradiador de conhecimentos (WALLERSTEIN, 1996, p. 79), possibilitou o contato com um modelo de pesquisa social fortemente marcado pelo empiricismo. Isso refletiu no jornalismo na medida em que se passou a valorizar o contato com os acontecimentos sociais, até porque o relato do cotidiano foi bem aceito pelos leitores, especialmente na chamada Crônica Policial e as Colunas Sociais. Neste sentido, fortalece-se a figura do repórter, sujeito de relativa capacidade cultural para os padrões da época, limitado na “arte” de escrever, porém com profundos conhecimentos sobre a vida social, capaz de circular em vários locais mantendo contato com muitas fontes. Com o processo de proliferação, esse indivíduo passa a captar os fatos *in loco*, de entrevistar pessoas, descrevendo os aspectos mais importantes da cidade. De início, essa figura se opôs ao do jornalista-intelectual, tradicional, forjado em sua maioria nas academias européias que, dotado de conhecimentos mais abstratos, oriundos de uma cultura marcada pela literatura, produziam as notícias valorizando a interpretação e a opinião. Esse aspecto fica mais claro numa crítica de Freyre a Sílvio Rabelo: “É demasiado escritor, do tipo erudito, para ser jornalista” (p. 237). Ele apontava que a necessidade dos jornalistas deveria ser outra, menos preocupada com as grandes reflexões e mais atenta aos aspectos da vida urbana.

Essa observação já antecipava o que ocorreria a alguns anos com a criação de duas funções dentro da atividade jornalística da época: uma responsável pela captação dos acontecimentos (a do repórter) a partir da observação e da entrevista e a outra pela redação dos fatos (a do redator) organizando e distribuindo os elementos ao longo da matéria. Somente com o processo de profissionalização e racionalização das redações, intensificado na segunda metade do século XX, é que estas duas funções se fundiriam, dando fim à figura do *copy-desk* e exigindo maior qualificação dos jornalistas nas técnicas de reportagem.

Outro aspecto estabelecido pelo contato de Freyre com os Estados Unidos, é que a sociedade norte-americana já havia firmado as bases de uma cultura de massa, a partir da popularização do entretenimento, da constituição e ampliação de espaços de lazer.

Retornando ao Brasil e de posse dos conhecimentos adquiridos no campo científico e em contato com a indústria cultural, especialmente a partir da imprensa norte-americana (Freyre colabora com jornais e revistas para a comunidade latina além de ser o correspondente do jornal Diário de Pernambuco na região) assumindo, a convite do governador do Estado, a direção do jornal A Província.

Segundo descreve Dalmonte a relação de Freyre com a mídia realizou-se não somente como um jornalista que usava a mídia como um instrumento para tornar públicas as suas idéias, mas também como estudioso dos objetos que ela proporcionava como fotografias, histórias em quadrinhos, anúncios de jornais e mesmo a televisão, que considerava ser um importante meio de comunicação (DALMONTE, 2002, p. 84-95). Em seu trabalho de pesquisa sobre a relação de Freyre com a mídia, Dalmonte conclui que ele “percebe que a mídia passa a narrar a história, por conseguinte, por fazer parte da história teria que estar na mídia. E a partir deste momento é que surge o ‘homem midiático’, que usa esse novo recurso para a difusão de seu pensamento” (2002, p. 133).

Sua posição de pesquisador da cultura regional colabora para entendermos os fatores de levaram a introdução de um dispositivo tão estranho à tradição jornalística como os *style-books*. A característica racional e inovadora de cientista e o seu conhecimento sobre a mídia norte-americana foram determinantes na introdução e adaptação de um aparato técnico-profissional como o *style-books* para a imprensa brasileira como destaca Edson Dalmonte. “Ele vai ser influenciado por idéias que circulavam naquele país (Estados Unidos), sobretudo pelo entendimento da importância da mídia na sociedade de massa, e, por consequência, a necessidade de estudá-la”¹³.

O modelo que ele observou, tributário do jornalismo inglês, baseava-se na coleta de informações, na forma de capturar os fatos e na necessidade de divulgar os acontecimentos. O sociólogo Érik Neveu que realizou estudo sobre a formação do jornalismo no mundo, identifica que desde muito cedo o modelo norte-americano se baseava no “relato de campo, a constituição de uma agenda de endereços e das habilidades ligadas a tomar notas, a apurar a informação, ao domínio da situação na entrevista” (2006, p. 22). Além desta característica de valorizar o factual, a estrutura econômica e social mais desenvolvida dos Estados Unidos facilitava a circulação comercial dos produtos culturais, entre eles os jornais. Essa realidade propiciou a estruturação de um modelo mais racional, comercialmente viável.

¹³ DALMONTE, Edson Fernando. Gilberto Freyre: intelectual multimídia. V. 02, N. 01. Out/Nov/Dez. 2000. <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista5/res%20eventos%205-5.htm>.

Os manuais na modernização do jornalismo brasileiro

Outro aspecto que representa o processo de tecnificação e racionalidade da imprensa via manuais de redação acontece nos anos 50. A imprensa, neste período, já apresentava características industriais de produção da informação. Embora ainda mantivesse características do modelo anterior, especialmente em relação a comprometimento com causas políticas, o jornalismo voltava-se para a informação. “A Imprensa foi abandonando a tradição de polêmica, de crítica e de doutrina, substituindo-a por um jornalismo que privilegiava a informação (transmitida “objetiva” e “imparcialmente” na forma de notícia) e que a separava (editorial e graficamente) do comentário pessoal e da opinião” (RIBEIRO, 2003, p. 01).

Sob essa conjuntura, alguns jornais implantam manuais de redação. Relativamente diferente dos *style-books* adaptados por Freyre, que estavam reduzidos às questões de linguagem, estes documentos apresentam-se mais sofisticados e amplos. Abrangiam questões mais específicas sobre o jornalismo, como a necessidade de usar lead na abertura de cada matéria, a pirâmide invertida e outros aspectos que visassem agilizar e simplificar a produção. Isso não significa dizer que antes não havia textos sobre atualidade, mas sim que eles progressivamente passaram a incorporar uma linguagem mais objetiva, direta (ABREU, 1996, p.15), determinando o modo como o jornalismo atual é produzido. O Diário Carioca introduz o *lead* e o *copy-desk* e no jornal Última Hora se adota o *dead-line*, além do modo inovador de apresentar graficamente as matérias. A exploração de fotos na capa e a segmentação dos assuntos pelo Jornal do Brasil são alguns momentos desse quadro de transformação vivido pelo jornalismo a partir dos anos de 1950. Essas alterações repercutiram no modo como o jornal estava sendo organizado. Do ponto de vista institucional, os objetivos apontavam para a necessidade de ampliar o acesso ao produto, facilitando o consumo do jornal.

No âmbito profissional, havia clareza quanto à necessidade de formar novos quadros à luz destes novos conceitos. A função de *copy-desk*, por exemplo, além de ser responsável por processar as reportagens, tornou-se um espaço de formação de novos quadros. A cultura de um profissional oriundo do campo da literatura, do direito, é paulatinamente substituída por outra, mais específica, mais técnica, na qual o jornalista passa a ser reconhecido como profissional exclusivo do jornal. As competências do campo vão sendo definidas, bem como as técnicas de produção das matérias. O *fazer* jornalístico

deixa sua condição eminentemente prática e, com a colaboração dos manuais de redação, passa a outra, mais teórica, reflexiva, com feições pedagógicas.

Neste mesmo sentido, a criação das primeiras faculdades de jornalismo - em 1947 no Rio de Janeiro e em 1948 em São Paulo -, vai contribuir para a formação de um quadro profissional exclusivo do jornalismo, além de trazer para o debate acadêmico aspectos restritos a prática jornalística.

O tempo do jornalista mais solto, alheio às determinações gráficas e estilistas do jornal estava acabando. A participação do redator vai se tornando mais forte e atuante dentro da produção jornalística. Da mesma forma, passou-se a exigir dos jornalistas, especialmente repórteres, maior compromisso com sua formação geral. Este conjunto de mudanças, que ao longo dos anos seguintes consolida-se, marca definitivamente o ingresso do jornalismo brasileiro às lógicas de mercado, no qual a notícia passa a ser encarada como produto cultural voltado às massas e o jornal torna-se empresa. Este novo quadro, complexo e sofisticado, contribuiu para a adoção de mecanismos mais racionais de organização, como os manuais de redação. Vários jornais a partir de então organizaram em regras à redação as reformas que estavam realizando, como o Diário Carioca, a Tribuna da Imprensa, a Folha de S. Paulo. Estes documentos variavam de acordo com os objetivos de cada empresa.

Os manuais de redação dos jornais O Diário Carioca e a Tribuna da Imprensa

A partir dos anos 50, vários jornais realizaram profundas reformas editoriais e gráficas aproximando os veículos à nova conjuntura social, mais moderna e sofisticada. Estas reformas, pelo seu caráter, propiciaram a adoção de mecanismos objetivos de controle, como a adoção de manuais de redação, mas também evidenciaram outras estratégias que, embora não culminassem com a elaboração daqueles, foram importantes para definir as características dos atuais manuais de redação.

A primeira grande reforma ocorreu no Diário Carioca no final dos anos 40, basicamente por dois motivos. A obrigação de aproximar o jornal aos interesses dos leitores, cumprindo as necessidades estabelecidas pela formação de uma sociedade de consumo que se apresentava em expansão e pela sensibilidade de alguns atores quanto a esta nova realidade, como os jornalistas Danton Jobim e Pompeu de Souza, então redator-chefe e diretor de redação do jornal respectivamente. “Com a ocupação e o dinamismo que

foram tomando conta da vida, ninguém tinha mais tempo de ler esse tipo de noticiário”¹⁴. Antes disto, Pompeu de Souza estagiou na Voz da América por dois anos. Quando retornou, procurou Horácio de Carvalho, proprietário do Diário Carioca e propôs a reforma. Além disso, eles tinham preocupações com a formação teórica e técnica do jornalismo a ponto de se tornarem em 1947 professores da cadeira de Técnicas de Redação da Faculdade de Filosofia da Universidade Nacional. Essa aproximação com a academia os fez tomar contato com teorias, especialmente estrangeiras, sobre o jornalismo. A entrevista concedida por Pompeu de Souza em 1978 para o jornal da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) ilustra bem este momento.

“Percebi que para ensinar jornalismo eu tinha que aprender jornalismo sistematicamente, tinha de estudar pelos livros as técnicas já codificadas; não era suficiente mais aquela forma intuitiva como eu tinha aprendido o jornalismo. E percebi ainda que havia um processo de elaboração jornalística profundamente conscientizada, não tão fragmentada nem tão assistemática e intuitiva como fazíamos até então” (1992, p. 24) ¹⁵. Com esse contato, ele constatou que alguns procedimentos utilizados há tempos no jornalismo norte-americano, mais desenvolvido, poderiam dar certo na imprensa brasileira. Disto resultou a adoção do lead, do *copy-desk* e do *style-book*, que passou a servir como uma referência em torno dos “novos” modos de produzir e editar o jornal. A introdução destes elementos contribuiu para dar mais agilidade na narração dos fatos, evitando o nariz de cera como forma de introduzir a notícia, além de diminuir o desnível entre os jornalistas propiciando certa uniformidade nos textos. Era comum encontrar em jornais da época o uso de famílias de tipos (letras) diferentes em títulos na mesma página. “Era uma completa confusão, um negócio desagradável”, condena Souza (p. 24).

Porém, como se tratava se procedimentos estranhos ao jornalismo, Pompeu com ajuda de Luiz Paulistano – chefe de reportagem -, passou a contratar jornalistas novos, focas, que pudessem ser treinados. “Para implantar a nova técnica, foi buscar principiantes, em vez de jornalistas viciados no velho estilo” (p. 25) ¹⁶. Assim, ele formou um quadro de *copy-desks* iniciantes, embora com sólida formação cultural. Os focas vinham de várias áreas, eram poetas, médicos, químicos, advogados. Por lá transitaram alguns dos principais

¹⁴ Revista da Comunicação, ano 08, N. 30, novembro de 1992.

¹⁵ Revista da Comunicação, ano 08, N. 30, novembro de 1992.

¹⁶ Revista da Comunicação, ano 08, N. 30, novembro de 1992.

nomes do jornalismo brasileiro (2003, p. 85)¹⁷, que passaram a trabalhar seguindo as regras que Pompeu de Souza elaborou.

“Estudando a questão através dos livros de texto, dos manuais de ensino e tudo o mais dos Estados Unidos alguns dos quais tinham reprodução de style-books, sentei na máquina e resolvi fazer a adaptação do que me pareceu mais conveniente ao jornalismo brasileiro naquela variedade de style-books” [...] “Não criei nada: confrontei, via que uma coisa era interessante, outra não se aplicava ao Brasil, e assim, rejeitando umas coisas, incorporando outras, redigi o primeiro style-books da imprensa brasileira, que denominei de ‘Regras de Redação do Diário Carioca’” (p. 25).

No Manual constavam, entre outras coisas, a descrição do lead e as cinco perguntas que devem ser respondidas, orientações quanto ao uso das aspas, incentivo ao uso de frases curtas evitando adjetivações, enfim, apresentavam as linhas gerais do que chamamos atualmente de “manual de redação”.

“Ocupar o primeiro parágrafo das notícias com: um resumo conciso das principais e mais recentes informações do texto, esclarecendo o maior número das seguintes perguntas relativas ao acontecimento: quê?, quem?, onde?, como?, e por que?;”(ver anexo A)

De acordo com Marques de Melo, as regras do Diário Carioca se tornaram a matriz dos manuais contemporâneos, pois “ensino o jornalista escrever segundo um modelo que corresponde à personalidade adotada pela empresa ou pelo veículo” (SILVA, apud. Melo, p. 118).

Outro fator que ajudou a implantação destas mudanças foi o fato do *Diário Carioca* ser um jornal pequeno. Com pouco espaço de publicação, exigia-se dos jornalistas uma condensação maior dos conteúdos. Isso explica seu slogan: **“O máximo de jornal no mínimo de espaço”**.

Nilson Lage, que na época começava sua carreira no campo jornalístico, comenta a iniciativa do Diário Carioca em relação à introdução do, segundo ele, primeiro Manual de Redação que a imprensa brasileira conheceu. A idéia do Manual, conta ele:

“É um texto sucinto, com normas técnicas e isento de discursos institucionais. Lá se resumiam as normas do texto noticioso estabelecidas no início do Século XX nos Estados Unidos como um esforço para conter o sensacionalismo que abalava a credibilidade dos jornais. A

¹⁷ Cadernos de Jornalismo: Diário Carioca: o máximo de jornal no mínimo de espaço. Rio de Janeiro. Secretaria Especial de Comunicação Social, p. 85, 2003.

inspiração básica dessas normas é o uso corrente na linguagem falada, quando se conta um fato recente e notável” (2004, p. 24).

No entanto, já naquela época, a adoção de regras para o jornalismo encontrava opositores ferozes como Osório Borba. Como conta Pompeu de Souza, Borba ficou indignado com as mudanças. “Ele fazia comícios contra mim, na minha presença, não ocultava não: discutia comigo, não me perdoava ter implantado ‘essa coisa’ no nosso jornalismo...” (p. 26). Outro que não compreendeu foi o cronista Nelson Rodrigues, que passou a chamar Souza de “o pai dos idiotas da objetividade!”.

Isso não impediu, porém, que outros jornais da época passassem a adotar – com maior ou menor intensidade - algumas das técnicas já aplicadas pelo *Diário Carioca*, assim como buscassem outros mecanismos para a sua adequação a sociedade de consumo que estava dando seus primeiros passos.

Três anos após a implantação do *style-book* pelo Diário Carioca, em 1953, o jornal a Tribuna da Imprensa de propriedade de Carlos Lacerda apresenta sua versão. Nos moldes de um memorando interno, o manual tinha por objetivo atingir aos novos jornalistas de forma a informá-los sobre os “mandamentos” do Jornal: “Todo “foca” ou mesmo profissional experimentado que chega à “Tribuna da Imprensa” recebe logo uma espécie de catecismo” (ver anexo B). Como descreve Silva, a preocupação do jornal era basicamente com as mesmas coisas que Freyre havia pensado no início do século e que o Diário havia implementado: eliminar os preciosismos, adotar uma linguagem mais curta evitando os lugares-comuns. O Manual do Lacerda era mais simples que o do Diário, ainda que procurasse disponibilizar instruções sob quase todos os aspectos do fazer jornalismo, como a elaboração de títulos e subtítulos. “Faça-os curtos, suficientemente explícitos para serem atendidos, suficientemente misteriosos para não dizerem tudo ao leitor, a fim de que êle se interesse pelo texto”. (ver anexo B).

Segundo Silva, algumas expressões deveriam ser “condenadas” do jornalismo: “voraz incêndio”, “feroz leão” ou “pequena multidão”. Mesmo adotando o livro de estilo, sua influência nas transformações do jornalismo foi pequena, talvez porque a preocupação exclusivamente de oposição ao governo de Getúlio Vargas tenha sido um dos motivos pelo qual o jornal não teve maior participação nas transformações que o jornalismo estava vivenciando na época.

A influência jurídica de Nobantino ao primeiro manual da Folha de S. Paulo

Outro jornal que exemplifica bem a passagem para o jornalismo de mercado, mais objetivo, e que tem o livro de regras como um dos instrumentos desta transição é o jornal Folha de S. Paulo. A recuperação histórica que Glória Freinz desenvolve sobre a formação do jornal Folha de S. Paulo lança luz sobre a implantação de documentos normativos na imprensa paulista. Logo depois da fusão das Folhas da Manhã, da Tarde e da Noite que deu origem a Folha de S. Paulo em janeiro de 1960, José Nobantino Ramos, então um dos diretores do jornal, propõe um documento que normatizasse as práticas no jornal. “Procedendo eu da advocacia, que se desenvolve sob a disciplina de normas, sentia, como diretor do jornal, a falta de regras, tanto para o trabalho diário, como para reger as relações do periódico com o meio que atuava” (KREINZ, p. 16-17. In: Ramos: p. 4). A partir disto, José Nobantino Ramos buscou primeiramente organizar um “roteiro” que orientasse as atividades, que foi chamado de “Programa de Ação das Folhas”. Tal programa seguia em torno de quatro eixos: informação, opinião, colaboração e fonte de receita. Somado a este roteiro, como destaca Andréa de Araújo Nogueira, Nobantino com o apoio de alguns jornalistas da redação, elaborou as chamadas “Ordens de Serviço”, resultado das reuniões diárias realizadas no jornal (NOGUEIRA, 2006, p. 01-11). Essas ações culminaram, em 1959, com a elaboração das “Normas de Trabalho da Divisão de Redação”. Documento que se transformou no manual de redação das Folhas, adotado por um longo período. “Sua atitude sempre foi pragmática, enfatizando a disciplina”, conclui Freinz (p. 17). A formação jurídica de Nobantino Ramos se encaixou perfeitamente ao momento no qual o jornalismo brasileiro passava por mudanças, pois diminuiu o *laisse faire* vivido pelas redações.

Conclui-se que as ações em torno da produção de textos normatizadores oriundas da década de 50 estavam articuladas com certa preocupação dos jornais em disciplinar e racionalizar as atividades jornalísticas com vistas a deixá-las mais organizadas e ágeis. Afinal, a imposição do tempo, a necessidade em noticiar antes dos concorrentes já se fazia sentir, ainda mais se considerarmos que as disputas pelo leitorado (audiência) estavam mais acirradas. O rádio e a televisão, como meios mais rápidos de transmitir informações, se ajustavam mais facilmente a essa nova realidade, afinal a cultura literária nunca foi plenamente desenvolvida na sociedade brasileira. A manutenção financeira dos jornais dependia menos dos acordos políticos e/ou estatais e mais em investimentos publicitários. “Era preciso, agora, anunciar produtos como automóveis e eletrodomésticos, além de

produtos alimentícios e agrícolas. Em pouco tempo, os jornais passaram a obter 80% de sua receita em anúncios” (p. 09). Isso obrigou, como destaca Abreu, os jornais a se preocuparem com o número de leitores, “que as agências entregam anúncios aos veículos de maior tiragem, que cobrissem as maiores áreas do território nacional” (p. 10).

Essa realidade se intensifica com o governo Juscelino Kubitschek. E neste sentido, foi necessário pensar um produto mais sedutor que ampliasse o número de leitores e, por conseguinte, de anunciantes. Fica evidente uma mudança na mentalidade gerencial das empresas de comunicação. A década de 60 estabelece um novo modelo de organização, mais rígido e eficiente. A presença do proprietário, do dono é substituída pelo gerente, responsável por atingir os objetivos planejados. No caso do jornalismo, a parte comercial ganha influência sobre a parte jornalística. O controle do espaço do jornal é definido pelo centímetro-coluna, e a estruturação do texto a partir do fato mais importante facilita a edição da matéria na medida em que possibilita a eliminação dos últimos parágrafos sem perder a essência da informação caso entrasse um anúncio de última hora. Enfim, há uma conseqüente especialização das tarefas, a adoção de rotinas vai sendo implantada e o controle do processo de produção torna-se fundamental para a execução das atividades jornalísticas. Neste sentido, a implantação de normas como forma de organizar a produção responde a realidade de mudanças que se estabelece neste “novo jornalismo”. O jornalista passa a ser enquadrado num formato mais rígido de produção, cuja velocidade e qualidade são determinadas por critérios objetivos. A lógica do trabalho como missão, sem controle, é substituída por outra, que compreende o trabalho a partir de seus resultados, mais específico e delimitado. Alguns jornais, como a Folha de S. Paulo adota o padrão centímetro por coluna como forma de estimular a produção. “Quem escrevesse mais, ganharia uma compensação salarial extra” (ORTIZ, p.139). Reprimendas são definidas aos descumpridores das regras. A lógica racional ancorada num crescente processo de tecnificação e especialização passam a determinar o modo de funcionamento das empresas de comunicação. O jornalista passa a ocupar um lugar definido na estrutura de produção. Esta nova realidade exige a adoção de dispositivos de controle mais eficientes e sofisticados, como os manuais de redação, que colaboram na delimitação destas funções ajudando a posicionar o jornalista neste complexo cenário.

As contribuições do JB na estruturação dos manuais de redação

As transformações operadas pelo Jornal do Brasil, entre o final dos anos 50 e, especialmente, na década de 60, são pródigas em mostrar como este “novo jornalismo”, mais industrial e mercadológico vai sendo forjado e como isso repercute no entendimento moderno dos manuais de redação.

As mudanças tiveram início em 1956 e ocorreram basicamente no setor gráfico, no modelo de organização editorial e na área cultural. A primeira grande alteração adotada pelo jornal ocorreu com a publicação de uma foto na primeira página (FERREIRA, 1996, p. 152-153). A capa que até então era destinada a anúncios e propagandas e algumas pequenas manchetes, passa a ser ocupada basicamente pelo noticiário político. A publicidade fica reduzida a uma pequena parte da página, garantindo mais espaço para a informação jornalística. Ainda na parte gráfica, podemos destacar a supressão das linhas que separavam as colunas. Era comum na época usar fios entre as colunas de textos com o objetivo de não confundir o leitor, habituado com a simetria dos livros. As mudanças gráficas adotadas pelo JB passam a modelar a apresentação de vários outros veículos. Na parte editorial, o Jornal do Brasil intensifica as experiências de segmentação da Tribuna da Imprensa criando Cadernos por assunto. O Suplemento Dominical e do Caderno B, de circulação diária, voltado à cobertura de pautas relacionadas ao teatro, cinema e as artes em geral, e o Caderno C, voltado exclusivamente à publicação de anúncios classificados, além do suplemento semanal Livro, que abordavam temas voltados ao mercado editorial são alguns exemplos desta nova configuração (GADINI, 2003, p. 60-62).

A contratação de Alberto Dines em 1962, como chefe de redação, não interrompe o movimento transformador do jornal. Ao contrário, as mudanças se intensificam e se consolidam, muito por conta das referências que Dines obteve em seu contato com o jornalismo norte-americano e porque o JB apoiava essas inovações. Para se ter uma idéia do compromisso do jornal com as mudanças, Dines passou - por conta do JB-, cerca de três meses realizando cursos na Faculdade de Jornalismo em Columbia, além de visitar os grandes jornais norte-americanos. Essa experiência contribuiu à implementação de vários projetos voltados à valorização da técnica e da especialização, como o Departamento de Documentação e depois na sua transformação num Departamento de Pesquisa e a adoção dos Cadernos de Comunicação e Jornalismo. Sobre o Departamento de Pesquisa, Dines relembra o seguinte: “Até então, o repórter saía para rua, antes passava lá na documentação, pegava o material, lia para não sair ignorante sobre a matéria e pronto. A

partir daquele momento o Departamento de Pesquisa começou a produzir matérias, a ser uma produtora de matérias contextualizadas, referenciadas”. A organização e a sistematização de documentos históricos contribuíram para a qualificação dos textos, na medida em que conferia às matérias consistência. A partir disto, vários veículos de comunicação adotaram esta idéia, entre eles a TV Globo que no início dos anos 70 instituiu o seu departamento de pesquisa. A necessidade em conhecer mais e melhor os leitores como forma de (re)orientação da produção midiática passou a ser valorizada.

Os cadernos de Jornalismo do JB

Somada a essa política de qualificação, o JB apresentou outro projeto, também advindo das influências do jornalismo norte-americano. Tratava-se dos **Cadernos de Comunicação e Jornalismo**. Segundo Dines, a inspiração para os Cadernos veio do *The New York Times*, que na época fazia circular um documento interno chamado *Winners e Sinners* (ganhadores e perdedores). “Era uma estratégia para a circulação interna em que eles (os jornalistas do Times) discutiam em forma de crítica e de gozação os erros que tinham saído no jornal, as gafes cometidas e demais brincadeiras”¹⁸. O jornalista conta que no *JB* a coisa aconteceu um pouco diferente. A idéia para os Cadernos era criar espaços para o debate sobre jornalismo, algo inovador já que na época não havia uma cultura interna à redação voltada a refletir sobre a própria produção. “Naquela época, você sentava e escrevia, poucos escreviam e depois iam discutir o que havia sido feito”.

A partir dos Cadernos, houve certo esforço dentro do jornal no sentido de compreender que a produção jornalística seria o resultado de critérios técnicos previamente definidos e refletidos, ao contrário dos subjetivismos e impressionismos que existiam.

O prefácio da primeira edição, editado em 1965, demonstra os objetivos e o cenário no qual esta publicação se inseria:

“Com estes pequenos cadernos estamos querendo, modestamente, iniciar o processo do aprimoramento técnico dos jornalistas”.

“Estão longe os dias do jornalismo empírico e subjetivo. Hoje, **fazer jornal é uma ciência**, como as demais, como todo o complexo mecanismo de comprovações, experiências, leis e princípios. Fazer o *lead* respondendo às 5

¹⁸ http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/sobre_dines/memoria.htm . Visitado em 15 de março de 2008.

clássicas perguntas há muito deixou de ser o principal segredo do jornalista” [...] “Neste mundo tumultuado e agitado, com uma revolução no campo do saber por dia, não podemos deixar que se confirme aquela afirmação do fotógrafo japonês, que nos disse recentemente com aquela honestidade oriental: ‘Há uma distância enorme entre o produto final do jornalista brasileiro, de grande qualidade intuitiva, e o índice cultural daquele que o executa’. Ele não queria apenas referir-se à cultura geral, cuja intensidade varia de acordo com cada jornalista, dependendo da intensidade com que ele considera o jornalismo uma atividade intelectual. **Referia-se ele – e todos os que se preocupam com o problema - com a cultura especializada, técnica e profissional**”¹⁹ (grifo nosso).

Esta fala na abertura de um documento que pretendia apresentar reflexões e debates sobre temas envolvendo a comunicação e o jornalismo a partir das experiências dos próprios profissionais do campo releva, já naquele tempo, preocupação com a formação de qualidade dos jornalistas e, principalmente, indica que tipo de formação seria essa. Sobre isso, o texto indica a necessidade de uma formação específica, a partir de um conjunto de técnicas e procedimentos profissionais especializados.

É desta época a regulamentação da profissão com a instituição da exigência do diploma como condição ao exercício do jornalismo. Também deste período, a criação dos primeiros cursos de pós-graduação em comunicação (PUC-SP, ECA-USP, ECO-UFRJ), o que vem fortalecer as pesquisas em torno dos meios de comunicação. Há um significativo desenvolvimento técnico-científico na área de comunicação e no jornalismo especificamente. Para se ter uma idéia desta preocupação, José Marques de Melo, então professor da ECA-USP e um dos primeiros pesquisadores da área, publica no início dos anos 70, um livro chamado Normas de Redação de cinco jornais brasileiros, contendo as regras para a redação dos principais jornais brasileiros. Trata-se de um compêndio das regras que os jornais adotavam internamente. A proposta, segundo ele, era fazer circular junto aos estudantes as regras que a imprensa estava se pautando²⁰. Estes “Manuais” tinham distribuição restrita, voltado especificamente para os jornalistas, agências de publicidade e para algumas assessorias, ou seja, embora estivessem de alguma forma presentes no cotidiano das redações e em espaços correlatos, não tinham uma dimensão pública.

¹⁹ Cadernos de Comunicação e Jornalismo. Jornal do Brasil. Ano 01, N. 01, maio de 1965.

²⁰ Entrevista concedida ao autor em 10 de novembro de 2005.

Outra conseqüência da publicação dos Cadernos de Jornalismo que contribuiu para o entendimento sobre os manuais de redação é justamente o fato de tornarem público os *modus operante* das redações. Até então, as práticas jornalísticas quando muito se tornavam objeto de debates entre editores e repórteres. A idéia adotada pelo Caderno, ainda que talvez não propositadamente, disponibilizou publicamente as regras do jogo ampliando o acesso²¹, mesmo que sua circulação estivesse restrita a bibliotecas e faculdades de comunicação.

Os Cadernos evidenciavam um interesse crescente em falar e pensar sobre o jornalismo, principalmente a partir dos produtores, do mercado. Na realidade, os Cadernos trataram criticamente o jornalismo a partir dele próprio, algo ousado até para os dias atuais. De toda forma, a partir dos Cadernos, o jornalismo – essencialmente empírico – passa a ser refletido teoricamente. Neste sentido, se considera a existência de uma técnica e de uma teoria e, desta forma, a importância em se pensar sobre aquilo executado no mundo das redações. Assim, a formatação das experiências do campo profissional dos jornalistas a partir da sistematização de manuais pode ser considerada, em alguma medida, o reconhecimento da necessidade em organizar os conhecimentos acumulados em forma de livro. Resguardadas as diferenças (forma, conteúdo, objetivos) entre estes dois momentos de produção literária sobre o campo jornalístico a partir do próprio campo, (a experiência dos Cadernos quanto o percurso de organizar as regras em forma de livro), indica certo movimento no sentido de estruturar e consolidar o campo do jornalismo.

O Jornal do Brasil publica os Cadernos até 1973, momento que coincide com a saída de Dines da direção do jornal.

Antes de avançar para a fase contemporânea dos manuais de redação cabe destacar que a história moderna do jornalismo brasileiro está relacionada mais a iniciativas de profissionais do que pela vontade exclusiva das instituições. Gilberto Freyre, Pompeu de Souza, Alberto Dines são exemplos de personagens que comprovam esta ligação. Cada um a sua maneira, cada um ao seu tempo, eles participaram ativamente das principais transformações do jornalismo do País.

²¹ Segundo Dines, foi através dos Cadernos que surgiu a idéia do Observatório da Imprensa, programa de televisão exibido pela TV Cultura que tem por objetivo refletir a produção midiática.

Os manuais chegam aos leitores

Com a distensão do regime militar no início dos anos 80, através da suspensão dos atos institucionais, o jornalismo retoma gradualmente sua presença nas discussões políticas e sociais, mas agora trazendo os sintomas de uma economia de bens culturais em pleno desenvolvimento, onde a notícia é tratada como “produto” (MEDINA, 1988). “A *Folha* considera notícias e idéias como mercadorias a serem tratadas com rigor técnico”²². A preocupação econômica fica mais latente a partir da crise do petróleo e a corrente inflacionária que toma conta do Brasil a partir de 1973. Pesquisas de mercado, aferição de audiências entre outros modelos de coleta de dados são mobilizados para orientar o mercado de bens culturais e seus produtos. A publicidade avança para assumir sua condição de mantenedora dos jornais, comprimindo paulatinamente os espaços jornalísticos.

“Os jornalistas foram obrigados a produzir textos mais curtos, a escolher títulos sintéticos, (...). Proliferaram as colunas de notas curtas, que têm um número elevado de leitores. (...) Na transmissão da notícia, foi aforado um padrão de texto impessoal, seco, descritivo, rigoroso, no sentido de não expressar juízo de valor” (ABREU, 2002, p. 30).

É neste ambiente de crescente racionalização da produção noticiosa, agilidade operacional que, em 1984, o jornal Folha de S. Paulo, pelas mãos de Cláudio Abramo, executa uma ampla reforma editorial e gráfica, que culmina com a publicação do primeiro Manual de redação e estilo voltado não somente aos profissionais, mas também ao público em geral, o Manual Geral da Redação, avançando para um novo estágio na forma de se fazer jornalismo: o chamado jornalismo de mercado. As diferenças entre as iniciativas anteriores de regramento das redações para essa proposta da Folha, além do fato do Manual passar a circular em espaços exógenos ao universo jornalístico, estão na forma em que se dá a implantação deste manual e principalmente as reações advindas de sua introdução.

Embora possa parecer, por uma série de relatos, muitos dos quais reproduzidos aqui, que o jornalismo já se encontrava totalmente ajustado às lógicas de mercado, de racionalização e mecanização provenientes de uma série de mudanças técnico-tecnológicas

²² <http://www1.uol.com.br/cgi-bin/bibliot/arquivo.cgi?html=manual&banner=bannersarqfolha> . Visitado em 28 de março de 2008.

adotadas até aquele momento (modernização dos parques gráficos, introdução do sistema de computadores, maior segurança na transmissão de dados, fax, telex, regulamentação profissional entre outros fatores), isso não reflete a real situação, como as reações de desagravo dos repórteres da Folha de S. Paulo quando da introdução do projeto editorial e principalmente no seu primeiro manual realmente público de redação. Esse momento é recuperado em detalhes por Carlos Eduardo Lins e Silva em seu trabalho de livre docência quando discute as estratégias adotadas pelo jornal Folha de S. Paulo na busca em se tornar o principal jornal brasileiro.

A Folha de S. Paulo passa a adotar um sistema de controle da produção, mais eficiente e rigoroso sustentado na definição de objetivos e metas a serem alcançadas por todos os empregados do Jornal. Tal sistema estaria baseado, como conta, em dois pensadores: Lee Iacocca e Robert Mager que tiveram forte influência na direção do jornal (1988, p. 135-144). A idéia baseada nestes dois intelectuais liberais é que, em definindo os objetivos, os empregados estariam obrigados a prestar contas sob seu trabalho. Neste caso, isto era realizado trimestralmente a partir de vários mecanismos, entre eles um controle quantitativo de erros (gramaticais) cometidos por editoria e por jornalista. A publicação do Manual Geral da Redação também é um dos balizadores desta sistemática: “O Manual Geral da Redação da Folha tem a função de definir o método e os procedimentos práticos que sua direção considera apropriados para **atingir os objetivos** através do projeto” (p. 117. Grifo nosso).

Mas foi a exigência de seu cumprimento que detonou várias reações de desagravo na redação a ponto de os jornalistas e o Sindicato se manifestarem tanto através do jornal da entidade quanto em reuniões e abaixo-assinados reclamando à direção do jornal pela forma como o manual de redação estava sendo implantado. Essas reações, para Lins e Silva, se devem a vários fatores, entre eles a uma politização da questão. A redação encaminhou documento à direção do jornal apontando algumas dificuldades que a aplicação do manual estava provocando como a perda da liberdade de expressão. O Sindicato dos jornalistas de S. Paulo, por sua vez, publica em seu jornal matéria destacando as “pérolas” do manual, numa tentativa de mostrar as suas fragilidades (p. 125-126). Segundo Lins e Silva, muitos dos “insurgentes” eram formados por jornalistas mais antigos, avessos a regras e normas que o jornal buscava implantar.

Apenas a título de ilustração, pois não se trata do modo de apropriação que estamos estruturando, estas reações demonstraram de forma clara situações de descompasso entre os usuários e os manuais de redação como ocorreu quando Freyre tentou implantar seu

manual no início do século XX. Como vimos naquela oportunidade o manual não foi adotado pelo conjunto da redação. As referências - de caráter histórico - mobilizadas por Lins e Silva com o objetivo de evidenciar as reações de desagravo dos jornalistas ao manual nada mais são que descompassos entre as ofertas e as apropriações de manuais de redação. Descompassos baseados em reações de ordem ideológica em decorrência da falta de compreensão das mudanças que o jornalismo estava sofrendo e até mesmo pela forma autoritária de implantação, especialmente no caso deste primeiro Manual Geral da Redação da Folha de S. Paulo. Ou seja, independentemente de quais motivos, havia uma evidente distância entre aquilo que estava sendo definido pelo jornal e seus modos e a realidade dos jornalistas, algo que se procurou superar nas edições seguintes, como foi reconhecido.

Após essas reações, os jornalistas passaram a utilizar o Manual de redação de forma mais efetiva, sendo que em 1987, a Folha lança a segunda versão, ampliada e mais flexível. Nesta direção, vários outros jornais investiram em manuais próprios ou incorporaram de outros jornais²³ compartilhando padrões de estilo (redacional e gráfico) e éticos (conduta). Passados mais de 20 anos do aparecimento público do primeiro **livro de regras e normas** e sua conseqüente proliferação, os manuais de redação ainda permanecem obscuros ao mundo acadêmico, como podemos ver no levantamento do estado da arte do objeto.

²³ Quando os manuais de redação passaram a ser disponibilizados ao grande público, e não apenas aos profissionais das empresas, eles assumem dimensão externa por assim dizer, agindo como instrumentos que ajudam os leitores a vigiarem os jornais e jornalistas.

3. Vozes acadêmicas sobre o objeto

“A padronização redacional uniformiza o fato da cor do jornal, subtrai-lhe qualquer traço insubordinado e o domestica.” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 49)

O propósito mais geral deste capítulo é pontuar contribuições que destacaram os manuais de redação como seu objeto de pesquisa. Contudo, em função da carência de estudos mais específicos sobre manuais de redação brasileiros, ampliamos nosso recorte, considerando não apenas livros e trabalhos acadêmicos (tese, dissertações e artigos), mas também, referências diretas publicadas em obras correlatas, ou seja, autores preocupados em pensar as agências de notícias e sua relação com as rotinas de produção, eventualmente podem mencionar manual de redação. Além disso, com este levantamento, buscamos construir um lugar original para o problema desta pesquisa.

Já no primeiro contato com estes materiais, nos deparamos com uma intelectualidade dividida, com posições relativamente diferenciadas sobre manuais de redação. Uma destas posições procurava destacar os problemas que a utilização de manuais de redação provocaria no processo de elaboração do jornal. A declaração de Oswaldo Coimbra é ilustrativa deste movimento. Para ele, os manuais “*constituem numa espécie de camisa de força, útil para a contenção (grifo meu) de alguém que queira experimentar seu próprio fôlego na elaboração de seu estilo*”. Por outro lado, destacava sua funcionalidade ao afirmar que eles “[...] *servem de apoio a quem precisa escrever para jornais [...], como as gramáticas, os dicionários*” (RODRIGUES, 2003, p. 125). A capacidade intelectual dos jornalistas estaria fortemente comprometida pela rigidez normativa imposta pelos livros de regras, assim como a produção das notícias estaria inevitavelmente determinada por modelos que, em última análise, serviriam aos interesses do capital econômico.

Os trabalhos de Ciro Marcondes Filho e Cremilda Medina realizados na década de 80 especialmente, tendo por objeto as relações dos mídias como sistema econômico-político colaboram essa perspectiva, digamos, mais apocalíptica. Ciro Marcondes Filho, por exemplo, identifica na produção jornalística da época, crescente redução do repertório lingüístico e a fragmentação das matérias como alguns dos fatores do empobrecimento do texto jornalístico. “*O jornal restringe o número de termos de seu uso diário através de manuais de redação, que, mais além, passam a funcionar na cultura e na sociedade em que são hegemônicos como fontes normativas da linguagem efetivamente falada ou escrita*” (MARCONDES FILHO. 2000, p. 34). Para ele, o uso de manuais de redação limita o repertório dos jornalistas, restringindo por sua vez o espectro cultural dos leitores.

Por outro lado, encontramos autores que tendiam a compreender os manuais de redação como instrumentos de qualificação da produção jornalística, na medida em que auxiliavam os jornalistas na elaboração noticiosa. Neste sentido, a sistematização das

regras e das normas do mundo profissional em forma de manual contribuiria para aumentar a qualidade das notícias, tornando-as mais claras, diretas e seguras. Para José Marques de Melo, o manual de redação estabelece em suas regras “[...] a composição de relatos rotineiros. Ou seja, para a informação geral, noticiosa, geralmente impessoal.” (RODRIGUES, p. 132). Já o professor Nilson Lage, ao focalizar a linguagem propriamente, afirma que os manuais contribuem para orientar os jornalistas novos, agregando decisões diárias (RODRIGUES, p. 134). Ambos têm claro que os manuais nas redações auxiliam no trabalho dos repórteres. De forma geral, esta posição otimista via nos manuais de redação um importante instrumento na criação da identidade do jornal, além de participar qualitativamente da redação das notícias.

No entanto, a partir de meados dos anos 80 do século XX, a pesquisa na comunicação no Brasil começou a apresentar avanço para além destas visões dicotômicas, procurando compreender os fenômenos midiáticos em sua complexidade. Este “movimento” agregou outras abordagens, ampliando os estudos na área. Isso proporcionou um salto qualitativo e quantitativo na pesquisa científica do campo²⁴.

Um dos primeiros artigos específicos sobre manuais de redação foi publicado em 1993, a revista de jornalismo Pauta Geral por Sônia Aguiar. Na oportunidade, a autora discute, a partir de referências das teorias semiológicas, as estratégias adotadas pelas instituições através dos manuais de redação. Para tanto, ela destaca quatro manuais de redação (JB, O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo), para demonstrar que estes instrumentos normativos não apenas determinam à conduta dos jornalistas através de seus modos de ação, mas também definem “o modo de construção dos enunciados e da organização do discurso com seus vários elementos intertextuais, submetendo-se a razões morais, epistemológicas, jurídicas, políticas, econômicas e tecnológicas dominantes em cada contexto social” (1993, p. 32). A autora concluiu afirmando que mesmo tendo essa influência sobre a produção jornalística, os manuais de redação não têm poder “absoluto”, pois o processo de produção no qual o manual faz parte compõem-se por um conjunto de partes relacionadas voltadas para a publicação do jornal. Ou seja, o manual é apenas uma parte do processo, que possui variações de acordo com os interesses de cada instituição e

²⁴ Para isto, basta ver o aumento de encontros científicos da área, numa tendência de particularizar os estudos, além do aumento no número de participantes. Sem falar no aumento de programas de pós-graduação em comunicação. Contudo, para dados mais precisos sobre essa realidade é necessário realizar levantamento da quantidade de publicações bem com seus conceitos.

de cada período. Desta forma, ela analisa os discursos de cada manual considerando aspectos de contexto.

A mesma revista publica dez anos mais tarde, em 2003, resenha de Giavandro Ferreira. O autor, a partir da noção de contrato de leitura de Eliseo Verón, analisa rapidamente na época o novíssimo manual de redação do jornal francês *Le Monde Diplomatique*. Entre as características estruturais destacadas, ele afirma que o manual – como os manuais brasileiros –, dá ênfase para os aspectos da língua, da ética, além de colocar uma lista de siglas e fichas com dados sobre países. Somado a isso, o manual atrás ainda tópicos sobre a “fórmula” ou princípios adotado pelo jornal, bem como a relação com as imagens. Do ponto de vista do discurso jornalístico, a noção de objetividade não é valorizada pelo manual. Segundo ele, o manual defende uma cobertura jornalística mais cidadã, cívica. “O mote da atividade jornalística, segundo a ótica do livro de estilo, é calcado na ação de informar mais honestamente, mais rigorosamente e mais completamente possível seus leitores”. Ele conclui que o jornal procura estabelecer um “contrato de leitura” com seus leitores a partir do manual de redação, definindo relações de confiabilidade e exatidão (p. 281-293).

Um das primeiras teses de doutorado que teve por objeto os manuais de redação, foi realizada por Mônica Caprino em 2001. Com o nome *Questão de Estilo – Estudo sobre o texto jornalístico e os manuais de redação*. O estudo baseou-se na técnica de Análise de Conteúdo procurando compreender nos manuais de redação, o estilo jornalístico adotado durante o século XX, suas fases e características principais. Seu foco esteve centrado no texto dos jornais, cujos manuais de redação são seus principais matizes. Para tanto, ela procura articular as técnicas da análise de conteúdo dos jornais, com uma reflexão sobre a elaboração de alguns dos principais manuais de redação em vigor, além de proceder a entrevistas junto aos responsáveis pela produção dos manuais²⁵. O destaque de sua pesquisa foi comprovar que os manuais de redação não podem ser vistos como “camisas de força” da produção jornalística, embora funcionem “como padronizadores de estilos particulares e orientam, até mesmo fora do ambiente da redação, a produção textual” (2001, p. 79).

Filiada na mesma técnica analítica de Caprino, a dissertação *Tirando o manual do automático*, de Patrícia Patrício de 2002, analisa o conteúdo dos manuais de redação de

²⁵ Agradecemos a Mônica Caprino pela autorização em utilizar as entrevistas realizadas em 2001 com Eduardo Martins (O Estado de S. Paulo), Luiz Garcia (O Globo), Carlos Eduardo Lins e Silva (Folha de S. Paulo). Tais entrevistas nos ajudaram a melhor compreender a posição dos autores sobre os manuais, bem como os contextos de produção.

quatro dos principais veículos impressos brasileiros. Os jornais O Globo, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e o da editora Abril, que concentra a produção das maiores revistas do Brasil – Veja, Capricho, entre outras. Ela mobiliza referências teóricas baseadas principalmente em Junger Habermas e a Teoria do Agir Comunicativo “Vamos nos deter sobre essa essência normativa, presente no texto dos manuais e nas consciências dos jornalistas, e questioná-la, pois a idéia da objetividade, um dos postulados mais importantes dos manuais, faz parte de uma visão de mundo contestada pelos cientistas” (2002, p. 05). Neste trabalho, a autora procura identificar contradições. Em cada manual. Para tanto, ela analisa algumas palavras-chaves que definem o modo de produção da notícia, como objetividade, neutralidade, isenção, ética, relação com as fontes entre outras e as tensiona com normas, procurando contradições, paradoxos, ambigüidades. Ao fazer isso, se depara com uma série de questões problemáticas do próprio jornalismo, muitas das quais sem solução a vista, e que naturalmente algumas estão internalizadas nos manuais de redação. É certo que o foco da discussão se restringe às definições dadas exclusivamente pelo manual e a partir daí se realiza as análises. Esta perspectiva, baseada numa certa teoria que tende a desconsiderar as relações articuladas entre o dispositivo e os sujeitos, ou seja, a processualidade existente em toda relação produto – consumo. Com isto, o estudo toma os manuais de forma estanque ainda que analise as variações históricas de cada edição e estabeleça um comparativo entre elas. Esta talvez seja a principal contribuição para o objeto deste trabalho.

Já a pesquisa realizada por Francisco Gonçalves da Conceição para a sua tese de doutorado pode ser considerada referência nos estudos sobre os manuais de redação. O pesquisador, a partir de influências semiológicas, procurou compreender as estratégias discursivas presentes em três manuais de redação da grande imprensa brasileira, reconhecendo, primeiramente, a necessidade em se avançar para além das posições restritivas apresentadas. Ele afirma:

“É preciso renunciar às grades **corporativas e dicotômicas** em que esse debate foi muitas vezes confinado e apreendê-lo no interior da movimentação histórica que posiciona os jornais em relação aos segredos do poder. Nas disputas entre profissionais e gestores pelo controle do processo de produção das informações. (...) A redução do papel dos manuais na estruturação do campo de significação das notícias e a restrição do debate a profissionais de jornalismo e gestores da comunicação, embora justificados pelo contexto da época, contribuiram para minimizar os

efeitos da racionalização estratégica empreendida pelas organizações jornalísticas” (2005, p. 10-11).

A posição do autor alerta para a necessidade de reposicionar os manuais de redação num contexto onde a produção jornalística não estaria comprimida exclusivamente pelas pressões ideológicas dos gestores, mas também pelas relações internas estabelecidas a partir de tensões, acordos e disputas entre os vários sujeitos envolvidos no processo de produção. Neste sentido, tanto os interesses sistêmicos mais amplos, quanto às demandas dos profissionais definem os modos como o produto jornalístico será realizado. Conceição considera que os manuais de redação participam, no conjunto da produção jornalística, anunciando estratégias de ocupação e consolidação de um espaço discursivo sempre concorrencial. “As políticas discursivas dos jornais, das quais os manuais são produto e instrumentos, não são indiferentes a essa idéia. A padronização e a normatização dos procedimentos estilísticos, lingüísticos e editoriais estão voltadas para a produção de uma identidade pela qual o jornal possa ser reconhecido como agente social” (p. 16). Assim, o manual de redação assume a autoridade de dizer como fazer, neste caso o jornal, reivindicando a autoridade de **poder** dizer e, portanto, dar, a saber, quais sentidos e como serão utilizados. Este é um dos motivos pelos qual o autor seleciona apenas três manuais de redação (O Globo, O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo), já que ele pretende - em comparação - compreender as disputas empreendidas via manual de redação pelos jornais. O estudo de Francisco Conceição contribui significativamente na compreensão dos manuais de redação como dispositivos enunciadores dos modos como os gestores da informação disputam o espaço público. Em artigo de 2005, Conceição reitera resumidamente as conclusões alcançadas em sua tese (CONCEIÇÃO b, 2005, p. 155-184).

A partir desta revisão da literatura verificamos, como se nota, reduzido número de pesquisas que elegeram os manuais de redação como objeto central. No nosso entender, isso se explica por certa visão restritiva de forte teor ideológico. Esta perspectiva tendia a considerar os manuais de redação como simples instrumentos limitadores da capacidade criativa dos jornalistas, e ao fazerem isso, destacam a interferência ideológica na produção das notícias. Neste sentido, os estudos procuravam denunciar o poder estandartizante dos mídias. Tal concepção era resultado das influências teóricas que as ciências da comunicação no Brasil viveram entre as décadas de 70 e 80 especialmente, afinadas com as proposições da Teoria Crítica, escola teórica que dominou as interpretações sobre os fenômenos comunicacionais. Como diz Mauro Wolf, o campo científico, assim como

outros campos sociais, está sujeito as influências, as modas de cada época (MATELLART, 2002). “Uma das constatações apresentadas neste livro (Teorias da Comunicação) é que a história e a evolução da *communication research* têm sido *também* profundamente influenciados pelo tipo de teoria comunicativa dominante” (WOLF, 1994, p. 98).

Esse modelo teórico (Crítico) tendeu a considerar os manuais de redação em substituição aos meios nos quais eles estavam vinculados, buscando comprovar ou negar as posturas ideológicas defendidas por cada grupo midiático, evidenciando as estratégias de formação de uma cultura de massas, estandarizada e conseqüentemente alienada dos processos de produção. Neste sentido, voltava-se a denunciar os produtos culturais massivos, neste caso os manuais de redação, como instrumentos a serviço do capital cultural, alienando²⁶ a produção de qualquer valor subjetivo, reificando as produções artísticas a padrões industriais. A discussão apresentada por Edgar Morin num clássico estudo sobre a cultura de massa no século XX demonstra como a produção cultural a partir da tecnificação contribui para formar uma sociedade massiva: “A concentração tecnoburocrática pesa universalmente sobre a produção cultural de massa. Onde a tendência é a despersonalização da criação, à predominância da organização racional de produção (técnica, comercial, política) sobre a invenção, à desintegração do poder cultural” (MORIN, 1987, p. 25). Neste sentido, os processos técnicos estariam obscurecendo a participação dos sujeitos na estruturação dos produtos, relegando a produção intelectual a modelos que visassem exclusivamente à multiplicação de bens culturais objetivando consumo fácil e fugaz, massivo, portanto. Os manuais de redação atuariam como instrumentos técnico-burocráticos no espaço, da produção jornalística, voltados a transferir e/ou diminuir a capacidade intelectual dos jornalistas em decidir como e quando fazer, para os proprietários e as lógicas econômicas definidas pelo sistema capitalista.

Estamos procurando, para além destas perspectivas apresentadas, evidenciar a condição complexa dos manuais de redação no contexto da produção noticiosa, não como correia de transmissão dos ideais das instituições, tão pouco como um objeto decorativo das redações, mas sim como parte de uma sofisticada estrutura chamada jornal. Neste sentido, como define Braga; “(...) é preciso pensar que os processos geram estruturas tanto quanto as estruturas se realizam em processos. Não podemos estagnar na perspectiva de que conhecendo as estruturas, podemos dizer os processos que estas desenvolvem. **É**

²⁶ Do latim, *alienare*. Transferir para outrem o domínio de; tornar alheio.

preciso também observar processos em ação para melhor compreender a própria formação das estruturas” (BRAGA, 2006, p. 30-31).

Outro aspecto distintivo deste trabalho das pesquisas até aqui realizadas tendo manuais de redação como objeto, reside no fato de que estamos considerando as interações entre os manuais de redação e seus usuários, e que tais interações remodelam em alguma medida as lógicas do produto aos interesses de seus receptores. Desta forma, nosso estudo deixa de considerar exclusivamente as lógicas internas dos manuais de redação, para pensar de uma perspectiva pragmática as operações realizadas pelos jornalistas no espaço das redações.

4. Quadro conceitual sobre o objeto/problema

Para dar conta de caracterizar meu problema, anuncio alguns pressupostos na tentativa de avançar sobre certa visão que tem relegado os manuais de redação a condição de instrumentos estanques de regras e normas jornalísticas com o objetivo de conformar as ações dos jornalistas. Essa visão instrumental e linear tem definido os manuais como suportes a serviço dos interesses de certa lógica jornalística, neste caso exclusivamente empresarial ou quando muito, a perspectivas exemplificadoras dos ideais jornalísticos. No sentido de superar esses olhares, devemos problematizar o objeto considerando a complexidade dos processos nos quais eles (manuais) estão inseridos e pelos quais são formados. Nesta medida, devemos tomar os manuais de redação inseridos nas disputas de estruturação de certo campo técnico-profissional chamado jornalismo por um lado e por outro na sua condição de *dispositivos* que, ao serem apropriados pelos jornalistas, circulam dentro do sistema midiático determinado, no caso jornal, articulando relações entre agentes produtores da notícia e os produtos.

A contribuição deste capítulo é tentar demonstrar conceitualmente que o manual de redação é um objeto mais complexo que a noção de suporte faz crer. Além disso, que o manual de redação disputa com outros dispositivos a capacidade de definir as lógicas do campo jornalístico como veremos a seguir.

A teoria dos campos sociais e os manuais de redação

Com este capítulo retomaremos de forma relativamente diferente debate realizado quando da apresentação do problema da pesquisa no início deste trabalho. A idéia, desta feita, é apresentar discussão sobre formação dos campos, especialmente o jornalístico, no qual os manuais de redação, a nosso ver, desempenham papel singular tanto como consequência quanto participante dos processos que o estruturam.

Numa perspectiva macro, o sociólogo francês Pierre Bourdieu apresenta o conceito de campo como um ‘recurso’ metodológico, como uma forma de “indicar uma direção à pesquisa”, que busca se diferenciar por um lado da excessiva formalização dos estruturalistas (radical autonomização), e por outro do reducionismo marxista “empenhado em relacionar diretamente as formas artísticas com as formas sociais”. Pois, segundo o autor, estas duas correntes de pensamento ignoravam o fato de o campo da produção ser um campo social de relações objetivas (1998, p. 64). Neste sentido, a noção de campo não

está definida pelo espaço físico, mas sim como sendo um espaço de disputas entre atores e instituições que lutam via suas práticas para a manutenção e ampliação da suas participações em sociedade, ou seja, como um campo de forças.

Desta forma, a noção de campo oferecida pelo sociólogo apresenta a capacidade de relacionar objetos relativamente autônomos entre si, além de colocá-los num nível de relativa autonomia, que permite formar analogias, sem, com isso provocar prejuízos a essência - histórica e estrutural - dos objetos relacionados.

“As transferências metódicas de modelos baseados na hipótese de que existem homologias estruturais e funcionais entre todos os campos, ao invés de funcionarem como simples metáforas orientadas por intenções retóricas de persuasão, têm uma eficácia heurística eminente, isto é, a que toda a tradição epistemológica reconhece à analogia” (66-67).

A estruturação do campo parte, portanto, da definição dos elementos constitutivos do próprio campo em relação aos elementos objetivos externos a ele. Ele reconhece, neste processo, tensionamentos internos e externos ao campo, construindo certo movimento relacional e conflituoso, fator que permite à estruturação do campo como um espaço autônomo e historicamente constituído. Ou seja, o campo e as regras que o co-determinam estão em permanente processo de (re)elaboração. Outra característica que determina a formação de um campo social enquanto um espaço relativamente singular de relações é sua capacidade de, ao se diferenciar dos outros campos, constituir suas especificidades. Esta condição é elaborada pela definição de regras e normas adquiridas pelos sujeitos internamente ao campo, o que Bourdieu chama de *habitus*. Trata-se, para ele, de modos de ação adotados pelos sujeitos e adquiridos a partir do senso prático. Algo que não está definido por nenhum cálculo previamente definido ou alguma regra do tipo jurídico, mas sim quase jurídico que, a partir da repetição e do compartilhamento entre os sujeitos, forma um modo específico de agir, definida por uma ação quase consciente dos agentes. Assim, a partir de um processo de secularização, as regras e a normas adquiridas através do *habitus* organizam as ações práticas dos agentes do campo. Portanto, o *habitus* nada mais é que estruturas estruturadas tomadas por estruturas estruturantes. Para Bourdieu, não dá para pensar a gênese da formação dos campos sociais e simbólicos sem estarem relacionados à idéia de *habitus*. Para ele, ambos os conceitos estão indissociáveis e mutuamente se explicam. Clóvis de Barros Filho, num ensaio sobre a estruturação das relações dos internos do campo jornalístico, esclarece:

“O habitus de um ator social é estruturado por posições sociais, constitutivas de um campo qualquer, incorporadas em forma de disposições. O campo, por sua vez, é estruturado por posições sociais em deslocamento definidas e redefinidas por tomadas de posição, ações decorrentes de um senso prático e observadas enquanto posições sociais. Ora, **campos e habitus são**, como diz Bourdieu, **reciprocamente estruturados e estruturantes**” (BARROS FILHO, 2003, p.12, grifo nosso).

Percorrendo outro caminho, Rodrigues (2000) também reconhece a importância da noção de Campo como forma de compreender as dinâmicas sociais contemporâneas. Para tanto, ele parte de elementos históricos da Modernidade e da Racionalidade, para definir a gênese do campo entre agentes e instituições. Assim como Bourdieu, Rodrigues compreende que a formação do Campo se dá num crescente processo de autonomização e secularização da experiência intersubjetiva, numa superação da forma tradicional de fundamentar a “crença e a confiança na apreensão sensorial do mundo natural, nas regularidades constitutivas da legitimidade das experiências subjetivas e intersubjetivas, a modernidade pretende apelar para a indagação crítica metodicamente conduzida”. (p. 189). Entretanto, como o próprio Rodrigues acentua, trata-se de um processo inacabado, já que a racionalidade moderna não dá conta de perceber domínios outros da experiência tradicional, como a experiência da língua e a afetiva. Na modernidade, a fundamentação racional das explicações das experiências se instalou em outros caminhos que estão para além dos saberes tradicionais. “O saber moderno visa à explicação dos fenômenos, à formação das regras do seu funcionamento e à compreensão da sua organização, em vez de explicações herdadas da tradição” (RODRIGUES, 2000, p. 190).

Por consequência aparece a figura do especialista, com competências específicas que atuam sobre determinado campo e que, ao atuarem sobre ele, definem regras e procedimentos que colaboram para instituir as regras e os valores do próprio campo. Rodrigues recupera na história das ciências o aparecimento das universidades no fim da Idade Média para demonstrar a relação que há entre a formação de competências específicas com o processo de autonomização do campo. “É impossível compreender a autonomização dos campos sociais sem o desenvolvimento das ciências modernas e o aparecimento das especializações científicas” (p. 190). A comparação que Rodrigues oferece entre especialistas e sábios demonstra este movimento de autonomização. Os especialistas são dotados de conhecimentos exotéricos, ou seja, sobre a generalidade das experiências que são adquiridas por todos, como no ambiente escolar, por exemplo. Já em

relação aos sábios, a troca de experiências (conhecimento) está restrita a poucos, limitando o conhecimento aos iniciados do campo. Portanto, esta competência esotérica - a dos especialistas -, possibilitou a estruturação de regras internas aos domínios do próprio campo. Facultou igualmente que formulassem discursivamente regras para influir em outros campos sociais. A função discursiva, portanto, é importante na estruturação do campo, pois é a partir dela que a formulação de regras internas e as relações entre os campos se materializam, distinguindo os campos entre si, o que ocorre somente a partir da distinção do mundo pragmático do mundo discursivo. A modernidade fundamenta-se, segundo Rodrigues, “na distinção (...) entre os valores de adequação do discurso e os valores de eficácia técnica, entre a esfera da palavra e a esfera da ação” (2000, p.190). Assim, um campo social não existe sem a sua simbólica própria, pois é ela que torna público suas especificidades e mantém em relação a si e aos outros (externos) suas características limitando a participação. O discurso está para o campo como “um sistema de mecanismos ambivalentes que asseguram, por um lado, a sua visibilidade externa, mas, por outro lado, restringem seu domínio aos detentores legítimos das suas marcas e dos seus rituais” (p.197).

Assim, o domínio e a elaboração de uma simbólica própria garantem autonomia para intervir em outros campos, bem como incentiva a luta em manter suas particularidades. Por exemplo: o campo religioso institui para si e conseqüentemente para outros campos sociais, lógicas que, ao serem adotadas pelos seus membros e tornadas públicas, garante à permanência e a adesão de indivíduos que, para tal, devem se comprometer a seguir as regras internas do campo como elemento de sua coexistência. O celibato, a fidelidade, o reconhecimento da existência do Criador, o domínio/conhecimento do protocolo religioso, são exemplos que mantém os membros do campo religioso relacionados entre si. Ao fazerem isso, instituem limites ou barreiras que dificultam ou impedem o acesso de agentes externos ao campo, além de, simultaneamente, tensionam os outros campos sociais à suas práticas. A tensão entre o campo religioso e científico sobre a origem do mundo é um dos exemplos de embates que tanto limitam o acesso como garantem especificidade aos campos em disputa. Assim, a competência simbólica, ou seja, a condição de dizer e de como dizer, portanto, o *discurso* é igualmente fundamental para garantir a existência de campo enquanto espaço socialmente definido. Neste sentido e a partir da emergência dos mídias, essa característica passou a ocupar um espaço de destaque na estruturação dos fenômenos sociais. Se em tempos passados, o capital econômico detinha a exclusividade em articular as ações sociais a partir do dinheiro como objeto

mediador, com o advento dos meios de comunicação de massa, as relações sociais se tornaram mais complexas, conferindo aos detentores do capital simbólico a autoridade em mediar (organizar, definir e estruturar) as relações sociais. É por isso que o campo midiático, lugar no qual às regras e as normas que determinam as relações simbólicas são definidas e conhecidas, passou a ocupar espaço de destaque na sociedade e na compreensão dos fenômenos contemporâneos, bem como na constituição das relações sociais. As Ciências Políticas, por exemplo, sob forte influência das ciências clássicas como a filosofia, passaram nos últimos tempos a considerar os estatutos definidos pela mídia como necessários para avançar as reflexões da área. Não dá para pensar os fenômenos políticos atualmente sem a presença dos mídias. Além disso, o processo de reconhecimento de outros Campos como no caso do Político sobre o Midiático é também uma das formas de homologar o Campo como um espaço de domínio próprio.

Outra característica importante do Campo dos Mídias destacada por João Pissarra Esteves entre outros é sua capacidade de mediar às relações internas e externas aos Campos a partir da estruturação de uma série de novos valores como a “transparência nas relações sociais, a liberdade na vida pública, a equidade na participação da vida pública” (ESTEVES, p. 123). Ou seja, a emergência dos mídias possibilitou a articulação entre o meio social e o meio cultural, redimensionando padrões de vida à luz da especificidades demandadas pelos regimes postos pelos meios de comunicação.

Antonio Fausto Neto, em pesquisa sobre a tratamento da imprensa despendido a Aids, descreve algumas características dos mídias que nos ajudam compreender a importância dos mídias como “instâncias da produção do real” (1999, p.16). De início, ele apresenta a condição dos mídias serem um dos estruturadores do espaço público e concomitantemente formarem-se neste mesmo espaço por eles estruturados. Como consequência, ele aponta que, em participando do espaço público, os mídias têm a capacidade de eleger, editar e selecionar as falas nele engendradas, proporcionando desta forma visibilidade pública. Este processo de publicização segue leis e regras determinadas pelas condições de produção dos próprios mídias. Desta forma e através de dispositivos técnicos, midiaticizam-se as experiências do cotidiano, permitindo o “alargamento da legitimidade e a visibilidade de outros campos” sob seus próprios saberes e, ao mesmo tempo, articulam as especificidades do “seu lugar como instância de produção dessa nova ordem” (p. 17). Esta relação entre os vários campos e o campo dos mídias confere a seus agentes e instituições visibilidade pública, como também o legitima como organizador deste processo, pois é nele que as regras são definidas e onde elas são postas em prática.

Neste cenário, o jornalismo – seja enquanto técnica ou como discurso, ocupa um espaço destacado na luta por oferecer sentidos à sociedade. Sustentado em premissas socialmente aceitas, como imparcialidade, objetividade, isenção, o jornalismo posiciona-se como espaço reconhecidamente credível e verdadeiro. Em um artigo publicado recentemente sobre a atualidade no jornalismo, Franciscato destaca o lugar ocupado pelo jornalismo na contemporaneidade. Segundo ele, o jornalismo é uma instituição social, historicamente constituída, que tem por característica a transmissão de fatos atuais e importantes para a sociedade (2001, p. 261). ”Este papel é executado porque o jornalismo conquistou uma legitimidade social para produzir uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas” (p. 261). Desta forma ele participa como um campo privilegiado na estruturação de uma simbólica relativamente homogênea.

Os discursos do público passam pela forma como o discurso jornalístico é estruturado. A título de exemplo podemos citar a hipótese do *agenda setting*. Ela visa demonstrar entre outras coisas essa posição de contato sobre aquilo que é dito pelos mídias em relação aquilo que é comentado na esfera pública. O estabelecimento dos assuntos, bem como a direção que vão adquirindo a partir de referências diretas e indiretas ofertadas por eles e socializadas pelos sujeitos dá a extensão, sua ação sobre os modos de agir e pensar em sociedade. A posição do jornalismo é importante neste quadro, pois é por ela que a representação dos fatos “ganha” o cotidiano, ocupando a agenda pública. Agrava-se se pensarmos que seu objeto, a notícia, é determinado por procedimentos de verossimilhanças, de proximidade com o real. O uso de citações, de aspas entre outros, são recursos estratégicos que procuram criar confiabilidade no leitor sobre o produto jornalístico e, desta forma, constituir um imaginário social um lugar no qual a notícia seja tomada como fidelidade aos acontecimentos. A partir disso, a notícia assume condição privilegiada frente aos outros modos de como a mídia se articula com a sociedade, como a publicidade ou como os produtos de ficção, por exemplo.

Entre este conjunto de ações e dispositivos que procuram criar as condições de legitimidade ao produto jornalístico, está o manual de redação. Entre suas múltiplas atribuições frente aos processos de produção da informação, encontramos nele a capacidade de legitimar o produto jornalístico, na medida em que ao agir como um dispositivo de poder controlando as ações internas e auxiliando os jornalistas a superaram possíveis dificuldades, ele propõe “saídas” práticas às demandas do cotidiano.

Assim, ele constitui “parceria” com o jornalista que, por sua vez, ao aceita-lo, passa a legitimá-lo como um dispositivo de apoio. Outra atribuição perceptível aos manuais de redação públicos é a sua capacidade de manter e ampliar o capital simbólico dos veículos onde eles estão presentes. Isso se dá, entre outras formas, pela condição de legitimação de seus usuários conforme discorremos acima, mas também pela capacidade deles tratarem de assuntos para além dos limitados pelas práticas jornalísticas. Ora, na medida em que encontramos manuais de redação que oferecem informações sobre aspectos gerais da sociedade, como cultura, política, economia, eles estão avançando sobre outros setores e desta forma ampliando seu grupo de consumo. Se pensarmos a partir do uso dos manuais de redação por outros jornais, devemos reconhecer que estamos falando de algo que não está mais restrito as suas ofertas iniciais, mas que assumiu outras feições a partir de interesses variados. Esta reelaboração dos usos dos manuais por outras instituições eventualmente concorrentes merece uma análise mais detalhada, mas de antemão indica o acúmulo de capital simbólico das mantenedoras dos manuais de redação. A sistemática utilização dos manuais de redação provocou mudanças significativas no campo jornalístico, não somente nos aspectos organizacionais, mas também e, por conseguinte, nas relações externas interinstitucionais. Neste aspecto, os manuais passaram a atuar como legitimadores do campo jornalístico, pois através deles, as regras do mundo da vida dos jornalistas que estavam dispersas e restritas, foram sistematizadas e publicizadas, assumindo condição pública e, portanto, legitimadora nos próprios modos de operação dos jornais tanto interna quanto externamente. Ao definir as regras e as normas pelas quais os agentes deverão atuar, ele marca posição sobre os outros campos articulando e organizando o próprio campo.

Nesta perspectiva, os manuais de redação passam a funcionar como um dos dispositivos estratégicos do campo jornalístico, tanto operando internamente no sentido de contribuir para a formação do *habitus* jornalístico, quanto externamente, como objeto mantenedor e ampliador do capital simbólico das instituições onde estão presentes. Neste âmbito, o processo de formação jornalística estruturado tanto a partir das faculdades ou mesmo a partir dos cursos de formação de trainees tem forte influência na aceitação, distribuição e consolidação das normas jornalísticas. A cultura profissional, tecido formado em parte pelas normas e regras definidas pelo campo a partir do *hábitus*, tem nos manuais de redação sua principal síntese. É nos manuais de redação que se encontram as principais lógicas que modelam o mundo jornalístico. Ele se torna um importante operador do campo

jornalístico, participando do modo como o jornal será produzido e consolidando as alterações que o campo está sofrendo.

Das regras as estratégias

É dentro deste complexo processo de produção jornalística que o manual de redação é operado não mais como fora determinado pelos interesses de seus idealizadores, ou mesmo como fora definido pelas instituições jornalísticas, mas a partir das lógicas de seus usuários, dos jornalistas que cotidianamente “trabalham” as regras, negociando os múltiplos interesses envolvidos nos processo de produção. Portanto, aquele jornalismo que foi idealizado pelos manuais de redação, não é mais do que espelhos refletindo uma realidade limitada e disforme, que se chama prática jornalística..

Sendo assim, os manuais de redação estruturam, na condição de objetos incorporados pela cultura jornalística²⁷, sobre a cultura e sobre seus membros, relações que estão para além das propostas elaboradas pela cultura empresarial/jornalística. A idéia, portanto, é a de perceber que, por mais que os manuais contribuam para regular estilos, modos de comportamento e definir critérios de conduta, eles são – nos processos de uso -, reelaborados, formando outros modos de operação. Essa perspectiva remete à necessidade de compreender os espaços, as situações de uso definidas pelas relações entre os agentes e o produto (manuais de redação), numa interação que emerge das (re)ações realizadas pelos jornalistas na produção das matérias via dispositivo regrador.

A constatação de que os manuais de redação passam por processos de reelaboração quando em uso pelos jornalistas nos autoriza a interrogar sobre as causas de tais descompassos, suas operações de existência e especialmente, que tipo de repercussões tem no processo de produção da noticiabilidade. O que está em jogo são os descompassos²⁸ entre as ofertas estruturadas em manuais de redação e os modos como os jornalistas se apropriam destes dispositivos. Outro aspecto relacionado ao problema diz respeito ao espaço onde ocorre este processo, ou seja, as redações. Ao definirmos que os modos de apropriação se deram pelos jornalistas, estamos automaticamente delimitando o palco onde

²⁷ Estamos entendendo por cultura jornalística um modo específico e característico utilizado por um determinado grupo de pessoas, entidades e instituições, definido pelos seus hábitos e pelas regras deste grupo, construídos historicamente através de processos relacionais.

²⁸ A idéia do descompasso aqui designando a “diferença” entre a oferta e a apropriação de bens simbólicos. Na falta de termo mais adequado, estamos chamando esta “diferença” de descompasso, discrepância, desnível, defasagem.

as apropriações ocorrerão, ou seja, as redações jornalísticas. Embora os manuais de redação possam ser consumidos por sujeitos externos a atividade jornalística e em outros espaços, ou mesmo por jornalistas em outros lugares, eles foram “construídos” para estarem num determinado ambiente. Se tomarmos a consistência física da maioria dos manuais de redação, por exemplo, nos deparamos com materiais resistentes, duráveis. Papel com gramatura elevada, capa dura, encadernação espiral revela expectativa de que se trata de um documento que “deve” ser manipulado intensamente. Sua organização interna facilita a procura. Ou seja, tudo colabora para dar praticidade e agilizar ao acesso dos jornalistas, reduzindo o tempo de procura.

Estas características, que veremos em detalhes em capítulo específico sobre o ambientes de uso dos manuais de redação, colaboram para confirmar que tal dispositivo será utilizado (mais ou menos intensamente) por jornalistas em cenários de produção. É claro que existe a possibilidade, ainda que mínima, de um outro funcionário do jornal não jornalista consultar o manual de redação. Embora essa situação possa ocorrer, ele não exclui o jornalista de redação como sendo o alvo natural dos manuais de redação. Além disso, a possibilidade de outros acessarem manuais de redação não indica a necessidade de ampliar a pesquisa para outros setores sociais ou mesmo em outros locais, até porque este “agente externo” não é responsável pela produção de notícia. Portanto, a apropriação de manuais de redação está diretamente ligada aos sujeitos responsáveis em produzir os discursos jornalísticos, no caso os jornalistas.

No âmbito dos usos dos manuais de redação, suas apropriações são variadas sugerindo múltiplas formas e modos de interação entre os jornalistas (usuários) e os dispositivos regradores (produto) como veremos mais detalhadamente em capítulo específico. Essas multiplicidades de modos de apropriação têm como referência, lógicas além daquelas propostas pelas instituições midiáticas e por seus idealizadores. As relações advindas deste contato não são diretas e nem definitiva, até porque elas se dão no processo de interação com os jornalistas. E toda interação socialmente definida está sujeita a elementos externos que atuam conjuntamente nos processos de apropriação. No caso do jornalismo, ela é definida por pressupostos já consagrados pela cultura, como os ideais de objetividade e imparcialidade como mostram os estudos de Tuchman (1993), Darnton (1990), Traquina (2001) especialmente aqueles autores filiados ao construcionismo. Ainda que encontremos referências minimizadoras nos próprios manuais, quanto à presença da objetividade, por exemplo, e de uma teoria, dando conta de que uma matéria jornalística

sempre terá as marcas do sujeito, os manuais de redação ainda se pautam pelo distanciamento, pela isenção, pela pluralidade (PATRÍCIO, 2002).

Tal discurso é utilizado, em alguma medida, pelos jornalistas como forma de justificar seus procedimentos, como aponta Gaye Tuchman, em *A objetividade como ritual estratégico*. Ela considera que os jornalistas evocam a objetividade para se protegerem de possíveis reprimendas ou críticas (1993, p. 74-130). Para além dos debates sobre a existência ou não da objetividade no jornalismo, o que isso revela é certa postura de conjunto, ou seja, uma ação relativamente unificada dos jornalistas demonstrando uma concepção comum. Esse entendimento aproximado evidencia um modo próprio de ação que é compartilhado pelos jornalistas. Estas associações de modos de operar comum, de discursos e concepções formam o que socióloga Barbie Zeleizer chamou de *comunidade interpretativa*. Os jornalistas estruturam “(...) sentimento de partilha determinado por um enquadramento compartilhado de referência resultante do trabalho que efectuam”. (ZELIZER, 2000, p. 33-57). Esta conclusão está sustentada na constatação de que os jornalistas lêem diariamente a produção dos colegas, especialmente os profissionais de outros veículos. Seja no plano do discurso ou da ação, os jornalistas articulam entre si relações que definem/estruturam comportamento relativamente unificado de agir e pensar sobre o mundo, bem como de discursar sobre ele. Forma-se, neste sentido, nos dizeres de Traquina uma “**tribo**”. “Os jornalistas confiam fortemente no trabalho uns dos outros, como prática institucionalizada, para idéias de estórias e confirmação de seus critérios noticiosos”. (TRAQUINA, 2005, p. 21). Isto se comprova em vários estudos que demonstram proximidade no tratamento dado pelos veículos de informação aos acontecimentos, aos assuntos pautados, até a própria forma de produzi-los e editá-los. Assim, os ideais de liberdade, independência, exatidão e a noção de que o jornalismo é um serviço voltado ao público são alguns dos pressupostos compartilhados entre os membros do grupo. (TRAQUINA, 2005, p. 25).

Esse “modelo” comum participa na conformação do jornalismo em sociedades democráticas, bem como no modo como os jornalistas se relacionam entre si e o mundo. Essa similitude constitui um *ethos* próprio, específico, com modos de operação e percepção característicos. A formação deste *ethos* é colaborada pela forte constituição de mitos no qual a cultura jornalística é envolta. A idéia de vigia ou de um “cão de guarda” da moralidade pública confere a cultura jornalística um nível de independência, de credibilidade, além de reforçar outro mito, o de que toma o jornalismo como Quarto Poder, acima dos poderes constituídos (TRAQUINA, 2005, p. 87).

Assim, a noção de tribo remete a idéia de agentes dotados de características próprias, de grupo cultural, com modelos e regras relativamente próximas que compartilham mitos e ritos próprios. A este modo de ação cotidiana, repetida e compartilhada, adquirida na ação prática pelos agentes – os jornalistas –, o sociólogo Pierre Bourdieu denominou de *habitus*. Ele parte de reflexão etnográfica localizada em estudos sobre as relações familiares (1990) para afirmar que a noção de *habitus* revela, a partir de uma concepção relacional da ação prática, como se desenvolvem as interações como disposições adquiridas pelos agentes em ação. O *habitus* compreendido como “estruturas estruturantes tomadas por estruturas estruturadas (...) funciona no nível prático como categorias de percepção e apreciação, ou como princípios de classificação e simultaneamente como princípios organizadores da ação, (...)” (BOURDIEU, 1990, p. 26). Os jornalistas reconhecem lógicas que são interiorizadas pelo *habitus* a partir da atividade que realizam. As relações propiciam certo conhecimento, não formal, mas adquirido sobre os processos que devem ser executados. A ação repetida dos agentes define uma espécie de regra, de padrão, que segundo o autor pode ser compreendida como “princípio de tipo jurídico ou quase jurídico, mais ou menos conscientemente produzido e dominado pelos agentes, ou um conjunto de regularidades objetivas que se impõe a todos aqueles que entram no jogo” (p. 79). Estas “regras” atuam conformando o universo jornalístico; modulando os processos pelos quais os agentes do campo deverão proceder para realizarem suas tarefas ou mesmo falar sobre elas.

A partir destas considerações, concluímos que as proposições manualísticas são tomadas pelos jornalistas não de uma forma direta, absoluta, mas sim como a síntese de um conjunto de normas que são tanto inculcadas pelo grupo quanto produzidas por ele. E que tais regras, que ao caso de serem disponibilizadas aos jornalistas, resultam em ações que estão para além da própria regra expressa, transformam-se. Assim, os manuais de redação funcionam para os jornalistas como um dispositivo modelador de suas ações, onde se apresentam múltiplas possibilidades de uso.

Quanto aos membros da equipe instala-se no processo de produção, ou seja, no jogo certa compreensão do jogo, ou “sentido de jogo” como Bourdieu identifica. Tal sentido de jogo é adquirido pela experiência do jogador em relação ao próprio jogo que se articula para “aquém da consciência e do discurso” (p. 79). Estabelece-se entre os membros do grupo uma percepção do jogo, um reconhecimento inconsciente dos mecanismos de funcionamento do jogo. Essa percepção define os modos de ação como algo estratégico, tático. Refere-se, neste sentido, a uma concepção *de estratégia* como senso prático, como

forma de estabelecer certo *reconhecimento social* (p. 35). Trata-se, portanto, da assimilação por parte dos jornalistas (jogadores) de certos procedimentos imanentes e emanantes do campo jornalístico. Neste sentido, os jornalistas “jogam o jogo” do jornalismo, não só a partir das regras, mas também levando em conta estratégias de que lançam mão e, a formalidade inerente aos manuais de redação é reelaborada.

Portanto, a presumida relação determinista que se firma entre os membros do grupo e este dispositivo deve ser relativizada, pois como os agentes são dotados de *habitus*, passam a articular, frente às regras dos manuais de redação, posições outras, evidenciando que no processo de apropriação dos manuais há descompassos, discrepâncias. Assim, a modelagem proposta pelos manuais de redação deve ser encarada como um dado a priori, mas que a posteriori, é reelaborado pelos jornalistas resultando outras coisas relativamente diferentes das originais. As regras passam, na ação de produção cotidiana, reelaboradas revelando processos estratégicos. Antes de avançar sobre essa questão, central a este trabalho, cabe destacar que os jornalistas não desconhecem e/ou ignoram as regras, até porque se parte do pressuposto de que para se entrar no jogo é necessário assumir o jogo.

O estudo sobre os processos de consumo/apropriação sobre práticas sociais diversas, elaborado por Michel de Certeau avança no sentido de pensar se dão os processos astuciosos, as táticas e as estratégicas desenvolvidas pelos sujeitos em sociedade. Mesmo reconhecendo que seu estudo considerou as relações sociais em cenários mais amplos de interação, aplicamos suas contribuições ao nosso objeto. Para ele, as estratégias se dão num nível de operações tecnocráticas que visam mascarar as intenções de massificação (CERTEAU, 1994, p. 91-92). Refere-se aos modos de operação para além de um primeiro nível, ou seja, que as circunstâncias são orientadas pelo próprio processo produtivo. Aponta em seguida para um segundo nível, consubstanciado igualmente pelos modos de fazer, para ele decorrente. “Assimiláveis a modos de emprego, essas ‘maneiras de fazer’ criam um jogo mediante a estratificação de funcionamentos diferentes e interferentes” (p. 92). Considera o estudioso haver jogos sendo jogados - que ele compreende como sendo ações de fazer -, nos quais as transgressões se materializam articulando processos diferenciados de superação e/ou transformações das formas apresentadas pelos interesses da produção.

“Na realidade, diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta, posta-se uma produção de tipo totalmente diverso, qualificada como ‘consumo’, que tem como característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas

‘piratarías’, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, sem suma, uma quase invisibilidade, pois ela quase não se faz notar por produtos próprios (onde teria o seu lugar?) mas por uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos” (p. 94).

Certeau descreve que nos processos de circulação - oferta e consumo – para além da lógica quase determinista do produto sobre o sujeito, ocorre outra produção, outros modos de fazer. Assim, o sujeito age “astuciosamente” sobre o objeto, recriando modos próprios de fazer.

Tensionando a contribuição do autor ao nosso objeto de estudo, podemos identificar os manuais de redação como instrumentos estratégicos de um *primeiro nível* produzidos com vistas a estabelecer uma relação de controle no espaço interno das redações. No entanto, ao serem lançados ao “consumo”, ofertados aos jornalistas, tais lógicas são automaticamente subvertidas, a partir de estratégias de um *segundo nível*. Como consequência, outras ações são realizadas para além das esperas pelo produto. Essa idéia leva-nos a considerar que os processos de oferta - apropriação - estão condicionados por um **fluxo descontínuo**, não linear, no qual o produto está assujeitado por “interesses”, “vontades” que não correspondem exclusivamente às determinações do próprio produto, nem tão pouco de seus idealizadores, mas sim aos interesses e vontades dos indivíduos que deles fazem uso. Apresenta-se por vezes como um sendo um processo sutil, discreto, quase imperceptível, no qual os sujeitos remodelam as normas ofertadas, “ajustando-as” as suas demandas, procurando não causar reações. Tais situações ocorrem justamente nos momentos onde o produto está sendo apropriado pelos indivíduos. Por isso, as maneiras de fazer são tão importantes na compreensão de *produtos*, pois seus usos transformam os dispositivos, diferenciando-os, remodelando-os, enfim, ressemantizando-os. De várias formas, é isto que ocorre quando os manuais de redação estão sendo apropriados pelos jornalistas. Naturalmente, o resultado deste processo confere ao trabalho dos jornalistas algo relativamente distinto do definido pelos manuais de redação. Deste processo de apropriação resultará na elaboração de mapa de consumo de manuais de redação pela imprensa brasileira, como veremos a frente.

**Quadro A:
Do geral para o particular**



O lugar dos Manuais de Redação dentro da noção de campos.

Os manuais como dispositivos estratégicos

“Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como a riqueza ou um bem”. Michel Foucault sobre o dispositivo de poder, em *Microfísica do Poder*.

Embora a literatura científica venha utilizando-se da noção de dispositivo já há algum tempo como forma de representar um variado conjunto de elementos, situações, objetos, sistemas teórico/metodológicos, pouco se tem refletido em como isso pode funcionar aplicados aos processos/objetos midiáticos. As teorizações em torno do conceito

de dispositivo aplicado ao campo midiático têm sido apenas recentemente objeto de esforços de pesquisadores, senão diretamente, ao menos de forma correlata aos objetos, em especial nos estudos de Maurice Mouilland (2002), José Luiz Braga (2006 et al.), Michel Foucault (1979 et al.), Jairo Ferreira (2003 et al.) entre outros. Recuperamos algumas destas discussões, cotejando-as ao nosso interesse imediato demonstrando a importância de reconhecer os manuais de redação como dispositivos.

Um dos primeiros pensadores a utilizar o conceito de dispositivo foi Michel Foucault ao problematizar as relações de poder e de controle realizadas em micro-situações sociais: hospitais, escolas, sanatórios, etc. Para ele, o dispositivo tanto englobava processos físicos quanto simbólicos.

“Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que pode estabelecer entre estes elementos” (1979, p. 244).

Ele entendia que a estruturação do dispositivo se dava por dois motivos, definidos como certo tipo de recurso historicamente demarcado, que objetivava responder a demandas específicas. Ou seja, “o dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (p. 244). E, segundo, por um duplo processo relacional que se confirma pela “sobre determinação funcional” por um lado, e pelo “perpétuo preenchimento estratégico” de outro. Para o autor, a sobre determinação funcional trata-se dos efeitos do dispositivo que podem ser “positivos ou negativos”, “desejados ou não (...) numa relação de ressonância ou de contradição com os outros (dispositivos)” (p. 245). Já o processo de preenchimento estratégico por sua vez se dá pela reorganização das funções originais dos dispositivos, remodelando-o de acordo com as necessidades de cada sujeito. Ao falar sobre o dispositivo de poder, ele apresentava uma das principais funções dos dispositivos simbólicos, ou seja, a capacidade de circular, de atuar em rede, articulando relações entre os envolvidos, provocando interações entre os sujeitos, objetos, organizações, discursos. “O (dispositivo de) poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. (...) O poder funciona e se exerce em rede” (1979, p. 183).

O poder enquanto dispositivo exercia sua condição de controle enredada com outros mecanismos de controle e em relação aos sujeitos. Ao relacionar a questão ao objeto

deste estudo, encontramos fortes paralelos aos modos como os manuais de redação se posicionam como dispositivos de controle dos jornalistas a partir de “sobre determinações funcionais” e esses, por sua vez, articulam estratégias de superação, causando naturais *descompassos*.

Uma discussão mais próxima do campo midiático fora conduzida por Maurice Mouilland quando ele reflete sobre as relações entre conteúdo e forma no jornalismo, reconhecendo no conceito de dispositivo uma superação da noção de suporte (2002, p. 35). Trata-se, a nosso ver, de uma ampliação do conceito, pois como ele mesmo afirma, o dispositivo deve ser visto como uma “‘matriz’ que impõe suas formas aos textos (...). O dispositivo tem uma forma que é a sua especificidade, em particular um modo de estruturação do espaço e do tempo” (p. 35). Se assumíssemos a idéia do manual de redação simplesmente como suporte técnico ou mesmo discursivo, por exemplo, teríamos que considerar os manuais numa dimensão linear, vertical, ou seja, apenas como instrumentos auxiliares (dicionários, gramáticas) das atividades jornalísticas. A análise se voltaria, neste âmbito, a considerar a dimensão exclusivamente técnica do manual a partir de uma relação de apoio, funcional propriamente dita ou por vezes discursiva, na qual a instituição jornal teria a autonomia de dizer através de seus prepostos os modos como acha que deveria ser realizado o produto jornal. Na verdade, o dispositivo enquanto tal apresenta uma perspectiva mais complexa, pois reconhecemos fatores articulados tensionalmente de forma processual na sua estrutura. Nesta medida, ele se apresenta como resultado de um processo dialético, numa relação, por vezes tensa entre a materialidade física que o constitui (forma de livro, de manual, de jornal) e a dimensão simbólica que o coodetermina, seus conteúdos, suas repercussões, os imaginários criados, portanto.

Outra abordagem conferida a noção de dispositivo é dada por José Luiz Braga que o encara numa interação socialmente definida (p. 36-44). Essa perspectiva reconhece a dimensão praxiológica do dispositivo, ou seja, ele só “existe” enquanto tal na medida em que é colocado em ação, quando usado. Isso exige a participação de sujeitos em processos de interação. Para ele, a existência dos *dispositivos sociais* (cineclubes, crítica jornalística, produções acadêmicas sobre os mídias, entre outros) se dá justamente pela capacidade dos dispositivos agirem sobre os si e sobre seus produtos, incitando alterações (p. 37). Essa característica, determinada pela sua circularidade, no caso dos manuais de redação, é atribuída pelos seus usuários que, ao se relacionarem com o dispositivo, o tornam o objeto metodologicamente perceptível, não exclusivamente em sua forma física, material, mas especialmente nas relações simbólicas possíveis que se estabelecem entre emissores e

receptores. Neste caminho, o objeto manual de redação passa a ser estudado não como dado definitivo, determinado pela sua materialidade física, mas como um fenômeno que se estabelece pela processualidade de seu uso. Nesta medida, como ressalta Verhaegen (apud. Ferreira, 2003) na perspectiva dos processos de significação “a relação dos sujeitos com os objetos são variáveis conforme as significações já adquiridas em outros espaços de práticas com os mesmos, ou da ausência dessas práticas.” Para o nosso objeto, isso indica que a compreensão dos manuais de redação, bem como seu entendimento sobre a atividade que será elaborada, define como realmente será seu uso. Isto impõe algumas exigências do ponto de vista metodológico, a saber: (a) **não** se pode compreender adequadamente o dispositivo (em uso ou não) sem localizá-lo em sua relação com os sujeitos; (b) o **não** uso não inviabiliza o dispositivo, pois se trata, antes de tudo, de um objeto colocado à oferta, disponibilizado, portanto; (c) no dispositivo há uma evidente discrepância entre o dizer e o fazer. Do plano simbólico ao prático ocorrem incongruências que a noção de suporte não percebe.

5. Uma gramática dos manuais de redação

O manual de redação é um dos mais importantes dispositivos de informação sobre as normas do veículo. Para que ele tenha êxito, a direção da empresa se utiliza de vários expedientes, desde incluí-los como parte de programas de cursos e processos de seleção de novos quadros, até sua forma de organização interna, privilegiando a rapidez no manuseio entre outros aspectos.

Com isto, ele oferece grande quantidade de conteúdos, dados e procedimentos que devem ser adotados pelos jornalistas. Neste conjunto de manuais existentes no jornalismo brasileiro, muitos se assemelham, outros, porém, se distinguem. A partir de suas principais características internas, procuramos elaborar um mapa dos Manuais de Redação adotados pela imprensa diária brasileira disponibilizada publicamente. A idéia foi, a partir de sua topografia, isso é, sua estrutura físico-morfológica, construir um mapa dos manuais de redação.

Não pretendemos realizar uma análise dos conteúdos dados pelos manuais de redação, mas um levantamento das características que especificam os modos de ser de cada um, procurando sua identidade; em suma, realizamos um exercício do que poderia vir a ser chamado de uma “gramática” dos manuais de redação.

Por isso, tomamos o caminho de eleger um conjunto de manuais de redação produzidos pela imprensa brasileira e publicados nas últimas duas décadas, tomando o cuidado de definir uma amostra que contabilize a amplitude dos manuais já ofertados, sem considerar para isso seu efetivo uso pelos jornalistas ou mesmo pelas instituições. Na verdade, estamos buscando demonstrar a partir da análise de sua estrutura interna, que semelhanças e diferenças há entre eles. Pretendemos, portanto, destacar suas *características*, aquilo que lhes é expressivo, suas relevâncias, em relação aos seus concorrentes.

Os manuais de redação tornaram-se importante dispositivo na confecção de vários periódicos brasileiros, especialmente a partir dos anos 80 do século XX, quando o jornal Folha de S. Paulo efetivamente apresentou publicamente seu “código”: o Manual Geral da Redação (1984). Utilizando-se de uma estratégia de divulgação que compreendia a distribuição do Manual tanto através da venda em bancas, até a sessão de exemplares aos assinantes, a Folha de S. Paulo procurou popularizar o Manual para além do ambiente redacional. Efeito esse que se mostrou satisfatório, tanto do ponto de vista de padronização interna, como instrumento de divulgação da própria instituição, quanto um jornal que buscava se diferenciar dos concorrentes.

Outros jornais brasileiros (grandes e pequenos) passaram a sistematizar e a publicizar ao grande público suas regras em forma de “livros”, oferecendo um novo e complexo dispositivo voltado ao universo jornalístico. Com o passar do tempo, porém sem perder suas intenções originais, os manuais de redação foram se transformando. Deixaram de ser apenas a reunião de regras apresentadas alfabeticamente, para se tornarem instrumentos mais sofisticados e abrangentes. Ampliaram seus conteúdos, agregando assuntos dos mais variados e assumindo múltiplas formas se comparadas com seus antecessores e entre seus concorrentes.

Essas mudanças conferiram aos manuais de redação características diferentes entre si, o que nos faz concluir que, embora pretendam organizar a produção, uniformizando o discurso do jornal a modelos ideais, eles são diferentes em suas táticas/estratégias, produzindo diferentes sentidos nos modos como os jornalistas se relacionam com eles. Assim, este movimento torna-se relevante no processo de compreensão das interações entre os manuais de redação e jornalistas na medida em que se consideram variações a partir das suas ofertas. É necessário, portanto, identificar quais são as principais características dos manuais de redação ofertados pelos jornais brasileiros como uma das possibilidades de entender as relações existentes entre eles e os jornalistas.

Para a realização deste mapeamento de características e suas gramáticas, levamos em consideração os seguintes aspectos:

- os manuais de redação publicados por iniciativa de jornais diários. Diante disto, a análise se ateve aos manuais de redação do jornal Folha de S. Paulo - edições de 1984, 1987, 1992, 2001; de O Estado de S. Paulo – 1990 e 1997; de O Globo – 1992; do Zero Hora – 1994 e 2004; Folha de Londrina – 1994. Para tanto, consideramos a facilidade do acesso e, principalmente, por não comprometer a abrangência da amostra, já que os manuais escolhidos compreendem quase a totalidade de manuais de redação publicados no Brasil nestes últimos 25 anos, dando uma mostra representativa do conjunto existente.

Este movimento respeitou a seguinte sistemática: primeiramente agrupamos, em ordem cronológica, os manuais de redação elaborados por cada empresa. Essa forma de organização parte do pressuposto de que cada manual mantém estreita relação com os ideais da instituição jornalística que o elaborou embora isto não signifique a ausência de apresentarem variações de conteúdo e forma, mesmo tendo sido produzido por grupos ou sujeitos diferentes. Concomitantemente, nos movemos para descrever os conteúdos expressos, identificando as estratégias apresentadas em cada dispositivo. No nosso entender, os manuais de redação revelam, de forma geral, algumas das principais medidas

da empresa sobre o periódico na medida em que marca/define tipos de tratamento em relação ao grupo de jornalistas, os produtores do jornal. Embora a direção destas orientações não fique limitada ao público prioritário, uma vez que os manuais de redação avançaram para além das redações, nosso foco permanecerá nas articulações entre os manuais e jornalistas.

Além disso, escolhemos estes manuais porque emanaram das instituições jornalísticas, ou seja, foram organizados, editados e desenvolvidos por empresas e jornalistas. Assim, este recorte visa manter o objeto da pesquisa centrado nas problemáticas das apropriações dos manuais de redação por jornalistas em ambientes de produção jornalística²⁹.

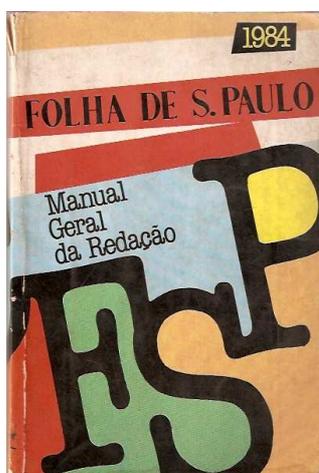
5.1 - Um manual de “ferro” - o projeto FSP (1984-2001)

O jornal Folha de S. Paulo tem uma participação significativa na oferta de manuais de redação no Brasil, não por ter sido um dos primeiros jornais a tornar público via manual, seu projeto editorial, mas principalmente por implementar as normas através de verbetes ao conjunto dos jornalistas estabelecendo seu cumprimento como condição de permanência à redação, e atualmente como requisito à contratação. Portanto, a Folha de S. Paulo ingressa no campo da publicação de manuais de redação convencida da importância e da necessidade de fazer cumprir suas determinações - custe o que custar - como forma de garantir a unidade do jornal em torno de um projeto único. Além disso, a implantação do Manual da Redação visa colocar freios no modo solto que pairava nas redações em meados da década de 1980. Como interpreta Carlos Eduardo Lins e Silva, os jornalistas que estavam acostumados a um modelo de jornalismo mais solto sentiram a pressão de terem que se enquadrar às normas mais rígidas. Após a publicação desta versão, o jornal editou seis outras, demonstrando não se tratar de uma iniciativa isolada. A última foi publicada em 2006³⁰. Este conjunto de edições não tirou a rigidez da primeira publicação, como veremos abaixo.

²⁹ Muitas instituições relacionadas à comunicação, como assessorias de imprensa, agências de governos, Ongs, movimentos sociais, organizaram manuais de redação. Entretanto, o objeto deste estudo se limitou a pesquisar a apropriação dos manuais nas redações pelos jornalistas da **imprensa diária**.

³⁰ A análise desta edição não foi objeto desta análise, uma vez que sua publicação ocorreu após a coleta das informações. Há ainda outra versão no prelo.

a) A objetividade do jornalismo brasileiro



Um dos primeiros manuais de redação pública foi apresentado pelo jornal Folha de S. Paulo – FSP em 1984, como resultado de uma ampla reforma gráfica e editorial iniciada anos antes. Com o nome de Manual Geral da Redação ele apareceu com 91 páginas. Embora tenha sido distribuído para os leitores, escolas de jornalismo e comercializado em livrarias, ele se destinava exclusivamente ao ambiente redacional, como demonstra o seu nome³¹. Este primeiro manual, assim como outros, teve por inspiração a imprensa norte-americana especialmente o periódico New York Times³² como reconhece Carlos Eduardo Lins e Silva. Sua significância reside no fato dele representar um momento cuja imprensa no Brasil consolida-se, não apenas do ponto de vista técnico-operacional, no qual o manual é um dos agentes, mas também no que diz respeito ao próprio jornalismo, que passa a ter plena liberdade de informar, garantida pela Constituição de 1988, como vimos anteriormente. Tendo como referência, passo a descrever a composição interna do Manual.

Estrutura Interna: os verbetes foram distribuídos em ordem alfabética, sem a separação por assuntos ou capítulos. Esta forma de organizar os termos, sem apresentar separação entre eles, o aproxima do modelo de apresentação dos dicionários. Os verbetes buscavam abranger todas as etapas da produção jornalística, desde a definição do modelo ideal de texto com no máximo cinco linhas em cada parágrafo; da conceituação de notícia sustentada pela busca da objetividade; da relação das palavras duvidosas até informações sobre a estrutura funcional da redação. Dependendo do termo, o manual apresentava remissões a outros verbetes, numa tentativa de articular assuntos relativamente semelhantes.

É possível ainda perceber uma forte posição intransitiva e reguladora, especialmente na definição dos termos jornalísticos. A noção de objetividade como norma e a busca pelo seu cumprimento a qualquer custo exibiam a concepção da empresa quanto à necessidade de ancorar os discursos noticiosos em fatos indiscutíveis.

³¹ O Manual Geral da Redação vendeu aproximadamente 17 mil exemplares, ocupando por várias semanas a lista da revista Isto É dos “livros” mais vendidos no Brasil.

³² The New York Times Manual of Style and Usage (A Desk Book of Guidelines for Writers and Editors), Lewis Jordan, Times Book, 231 p.

“Para retratar os fatos com fidelidade, reproduzindo a forma em que ocorreram bem como as circunstâncias e repercussões, o jornalista deve procurar vê-los com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse” (Manual Geral da Redação FSP, 1984, p. 63).

Os jornalistas deveriam eliminar dos textos qualquer elemento que pudesse dar indícios de sua presença. As adjetivações, comentários e interpretações estariam publicados em outros espaços como o editorial e o artigo. No verbete *distanciamento*, por exemplo, a FSP defende – para a cobertura ideal dos acontecimentos – que os jornalistas mantenham distanciamento dos fatos, sob risco de “produzir um texto parcial, acrítico, às vezes até ingênuo”. (Manual Geral da Redação da FSP, 1984, p 33).

Este primeiro manual foi um marco para o jornalismo brasileiro, pois como vimos, foi objeto de enfrentamento de concepções diferentes sobre o modo como o jornalismo deveria ser pensado e praticado. Isso não significa que até então se praticasse outro jornalismo, mas que até aquele momento, nenhuma empresa havia expressado com tanta clareza seu projeto editorial, determinando aos jornalistas como deveriam atuar para alcançá-las.

b) Em busca da consolidação



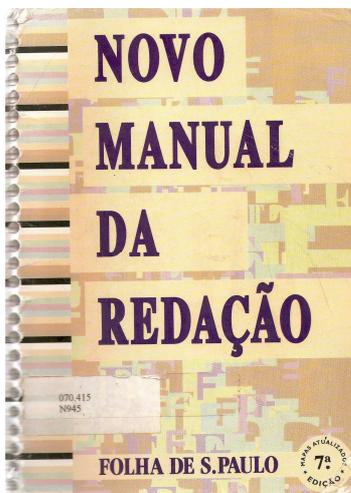
Em 1987, a FSP lança a segunda edição do Manual de Redação, revisada e ampliada. Com 214 páginas, esta edição mantém a apresentação alfabética dos verbetes, entretanto, opta por organizá-los em capítulos e seções, buscando com isso facilitar o acesso de um documento bem mais encorpado e abrangente, na forma de um livro, como fica evidente na descrição abaixo:

Estrutura Interna: O primeiro capítulo chamado de **Política Editorial** apresenta os verbetes relacionados ao modo como o jornal e os jornalistas devem tratar as questões mais gerais da produção. Verbetes como apartidarismo e equidade estão presentes neste tópico. O segundo capítulo - **Estrutura da Folha** - prioriza os aspectos internos da organização, como as reprimendas ou vantagens aos jornalistas, além de explicar a função de cada um e de cada editoria do

jornal. No capítulo **Padronização do Estilo** aparece à norma adotada pela FSP aos termos que suscitam dúvidas; que podem conter mais de uma interpretação, como aborto, comunista entre outros. É possível encontrar neste capítulo termos em que a opção da FSP restringe o uso por entender agressivo ou fora de uso. O capítulo seguinte do Manual dedica-se a reger **os Procedimentos Profissionais**. Informações voltadas a normatizar a conduta dos jornalistas em ação, tanto nos momentos em que está exercendo a função ou não, seja nas atividades de coleta de informações ou mesmo na produção textual. Assim, explicações sobre o uso do gravador em entrevistas, relacionamento com fontes de informação e a publicação de fotos de menores são verbetes deste capítulo. A normatização gramatical também é objeto deste capítulo. Nesta seção, o Manual dedica-se a apresentar palavras e expressões que mais oferecem risco aos jornalistas. Termos como “a par ou ao par”; de “esse ou este” representam questões duvidosas. O próximo capítulo dedica-se as **Convenções Gráficas** utilizadas pelo jornal. Questões sobre o alinhamento dos textos; o uso de “chapéu” e retícula são objetos neste capítulo. O último capítulo é voltado ao **Vocabulário Jornalístico**. São descritos os termos que fazem parte do cotidiano dos jornalistas. Palavras como “pauta”, “setorista” e “retranca” são conceituadas. Além dos capítulos, este Manual conta com anexos e um índice remissivo. Os anexos oferecem informações sobre distâncias entre cidades, tabela de conversões de medidas, de abreviaturas e de palavras estrangeiras, além de instruções de operação dos terminais de computador da redação. Quanto ao índice remissivo, a idéia é facilitar o acesso aos verbetes. “A fim de propiciar a localização imediata de um problema, acrescentou-se um índice remissivo no final. É por ali que convém iniciar as consultas específicas” (Manual Geral da Redação, FSP, 1987, p. 23).

Esta forma de organização mantém a proposta do modelo auxiliador e controlador do anterior, porém revisando a postura autoritária que caracterizou a apresentação do primeiro manual. No plano geral, ela consolida certa tendência do jornal em apresentar periodicamente as reformas editoriais através de manuais de redação, coisa que como veremos em outros jornais, fica limitada a uma ou no máximo duas edições.

c) Amplitude e flexibilidade: mais assuntos e mais leitores



Esta versão – o Novo Manual de Redação, 1992 - apresenta algumas características inovadoras em relação as anteriores, embora mantenha a estrutura geral de apresentação dos verbetes, que permanecem organizados em ordem alfabética, em seções, contendo anexos e um índice remissivo. Como principal mudança, além do aumento considerável no número de páginas que passa a ter 331, destaca-se uma outra marca desta edição: a valorização das ilustrações a partir da introdução de imagens em cores, especialmente na apresentação dos mapas. Até então, os manuais da Folha eram impressos em preto e branco e em papel sulfite. Nesta edição, ele aparece em espiral e papel couchê. Fica clara a intenção em facilitar o manuseio e o acesso aos conteúdos, além de ampliar a durabilidade do documento.

Estrutura Interna: No primeiro capítulo, **Projeto Folha**, os temas sobre o jornalismo e os jornalistas são aprofundados. Verbetes como objetividade e imparcialidade são reapresentadas (1992, p. 09), avançando sobre os entendimentos anteriormente adotados. O conceito de objetividade que era tratado como algo definitivo, passa a assumir um caráter relativo. O segundo capítulo **Produção** reúne as orientações quanto à captação das informações, bem como reforça a atenção sobre o tratamento dos personagens da notícia. Neste tópico, as fontes merecem destaque. Já o terceiro capítulo, intitulado **Texto**, está voltado a normatizar os assuntos gramaticais. “Alerta (ainda) para os erros freqüentes, faz observações de estilo e estabelece algumas padronizações de linguagem da Folha, explicando, na medida do possível, suas razões” (1992, p. 09-10). O capítulo **Edição** faz recomendações sobre a organização interna, as relações hierárquicas entre os profissionais, além de definir os padrões de estruturação e apresentação dos textos no jornal. Informações sobre o lead, chamadas de capa estão cobertas por este capítulo.

Este manual multiplica os espaços das informações apresentadas em forma de anexos, que passam a ocupar mais de dois terços do total. Dados sobre medidas, conversões, estrangeirismos são completados. Incluem-se, ainda, mapas políticos impressos em cores, fusos horários e detalhes sobre cada país (população, sistema político, principais cidades, etc). Além disso, relacionam os principais órgãos consultados pelas editorias, seus endereços e respectivas siglas. Por fim, apresenta um conjunto de

expressões jurídicas como “flagrante delito”, “processo” e “réu” e um organograma do poder judiciário (1992, p. 173-176).

Uma das marcas deste manual, demonstrada enquanto tendência na edição anterior é transformá-lo em algo mais complexo do que um simples documento normatizador e uniformizador das atividades internas da empresa. Isto se dá, entre outras coisas, pelo aumento no número de páginas a partir da inclusão de mais dados, o que significou o reconhecimento do interesse por outros setores da sociedade, que passaram a contar com ele para eximir dúvidas em torno de questões alheias à produção específica.

d) A referência nacional



Seguindo a tendência de ampliar o acesso a outros interessados alheios ao campo sem, contudo, abrir mão de informar aos leitores sobre seu projeto de jornalismo e sobre seu entendimento sobre a política e a economia nacional, como se fosse à representação dos editoriais do jornal, a quarta edição revisada do Manual de Redação da FSP, 2001, surge com 400 páginas e em formato brochura. As cores e a valorização das imagens permanecem bem como a apresentação em capítulos:

Projeto Folha, Procedimentos, Padronização e estilo e Estrutura da Folha.

Estrutura Interna: No primeiro capítulo – **Projeto Folha** -, o Manual apresenta integralmente o projeto editorial reformulado em 1997, que até então estava disponível na Internet. Nesta seção, o jornal faz uma avaliação da situação econômica e política por que passa o jornalismo brasileiro, destacando os principais fatos em que a FSP esteve envolvida e as repercussões para o futuro da empresa e do jornalismo, como o caso do impeachment do presidente Collor. No segundo capítulo, **Procedimentos**, o Manual traz as regras às ações dos jornalistas no espaço da produção do jornal propriamente, ou seja, materializa a concepção do jornal em procedimentos concretos. “Trata-se de um guia para nortear os procedimentos internos e também as aspirações dos jornalistas” (2001, p. 19). Verbetes como “Discussões em equipe” e “hipótese de trabalho” são acompanhadas de exemplificações de sua aplicabilidade, detalhando quando e onde eles devem ser usados. O terceiro capítulo, **Padronização e estilo** apresenta lista de verbetes que os jornalistas devem respeitar com o objetivo de uniformizar os textos. Em relação ao último capítulo, **Estrutura da Folha**, o jornal oferece como texto de abertura da seção um breve histórico

da empresa. Na seqüência apresenta os verbetes que definem os vários órgãos e funções. A seção dos anexos compreende a maior parte do manual. Amplia as informações dadas na versão anterior concentrando, desta feita, informações sobre os campos militar, religioso, econômico, médico e matemático/estatístico bem como dados sobre o parlamento. As questões gramaticais que na edição anterior se encontravam no capítulo Texto passam a fazer parte do anexo como tópico específico. As siglas permanecem bem como o índice remissivo.

Nesta edição, a Folha reivindica sua condição de estar à frente dos principais fatos que envolveram a sociedade brasileira, deixando claro que a disputa pelos leitores está perpassando à elaboração do Manual. Ou seja, mais que um documento de regramentos, ele se tornou um apoio para a comercialização do jornal. Passou a ser encarado como um instrumento estratégico de referência do jornal.

Folha: Do autoritário ao universal

Os manuais de redação foram constituídos, entre outras coisas, para normatizar as ações dos jornalistas em ação de produção noticiosa. Embora tenham basicamente os mesmos objetivos, apresentam diferenças, tanto entre si quanto em relação a manuais de outras instituições. Na avaliação do projeto editorial, a direção da Folha faz a seguinte avaliação sobre a primeira edição: “O Manual Geral de Redação tem sido um instrumento importante no sentido de divulgar as expectativas em torno da produção do jornalismo na **Folha** e de homogeneizar os resultados obtidos”³³.

A primeira versão (1984) tinha por objetivo romper com o modelo de jornalismo mais solto, com características criativas praticados até então. Buscava enquadrar o jornalismo às regras do mercado competitivo. Por isso optou por uma proposta de manual mais vertical, com características “impositivas” e “draconianas” (Novo Manual da Redação, 1992, p. 07). Já na segunda edição, de 1987, o Manual passa a relativizar seu foco, articulando os verbetes dentro de seções no sentido de facilitar o acesso de usuários (leitores) sem intimidade com o discurso jornalístico sem, contudo, perder de vista o público alvo, os jornalistas. Esta postura é reforçada quando se constata capítulos destinados a apresentar a estrutura do jornal. Verbetes como “Editoria de Política”, “chefe de redação” são conceituados. Com isso, o Manual informa aos leitores que existe

³³ Projeto Editorial 1985, visitado em outubro de 2007. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/projetos-1985-2.shtml>

hierarquia interna e que o jornal é composto por vários setores e órgãos que atuam racional e objetivamente em favor da “notícia séria”. Ao fazer isto, reforça a idéia de ser um jornal organizado e que, portanto, tem credibilidade naquilo que faz.

Mas não é apenas a apresentação de alguns verbetes que “vende” a idéia de credibilidade. Os Manuais, principalmente a partir da edição de 1992, no seu conjunto, também funcionam para criar este efeito. Ao editar manual (ou manuais) como no caso de alguns jornais, as instituições procuram agregar-lhe capital simbólico. Ou seja, tornam-se “capazes” diante do conjunto dos atores e instituições em dizer quais são os melhores modos de se fazer algo, no caso jornalismo. Além disso, procura firmar entre os consumidores/leitores uma relação de confiança, pois na medida em que os manuais de redação, de alguma forma, tornam transparente ao conjunto dos leitores os modos de operação internos à redação, reforçam as relações do jornal com os leitores e jornalistas, demonstrando que suas intenções estão expressas, portanto, definidas documentalmente. Neste sentido, constata-se que não se trata de qualquer jornal, mas sim daquele que possui manual de redação! O manual funciona como um homologador do próprio jornal junto ao público leitor, num jogo de mútuo-reforço. Da mesma forma, quando reivindica sua posição de pioneiro, visa consolidar posição de vanguarda entre os concorrentes e marcar um lugar de ousadia nas disputas dentro do mercado midiático.

“O texto de 1984 **teve funções pioneiras**. Manuais de estilo já existiam desde a década de 20. **Pela primeira vez**, porém, um manual de jornalismo não se limitava a prescrever opções de linguagem e reforçar regras gramaticais, mas procurava condensar uma concepção de jornal.” (...).

“O manual de 84 foi **pioneiro em outro sentido**. Nunca um jornal tornara pública uma pauta tão extensa de compromissos, facultando ao leitor os meios técnicos de fiscalizar sua execução, estabelecida num texto escrito” (Novo Manual da Redação, 1992, p. 07).

Outra característica que visa marcar a isenção e a credibilidade através do Manual é não destacar o(s) autor(es). Em nenhum momento nas quatro edições, há referências diretas sobre a autoria dos Manuais. “Duas comissões trabalharam no preparado deste volume”. Isto demonstra a forte presença institucional e aponta o Manual como consequência de um projeto de reformulação maior. É como se a criação fosse de responsabilidade de uma entidade, no caso, o jornal e não de sujeitos de criação. Somente nas duas últimas edições

analisadas (1992-2001) é que aparecem embora de forma tímida, informações sobre a equipe de produção.

5.2– O uso de manual de redação se espalha - Os Manuais de Redação de O Estado de São Paulo

O jornal O Estado de S. Paulo, ou simplesmente Estadão, como é conhecido, tem parte de sua vida relacionada às disputas empreendidas pelo seu concorrente direto, a Folha. Ambos são considerados os principais jornais brasileiros, não apenas por estarem situados no principal estado da união, centro econômico e industrial, mas por possuírem níveis de circulação maiores que jornais de outros centros como Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Mesmo possuindo diferenças históricas, as estratégias ou mesmo tecnologias utilizadas por um, são avaliadas pelo outro e em muitas situações, até implementadas, como o caso dos manuais de redação. Embora seus diretores não afirmem categoricamente, podemos inferir que a publicação do Manual de Redação e Estilo do Estadão em 1990 reflete em parte o êxito editorial obtido pelos manuais publicados pela Folha na década anterior. Trata-se, na realidade, de constatações relativamente simples: a) até então nenhum jornal havia disponibilizado ao grande público um manual de redação; b) os êxitos na circulação, inclusive através de vendas, dos manuais da Folha criaram um diferencial entre os jornais, algo que estava além do próprio jornal e que a Instituição não poderia permitir, aliado a (c) necessidade de racionalizar a produção, uniformizando os dizeres e os fazeres a padrões mais claros e conhecidos. Ou seja, o Estadão não poderia simplesmente permitir que seu principal adversário lançasse mão de um dispositivo que o tornaria mais visível. É natural que o processo concorrencial não é a única explicação para a circulação dos manuais de redação tanto por parte de O Estado de S. Paulo, mas certamente demonstra que os manuais de redação configuraram-se como mais um espaço de captação (formação) e consolidação de leitores.

a) As disputas pelo dizer e pelo fazer



Com o objetivo de disputar espaço num campo relativamente dominado pela FSP, jornal do Estado de S. Paulo, o “Estadão” publica a partir de 1990 seu primeiro manual de redação. A sua primeira versão levou o nome Manual de Redação e Estilo. Sem nenhum acanhamento, ele oferece 315 páginas de verbetes, regras gramaticais e outras seções para uso corrente dos jornalistas. Para tanto, ele foi dividido em três grandes capítulos: O texto e a edição do jornal; Normas internas e de estilo e Escreva certo. Os verbetes são organizados em ordem alfabética e a cada início de capítulo, o Manual apresenta um pequeno texto introdutório fornecendo informações gerais sobre seu conteúdo. O primeiro capítulo fornece ainda instruções de como consultar o manual. “Embora cada uma de suas partes possa ser consultada individualmente, é conveniente que o capítulo seja lido uma ou mais vezes de forma completa” (1990, p. 15). A idéia é fornecer aos leitores informações sobre o modo como ele deve ser acessado. Isso indica uma concepção de uso para além da redação, ou seja, a expectativa da publicação foi a de atingir consumidores alheios ao uso do Manual.

Estrutura Interna: Em relação ao conteúdo, o capítulo, **O texto e a edição do jornal**, traz informações sobre a filosofia do jornal e os modos de preparação do texto noticioso. As instruções correspondentes a esta seção estão divididas em dois grupos: instruções gerais e instruções específicas, sendo que a primeira está organizada em ordem numérica crescente e a segunda, em ordem alfabética. Nas instruções gerais, há recomendações sobre a necessidade de ser “claro, preciso, direto, objetivo e conciso” (p. 16-22). Nas específicas, há indicações sobre a “ética interna”, “a impessoalidade do texto”, sobre o “lead” entre outras atinentes à edição do texto (p. 22-82). Em ambos os grupos, os verbetes são acompanhados de exemplos, o que ajuda no momento de relacionar com as situações reais.

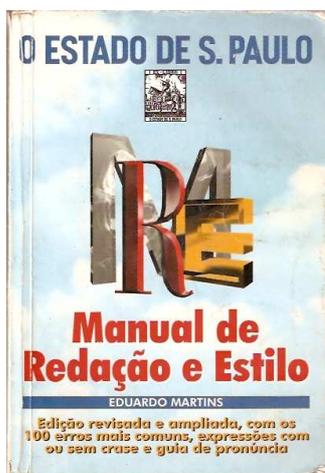
O segundo capítulo - **Normas internas e de estilo** - ocupa mais da metade do manual (p. 84-306). Esta seção preocupa-se em definir as regras que darão forma aos textos do jornal: o uso de negrito, de maiúsculas e minúsculas, de números; além de destacar os aspectos gramaticais, como a grafia correta, as regras de concordância, as

normas de acentuação entre outros. Por fim, ele lembra ao leitor que este capítulo “será muito útil no dia-a-dia” (p. 83). Esta seção é a maior, demonstrando que para o jornal, o Manual é um instrumento de uniformização do periódico, muito mais que de controle editorial ou ético.

No último capítulo, **Escreva certo**, o Manual apresenta relação de palavras que podem comprometer o texto jornalístico, também em ordem alfabética. A atenção, como a introdução desta seção demonstra, está centrada no uso do hífen, do cedilhado, dos nomes próprios e dos estrangeirismos. Acrescenta-se a esta relação os nomes de instituições mais usados no jornal.

O espaço dedicado aos anexos é pequeno. São apenas duas páginas com medidas agrárias, de velocidade e distâncias. O Manual traz ainda lista bibliográfica consultada, referenciada na língua portuguesa. São dicionários, manuais ortográficos e gramaticais.

b) Como dicionário



O Manual de Redação e Estilo publicado em 1997 repete, não somente a conformação do anterior, mas o sucesso editorial³⁴. A quantidade de informações aumenta, assim como o número de páginas: que passa a 400.

Estrutura Interna: Ele está dividido em seis seções, quatro delas são dedicadas a instruir os usuários quanto ao uso correto da língua portuguesa: “O uso da crase”, “Os cem erros mais comuns”, “Guias de pronúncia” e “Escreva certo”. Já as questões voltadas a definir o projeto de jornalismo do jornal estão inseridas no capítulo **Normas internas e de estilo**. Este último tópico continua valorizado, ocupando mais de dois terços do total. A importância dada aos assuntos gramaticais é reforçada pelo testemunho de escritores e professores de língua portuguesa publicados na contracapa do Manual, como o filólogo Adriano Kury e as escritoras Lygia Fagundes Telles e Rachel de Queiroz. Esta última afirma que “O Manual do **Estado** é o melhor e o mais bem-feito. O autor é bem informado e sabe escrever e utilizar a língua portuguesa” (1997, contracapa).

³⁴ Na edição de 1997 do Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo, o autor Eduardo Martins destacava a marca de 500 mil exemplares. “Transformou-se numa espécie de almanaque a ser consultado pelo público” (CAPRINO, 2001, p. 52).

O nome do autor Eduardo Martins aparece com destaque, ganhando espaço na capa, logo abaixo do título. Na apresentação do Manual, o chefe de redação Aluízio Maranhão, ressalta a experiência do autor como jornalista do Estadão há mais de três décadas e os três anos dedicados a análises de vários jornais. As informações em anexo permanecem reduzidas a poucas páginas, assim como as referências bibliográficas, oriundas da língua portuguesa, privilegiando a distribuição linear alfabética dos termos.

O Manual do Estadão como compêndio da língua

As edições do Manual de Redação do Estado de São Paulo repetem a fórmula de sucesso do seu principal concorrente: incorporar elementos que ampliem seu interesse a outros setores da sociedade. No caso da Folha, o aumento significativo dos dados transformou seu manual numa **enciclopédia**. Já no caso do Estadão, o aumento das informações somado à preocupação gramatical, transformou o Manual num **dicionário**. Este modelo se encaixou perfeitamente nos interesses de pessoas que tem o dicionário como referência cotidiana. Esta opção marca o Manual de Redação e Estilo do Estadão como **instrucional**, pois ele atua não somente regrando as atividades jornalísticas, mas também fornecendo aos seus usuários informações que podem ser utilizadas em qualquer circunstância. Aspectos de forma e gramaticais, listas com os 100 erros mais comuns ou com palavras que podem provocar dúvidas, a forma alfabética de apresentar os verbetes, reforçam a marca instrucional do Jornal. Isso vai ao encontro de alguns sinais constatados em pré-observações realizadas em redações que **não possuíam** manuais próprios. Dos jornalistas entrevistados, todos adotavam o manual do Estadão como forma de ajudar nas dúvidas gramaticais mais comuns. Alguns editores indicam seu uso, qualificando-o como o mais interessante às necessidades da empresa, especialmente no que diz respeito ao modo correto de escrever³⁵. A preocupação em trazer para o Manual as dificuldades do mundo da ação reforça o pragmatismo do documento.

Outra característica que marca o perfil **instrucional** do Manual é a presença de agentes do campo científico-literário. A opinião de escritores e literatos, impressa com destaque, indica que o conteúdo mais valorizado está relacionado às informações gramaticais. “Eis aí um trabalho que me parece da maior utilidade para todos aqueles que

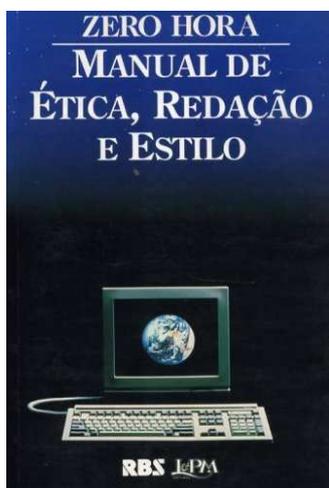
³⁵ As pré-observações foram realizadas em quatro jornais (Jornais Zero Hora e NH de Novo Hamburgo do Rio Grande do Sul e Gazeta do Povo – Curitiba e o Diário dos Campos do Paraná) em momentos distintos ao longo de outubro de 2004 a março de 2007.

cultivam a bela língua portuguesa neste nosso estilo brasileiro”³⁶ (1997, contracapa). Isto tende a facilitar a inserção do dispositivo em sistemas que trabalham com a redação de textos, não somente o jornalístico. Este movimento potencializa sua presença para além das redações e justifica, em parte, a característica instrucional desse manual. Além deste aspecto, o uso em destaque de personalidades comentando a importância do manual, reforça a idéia de credibilidade do documento e, por conseguinte, do próprio jornal.

5.3 – Os manuais se espalham - Zero Hora (1994-2004)

A publicação dos Manuais de Redação do Jornal Zero Hora demonstra que o fenômeno dos manuais de redação já havia se estendido para outros centros do país, evidenciando não se tratar apenas de um evento restrito aos grandes centros. Além disso, como veremos mais a frente, trata-se de propostas marcadas por significativas diferenças entre suas duas edições.

a) Orientando o comportamento



Mostrando que não se trata de um fenômeno restrito ao centro econômico e político brasileiro, em 1994, o jornal Zero Hora de Porto Alegre (RS) sistematiza seu modelo de jornalismo pelas mãos dos jornalistas Augusto Nunes e Marcelo Rech³⁷ e publica em 80 páginas o **Manual de Ética, Redação e Estilo**.

Já no título encontramos indícios de algumas de suas características, como o destaque aos aspectos éticos em relação aos de estilo e gramaticais.

Estrutura Interna: Divididos em três capítulos: Ética, Redação e Estilo e três seções: Glossário, Fontes de Consulta e Índice remissivo, o manual apresenta os verbetes em ordem alfabética. No início de cada capítulo há uma epígrafe, que visa sintetizar os objetivos do jornal. Os verbetes regem, no primeiro capítulo, **Ética**, sobre as posições que

³⁶ Opinião de Lygia Fagundes Telles, publicado na contracapa da edição de 1997 do Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo.

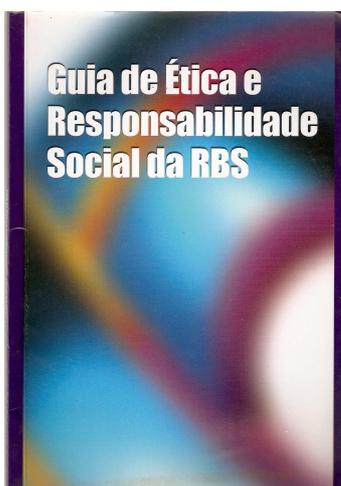
³⁷ Marcelo Rech ocupava no momento das entrevistas (2004/2005) a função de Chefe de Redação do jornal Zero Hora - RS.

os jornalistas devem tomar em questões polêmicas, como acusações, ameaças, direito à privacidade, seqüestros entre outros. Fica evidente que as regras estão direcionadas a normatizar o relacionamento externo, com as fontes, anunciantes, órgãos públicos e a concorrência. “Recomenda-se ao profissional de Zero Hora evitar usufruir, **em serviço ou não** (grifo nosso), almoços, jantares ou confraternizações de caráter político, entre os quais eventos relacionados a disputas em entidades de classe ou outros organismos” (1994, p. 14). Embora estas observações apareçam em outros manuais, neste caso elas têm maior destaque, como observa Marcelo Rech ao comentar as características do manual do Zero Hora: “Como funcionário do jornal eu não posso furar uma fila ou usar das minhas prerrogativas para obter vantagens pessoais. E isto o manual disciplina”³⁸.

Nos capítulos seguintes, **Redação** e **Estilo** apresentam os verbetes que uniformizam a linguagem do jornal, além de fornecerem informações sobre questões gramaticais. Apresentam listas de palavras autorizadas e vetadas para a redação; uso de hífen; de negrito; títulos e “cartolas” aceitas, entre outras relacionadas à forma do jornal.

O **Glossário** relaciona algumas palavras de uso comum dentro das redações. Os jargões são acompanhados de significado. O Manual traz ainda **Índice remissivo** e as **Fontes de consulta**. Nesta última há referências a códigos de ética e manuais de jornais estrangeiros, como o *El País*.

b) Um manual para a corporação



A segunda edição, publicada em 2004, foi organizada em forma de livreto com 40 páginas. Chamado **Guia de Ética e Responsabilidade Social da Rede Brasil Sul**, as orientações abrangem todos os funcionários do Grupo RBS³⁹. Ele está dividido em três seções: Missão da RBS, Valores da RBS e Ética.

Estrutura Interna: O primeiro capítulo, **Missão da RBS**, informa sobre os objetivos da empresa. O segundo

³⁸ Entrevista concedida ao autor em cinco de maio de 2005.

³⁹ O Guia orienta os funcionários do jornal Diário Gaúcho, do canal de televisão Rede Brasil Sul - RBS, da rádio Gaúcha e dos jornais de Caxias do Sul, O Pioneiro, de Santa Maria e de Florianópolis.

Valores da RBS apresenta os compromissos morais defendidos pelos veículos de comunicação sob a direção do Grupo. Este está subdividido em Responsabilidade e Compromisso social. O último capítulo apresenta as questões éticas que devem nortear a ação da RBS. Este capítulo está subdividido em três setores de uso: ética, voltada a reger as atividades dos empregados para o exercício da profissão; ética editorial, direcionada ao comportamento dos profissionais no tratamento de conteúdos produzidos; ética na gestão interna, balizadora das relações entre empresa e funcionários e ética externa, que normatiza as relações entre empresa e anunciantes. Não há referências às questões de estilo e gramática.

Zero Hora: entre colaboradores e parceiros

A proposta de Manual para o jornal Zero Hora e posteriormente estendida para o Grupo RBS como Guia de Responsabilidade é a de priorizar aspectos comportamentais e éticos de seus funcionários, especialmente na edição de 2004, em oposição às questões de estilo, como é comum na maioria dos manuais analisados. Isto pode ser explicado em parte pelo fato do Manual buscar atender as especificidades de cada veículo do Grupo. Assim, as questões relacionadas ao estilo exigem definições mais objetivas sobre o modo de como cada meio de comunicação deve apresentar suas matérias, não se podendo definir as mesmas regras de estilo para veículos tão diferentes como o jornal e a televisão. Mas também é o reconhecimento de que o Manual de regras gramaticais e de estilo não é necessário, afinal ele visa amparar jornalistas que presumivelmente têm domínio da língua.

A ausência de elementos específicos à produção dos textos demonstra que não se trata de uma manual comum, mas sim de um **manual de conduta**. Ao fazer isso, o manual se volta para as “**práticas do jornalista**” em relação às “**práticas do jornalismo**”. Embora próximas, guardam distinções. Ao destacar a prática do jornalista, a empresa indica que as decisões sobre a notícia estão mais no jornalista, do que no próprio sistema jornalístico. De outra forma: as tomadas de decisão nos momentos que antecedem a produção da notícia, momentos de “pré-texto” (entrevistas, relacionamento dos repórteres com as fontes, escolha de fontes até o modo como os jornalistas se vestem ou usam suas prerrogativas) devem sofrer maior disciplinamento. Tal atitude repercute na elaboração do texto jornalístico. Mais ainda: há o reconhecimento da necessidade de reger ações que estão inseridas nos modelos de conduta dos empregados (parceiros, colaboradores) como forma de criar uma imagem ideal da empresa que possui credibilidade não somente nas notícias

que veicula, mas também em seus jornalistas. Talvez não se trate de uma outra mirada, mas sim, a de sofisticar e/ou ampliar os mecanismos de controle, pois neste caso não se trata de um jornal apenas, mas de uma organização midiática complexa com características específicas e públicos distintos.

Outra característica destes projetos, especialmente do último, é o modelo de relação que ele propõe com os funcionários. A idéia é integrar os funcionários aos objetivos da empresa, tratando-os como **colaboradores** e não como **empregados**. “Por considerar os **colaboradores parceiros** (grifo nosso) de seu projeto empresarial, a RBS respeita os seguintes preceitos éticos na relação com seus recursos humanos” (Guia, 2004, p. 31). Desta forma, o Manual procura comprometer os empregados aos princípios da empresa, agindo mais como uma Carta de Compromissos do que necessariamente como um manual de redação.

5.4 - Preocupado com a qualidade - O Globo (1992)

Na esteira do sucesso das publicações dos manuais da Folha e do Estadão, o jornal O Globo torna público as regras do jornal em forma de manual, em 1992. A idéia do jornal carioca é, assim como seus principais concorrentes de S. Paulo, organizar a produção demonstrando que o jornal está preocupado com a qualidade de sua publicação. Para isso ele apresenta via manual uma estratégia relativamente diferente da até então utilizada, especialmente na forma de apresentar as regras, como analisaremos em detalhes mais a baixo.

De forma geral, a presença do Manual de O Globo reforça a preocupação dos jornais tanto em participar mais ativamente no controle da produção jornalística, quanto se apresentando preocupado com a qualidade de sua publicação.

a) Rentabilidade e qualificação



O Manual de Redação e Estilo de O Globo, publicado em 1992 com 171 páginas, engrossa o movimento de racionalização e tecnificação das redações iniciado pela FSP. Embora ele tenha sido reimpresso 29 vezes⁴⁰, não apresenta mudanças internas significativas. Impresso em capa dura nos moldes de um livro, o Manual de Redação e Estilo segue uma lógica própria de apresentação dos verbetes que se manifesta pela distribuição alfabética dos verbetes apenas em alguns capítulos. Na maioria deles, após as definições básicas sobre a função, seguem textos descrevendo a importância do termo para a realização do jornal. Essa forma de organizar não abre mão do detalhamento de situações que oferecem *risco* à atividade jornalística. Isso aponta para um lugar de partida da produção do manual de O Globo que foi resultado do acompanhamento de 1200 edições ao longo de três anos (CAPRINO, p. 56). A presença do autor é evidenciada, mais na condição de editor do projeto do que o responsável exclusivo, até porque a elaboração do manual contou com a participação de outros jornalistas.

Estrutura Interna: O Manual é dividido em cinco capítulos: Antes de escrever, Estilo, Padrões e convenções, Em bom português e Questões éticas; e três apêndices: Palavras perigosas, Acidentes de texto e Em outros idiomas, além de um anexo que traz expressões jurídicas mais utilizadas dentro do jornalismo. Entretanto, os verbetes não são tratados como vocábulos. O primeiro capítulo, **Antes de escrever**, traz informações sobre os processos de produção da matéria, como pauta, preparação. Já o segundo capítulo, **Estilo**, o Manual apresenta as regras de linguagem, pontuação, coerência textual. Nele estão incluídos questões sobre as técnicas jornalísticas, gêneros de textos – opinativo, interpretativo -, além das regras sobre titulação, chamada. O terceiro capítulo, **Padrões e convenções**, reúne as normas de uniformização dos textos. Para o quarto capítulo, o Manual apresenta informações gramaticais. Com o título **Em bom português**, esta seção apresenta conjunto de regras ortográficas impossíveis de serem ignoradas. “Reúne normas e exemplos sobre áreas que a experiência ensinou serem de maior vulnerabilidade – aquelas em que o erro agride mais violentamente a informação” (1992, p. 58). Destaca-se,

⁴⁰ Informações confirmadas pela Editora Globo consultada por e-mail em outubro de 2005.

portanto, o uso da crase, de hífen, a regência de verbos e a utilização de pronomes. O último capítulo dedica-se a apresentar os elementos éticos necessários ao desenvolvimento do trabalho jornalístico do jornal. O modo de tratar estas questões parte sempre da posição do jornal para o geral. “O jornal considera...”, “O jornal denuncia...”, “O jornal não acolhe...” são formas que demarcam o movimento diretivo sobre os jornalistas, que são tratados com impessoalidade. No campo dos Apêndices, o Manual inclui lista de **palavras que mais oferecem perigo** à produção das matérias, além de um campo referente aos **acidentes de texto** e aos **termos estrangeiros** admitidos pelo jornal. O Manual complementa as informações apresentando lista de **vocábulos jurídicos** e suas terminologias. Por fim, ele cita as referências bibliográficas consultadas na feitura do Manual, composto basicamente de livros de Língua Portuguesa e de manuais de redação de instituições nacionais e estrangeiras.

Manual como recurso didático

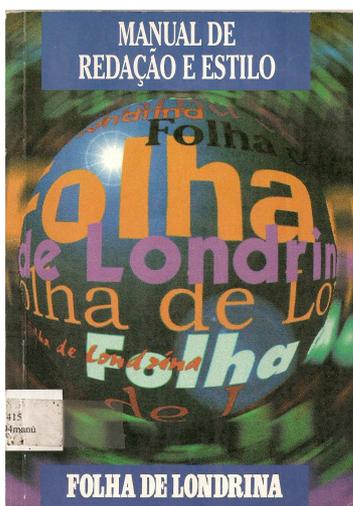
Como análise sintetizadora, observo que o modelo de manual adotado pelo jornal O Globo visa construir um discurso que marca a posição do veículo frente às necessidades econômicas, políticas e sociais, compreendido pelo atendimento dos “interesses” de seus leitores e do reforço do jornal como um órgão sério e com credibilidade. Sua intervenção é **fluida** com tratamento mais genérico das questões jornalísticas. Esta forma de tratamento indica um nível de abstração mais elevado que os outros manuais de redação analisados. A nosso ver, trata-se de um **didatismo**, na medida em que os verbetes são acompanhados de explicações ou introduzidos por textos que fornecem o contexto de uso, diferente da proposta diretiva da maioria dos outros documentos deste tipo, como podemos notar no exemplo a seguir:

“**Off de Record:** É um caso especial de declaração, em que a fonte não é identificada. **O anonimato deprecia a informação** (grifo nosso); é o que basta para que se evite o **off** tanto quanto possível. Acontece que, frequentemente, o jornalista fica sem a informação se insistir em identificar a fonte. Mas ele deve se certificar de que o desejo do anonimato é legítimo e de que não há outra forma de obter a notícia” (1992, p. 31).

Esta marca **didática** do Manual tende a ampliar a ação reflexiva dos jornalistas, e que por isso se contrapõe a lógica de alguns manuais como documentos voltados à definição dos

modos de executar tarefas. Essa característica didática do manual indica a necessidade de uma formação suplementar aos jornalistas. Luiz Garcia considera, neste sentido, que a responsabilidade do manual é entre outras coisas contribuir na qualificação dos jornalistas e não apenas resolver problemas do cotidiano. Ao comentar as mudanças na linguagem jornalística, ele afirma que a cultura profissional mudou: “Antigamente (até os anos 60) se você fizesse um científico (modelo de ensino adotado até meados dos anos 70 no Brasil, antecedente ao ensino superior) em um bom colégio, já lia Machado de Assis, Eça de Queiroz. A formação universal era melhor. Hoje, a formação é pior, embora o ambiente profissional seja valorizado”⁴¹.

5.5 – Para ficar na moda – O manual da Folha de Londrina (1996)



A publicação do Manual de Redação da Folha de Londrina (FL), lançado em 1996, confirmou tendência da imprensa brasileira na adoção de manuais de redação. Assim, o argumento que alguns se utilizaram para justificar a adoção de manuais de redação como a necessidade de organizar e uniformizar as rotinas complexas parece neste caso ser suficiente para explicar o porquê um jornal de interior possa ter o interesse em sistematizar regras em manuais de redação.

Assim, para além da necessidade técnica/operacional em definir padrões com objetivo de organizar uma redação que não era tão complexa e heterogênea, a Folha de Londrina procurou se distinguir, sendo o único jornal do Paraná com este tipo de recurso. Essa estratégia está ligada à idéia da época de que todo jornal de qualidade deveria ter manual de redação. Talvez isso explique o fato de que, atualmente, o Manual criado há 10 anos não esteja mais sendo utilizado pela redação. Em consulta aos jornalistas, pudemos verificar que poucos se lembram que o jornal teve manual de redação. Mesmo não estando mais presente na redação, uma análise de estrutura interna revela características que demonstram quais eram suas estratégias em relação à redação.

Estrutura Interna: Com 98 páginas, o Manual de Redação e Estilo está organizado em quatro capítulos: “Toques & manhas”, “Palavras de risco”, “Tira-dúvidas”

⁴¹ Entrevista concedida por Luiz Garcia a Mônica Caprino, em 2000, referente a sua pesquisa de doutorado. Caprino gentilmente nos autorizou a utilizar total ou parcialmente suas entrevistas.

e “Cotidiano” e um anexo. Antes de definir os verbetes específicos de cada capítulo, o Manual abre com três textos de jornalistas ligados ao jornal, que compõem sua apresentação. O primeiro, relata a história de seu fundador, ressaltando a iniciativa em meio às dificuldades econômicas e tecnológicas da época. Este texto tem a função de mostrar que o jornal está marcado por momentos de luta e de sofrimento e que ele está ali por méritos próprios (1996, p. 09-12). O segundo texto, escrito pelo chefe de redação, pode ser considerado o mais próximo de um texto apresentação, pois informa sobre os objetivos do Manual. Já o terceiro, faz considerações sobre o futuro do jornal e da imprensa vinculando a introdução do manual como forma de garantir a qualidade na produção nas matérias e, portanto, a existência do próprio veículo (p. 19-20).

Em relação ao primeiro capítulo, **Toques e manhas**, o Manual da Folha de Londrina apresenta, em tom de dicas, algumas regras sobre a produção dos textos, como escrever frases curtas, colher o maior número de informações antes de iniciar o texto entre outras coisas, mas todas voltadas à redação da notícia. Já o segundo capítulo, organizado em ordem alfabética, completa o anterior relacionando as **Palavras de risco** que os jornalistas devem ficar atentos no momento da redação. Este capítulo é o que se parece mais com um dicionário. O terceiro capítulo, **Tira-dúvidas**, mantém a apresentação linear dos verbetes. Neste estão contidas as regras sobre o estilo. No último capítulo, **Cotidiano**, os verbetes se referem, em sua maioria, ao jornalismo e a estrutura funcional do jornal. Termos como notícia, ilustração, editor adjunto, *deadline* estão presentes. Na seção de anexo, os dados complementares mostram informações sobre os países do Mercosul, distâncias, PIB, população. Além disto, o Manual traz o alfabeto, um guia de pronúncia e os meses do calendário traduzidos para o espanhol.

Instrumento das disputas regionais

Sendo o segundo jornal de maior circulação do Paraná⁴², a Folha de Londrina busca a todo custo sedimentar a preferência dos leitores da região. Neste sentido, o manual apresenta algumas marcas interessantes, principalmente ligadas às estratégias relacionadas à consolidação do produto jornal na comunidade de abrangência, que está definida no norte

⁴² O jornal de maior circulação do Paraná é a Gazeta do Povo, pertencente à RPC – Rede Paranaense de Televisão, afiliada à Rede Globo com circulação média em dias de semana de mais 42 mil exemplares segundo dados extraídos do site http://portalimprensa.uol.com.br/mapadamidia/tabela_jornal_resultado.asp, acessado em setembro de 2006.

e no oeste do estado, região que faz fronteira com Argentina e Paraguai. Fica evidente que os objetivos do jornal através do manual são o de valorizar os conteúdos voltados à cultura regional, atendendo aos aspectos fronteiriços. Desta forma, o Manual, para além de servir como normatizador das ações dos jornalistas, buscava atender os interesses estratégicos do veículo de ampliação/manutenção do público de língua espanhola. Idéia esta atrelada a uma conjuntura da época. A partir do início da década de 90, vários países da América Latina entre eles a Argentina, Paraguai e Brasil, formaram um bloco econômico, político e cultural, com o objetivo de intensificar as relações entre as comunidades, especialmente fronteiriças. Entretanto, como o passar dos anos, o Mercosul como foi chamado, não mostrou avanços significativos, o que enfraqueceu qualquer perspectiva de ampliar as relações entre eles. Assim, a possibilidade de o jornal se tornar uma referência para uma parte da comunidade de língua espanhola acabou trazendo consigo os instrumentos estratégicos que ele havia criado, no caso, o Manual de Redação.

5.6 - O que os manuais de redação dizem

Cada manual firma contrato de leitura com seus leitores, a partir de vínculos indicados em sua estrutura. Neste conjunto de ofertas, identificam-se múltiplos e variados contratos de leitura que cada manual oferece aos jornalistas, que podem variar de acordo com seus objetivos e funções, marcadas por diferentes estratégias. Essas alterações, destacadas neste texto de forma pontual a partir de cada manual formam, no conjunto das publicações, características no modo de entender o próprio manual e suas relações com o conjunto de seus usuários, bem como sua evolução no cenário jornalístico contemporâneo.

Os Manuais da redação da Folha de S. Paulo, por exemplo, que em suas primeiras iniciativas eram francamente impositivos e seguiam características de uma defesa clara da objetividade, mais recentemente apresentaram-se de forma mais genérica, a partir de texto mais fluído, genérico em alguns aspectos, com características enciclopédicas, buscando atender públicos cada dia mais distintos e heterogêneos. O último manual da FSP, com mais de 400 páginas, demonstra essa tendência quando insere informações sobre mapas de várias regiões do mundo.

Essas mudanças revelam que os manuais passaram a ser mais que instrumentos de uniformização dos jornais; tornaram-se mais complexos e sofisticados, procurando dar conta de uma realidade que cobra mais qualidade do produto jornalístico, num cenário de

disputa mais acirrada. Neste âmbito, os manuais assumiram lugar nas disputas pela venda direta dos periódicos, tornando-se por um lado peças publicitárias e em outros dispositivos de intervenção no resultado do produto final, sempre buscando ampliar as audiências, especialmente nos grandes centros econômicos, cujo mercado comunicacional é mais rico e exigente.

Outro fator confirmado nas ofertas dos manuais em geral está relacionado à defesa e a consolidação da credibilidade como elemento central nas disputas. Desta forma, ele se coloca como mais um elemento na luta pela estruturação e manutenção de um discurso confiável para o jornalismo. Ou seja, os manuais proporcionam certo sentido de credibilidade aos jornais, pois representa um compromisso com a transparência. Publicar manuais de redação atualmente tornou-se mais que uma forma de uniformizar a produção. Na verdade, os manuais reforçam a idéia de um jornal comprometido com certos padrões editoriais e de estilo, e com valores como verdade, parcialidade, pluralidade, exatidão. Ao fazerem isso, reivindicam a capacidade de dizer de que forma o jornalismo deve ser realizado, para além das questões econômicas e ideológicas.

Outro elemento deste contrato se revela por outra estratégia que perpassa as regras específicas do jornal: ao ampliarem seus conteúdos, apresentando informações historicamente exógenas ao campo jornalístico, eles não apenas passam a considerar a necessidade de ampliar os conhecimentos dos jornalistas, mas também se voltam a atuar em outros setores da sociedade, em outros campos sociais, na medida em que viabilizam - via manual - para o campo jornalístico, informações sobre outras áreas, institucionalizando-as. A utilização de manuais de redação por outros em outros ambientes legitima o próprio jornal, pois afinal usar o manual de determinada instituição é distinguir sua importância como no caso da Folha de Londrina, que mesmo não sendo um jornal grande, reconheceu por um momento, a importância do uso do manual como diferenciador, caucionando sua posição na região.

Quanto ao conteúdo jornalístico, alguns manuais apresentam-se mais tolerantes e flexíveis. Suas normas são mais indicativas e didáticas; as regras são seguidas por argumentos explicativos e exemplos que visam convencer os jornalistas na necessidade de cumpri-las, como no caso de O Globo. A idéia de O Globo, mais do que definir determinado código de leis nos quais os jornalistas estariam inevitavelmente comprometidos, é convencê-los da importância de seguir determinada regra em detrimento de outra. Como o próprio Garcia afirma, “é preciso conhecer a regra para pode descumpri-la”.

Outra estratégia de manual diz respeito à necessidade de relacionar os valores jornalísticos com os compromissos da empresa, como no caso do Manual do jornal Zero Hora, de Porto Alegre. Neste caso, o Manual, ao lembrar os ideais da empresa, seus compromissos, busca firmar uma *aliança* com seus empregados jornalistas. Sua intenção, mais do que modelar os dizeres e os fazeres, é procurar convencer os funcionários de que os objetivos da empresa, bem como o modo de alcançá-los, deve ser assumido por todos. De modo que o Manual estrategicamente passa a destacar a conduta dos funcionários minimizando aspectos redacionais e de estilo. Trata-os como parceiros, aliados em busca de um ideal comum, ou seja, o sucesso da empresa. Ideal este defendido/definido pelo manual. O manual especialmente a última edição reforça as intenções do jornal em um plano mais corporativo. Não é à toa que ele é chamado de Guia de Ética e Responsabilidade Social da RBS. Nesse âmbito, ele se diferencia dos manuais de redação tradicionais, sem, contudo perder sua condição de dispositivo controlador e organizador da vida profissional dos jornalistas.

Outra característica enquadradora desta relação entre manual e jornalista está apresentada pelas ofertas dos Manuais de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo. Neste cenário, o leitor está definido não apenas pelo interesse num amplo conjunto de informações jornalísticas, mas inclusive pelos conteúdos gramaticais e de linguagem que tomam a maior parte do conteúdo do Manual. Ao fazer isso, diz para o leitor-jornalista que o jornal considera a qualidade gramatical como diferenciador no cenário de disputa.

Para além destas marcas emanadas dos conteúdos dos manuais de redação a partir das vontades específicas de cada jornal, elaboram-se outras a partir de sujeitos e em situações variados. Um destes sujeitos ressemantizadores do manual é o ombudsman, como veremos na seqüência.

6. Estratégias de apropriação de manuais de redação

“No idioma escandinavo antigo a palavra ombudsman quer dizer "o homem que cuida de afastar a neve, o gelo e o lixo das ruas e de varrer as chaminés”⁴³.

As apropriações dos manuais de redação na imprensa se dão de várias formas e intensidades, com múltiplos interesses, a partir de diferentes personagens com posições relativamente díspares quanto as suas funções e demandas dentro do cenário jornalístico. Além daquele ator, digamos mais comum que pode ser definido como sendo o repórter diário, que cotidianamente está na redação, há outros personagens que podem vir a se utilizar de manual de redação, como leitores, editores, escritores, professores de língua portuguesa, estudantes de faculdades de jornalismo, secretários, assessores, entre outros tantos. Dentre este conjunto de personagens que mais ou menos intensamente interagem com os manuais de redação, podemos destacar a figura do chamado ombudsman, aquele representante dos leitores e crítico do jornal. Neste rol de usuários de manuais, o ombudsman surge de forma singular, principalmente nos veículos que possuem que adotam os dispositivos regradores. Nestes casos, sua relação com o dispositivo é reveladora dos modos de existência do próprio manual no âmbito da redação jornalística, como também sobre as interações realizadas entre os jornalistas e o próprio manual tendo o ombudsman como mediador. De forma geral, a análise em tornos das relações que se estruturam via ombudsman tendo o jornal como substrato possibilita visualizar os desalinhamentos cometidos pela redação sobre as regras definidas pelo manual. Nestes termos, o ombudsman incorpora pela própria existência de sua função a condição de operador privilegiado do manual de redação, como veremos mais abaixo.

6.1 - O ombudsman como um dos operadores do Manual da Redação

A relação do ombudsman com o manual exige algumas condições para se realizar, entre elas à de que ele trabalhe preferencialmente em jornal que tenha manual de redação, naturalmente. Entretanto, talvez encontremos dentro do mundo empírico situações em que o ombudsman utilize manuais de redação de outras instituições. Contudo, nos casos em que não há institucionalizado o manual de redação, o ombudsman parte de outras referências, que pode ser tanto sua concepção do que deve ser considerado para a melhor execução daquele produto ou serviço (história, cultura profissional, etc), ou mesmo a partir

⁴³ In the ancient Scandinavian language the word ombudsman meant "the man who sees to it that the snow and ice and rubbish are removed from the streets and that the chimneys are swept". **Arthur C. Nauman.** News Ombudsmanship: Its History and Rationale. <http://www.newsombudsmen.org/nauman2.html> . Visitado em cinco de outubro de 2007.

de um modelo teórico, com características mais gerais como a que institui o “jornalismo cívico” (TRAQUINA, 2003), por exemplo, ou ambas. Ou seja, o crítico articula essas referências para estruturar seus comentários com mais ou menos intensidade.

No âmbito empresarial, ou seja, quando a presença do manual de redação está institucionalizada, a relação do ombudsman para com o dispositivo nos parece quase natural, uma vez que o manual assessora o ombudsman em suas críticas, funcionando como um instrumento que baliza os comentários, atuando nos moldes de uma constituição, guiando e esclarecendo deveres a serem adotados por todos na redação. Sobre os critérios mobilizados pelo ex-ombudsman Bernardo Ajzenberg (BRAGA, 2006, p. 89-97), José Luiz Braga fala que, no âmbito profissional, os valores jornalísticos definem o critério da crítica do ombudsman, que é refletida e analisada, para então ser publicada. “O jogo básico feito pelo trabalho de Ajzenberg parece ser o de uma *remissão mútua* entre as práticas (as matérias publicadas e seus pressupostos imediatos) e “os padrões. [...] Depreende-se que exemplos concretos do jornal remetem a uma reflexão sobre os padrões e, correlatamente, essa reflexão é usada como critério para a crítica. “Eventualmente são feitas referências ao Manual de redação” (2006, p. 90). Há uma clara identificação do ombudsman com o manual de redação, demonstrando a singularidade do contato do mesmo com os Manuais de Redação.

Outra particularidade desta relação (Manual – Ombudsman) que é decorrente desta referência direta aos padrões diz respeito ao teor da crítica. Como se refere Braga, a crítica geral, aquela realizada por críticos literários é “difusa”. Ou seja, ela ocorre no âmbito das interações sociais mediatizadas ou não. “Nessa visão difusa, o “crítico” é uma voz *externa* ao objeto e a seu processo de produção, que se põe, por isso mesmo, como “independente”” (p. 89). No entanto, neste caso, a crítica parte de dentro das instituições e quem a realiza é um jornalista da própria instituição, que para isso se baseia nos padrões definidos para todo o grupo, boa parte deles expresso no Manual da Redação.

Por ser de dentro, ombudsman é obrigado por sua função, a comentar a produção de seus colegas, muitos deles parceiros de seção. Essa proximidade pode colocar em cheque a credibilidade dos comentários, por isso seus comentários devem estar embasados em dados objetivos. Quando os veículos possuem manuais de redação, a atividade crítica se torna aparentemente mais objetiva e clara, uma vez que há padrões previamente explicitados via manual de redação. Com os manuais de redação, a crítica do ombudsman assume uma dimensão conhecida já que todos os repórteres partem do mesmo marco, o próprio manual. Antes de aprofundar as características operativas do manual de redação

pelo ombudsman, faz necessário breve recuperação do significado da função do ombudsman e seu atual sentido.

6.2 - A formação do ombudsman

“A palavra “ombudsman” é de origem sueca e nada mais é que o resultado da junção da palavra ombud (representante) e man (homem).” Sendo assim, seu significado é “pessoa encarregada da delegação” (MENDES, 2002, p. 18).

A função de ombudsman foi criada em 1809. Na oportunidade recebeu a denominação de “Justitieombudsman” (ombudsman de justiça) (p. 18).

A idéia de criticar a mídia via mídia começou primeiramente através de comentários gerais publicados via colunas de jornais. Tratava-se de pessoas especializadas que interpretavam e comentavam a mídia de forma geral sem a preocupação de focar um único mídia e sem estarem necessariamente vinculadas com a instituição. Com o tempo, tais pessoas passaram a ser reconhecidas como críticos de mídia, ou do inglês *media criticism*. A atividade que teve origem nos Estados Unidos e que se espalhou para o mundo chegou a assumir caráter disciplinar em algumas faculdades de comunicação pelo Brasil. A função do ombudsman está ligada à de crítico de mídia, porém ele se distingue deste conceito mais geral por que suas observações são orientadas a um único veículo ou produto. Além desta diferença, ao contrário do ombudsman, o crítico de mídia não tem por compromisso considerar as manifestações dos leitores na execução dos comentários. Na grande maioria das vezes, ele parte de escolhas, observações e questionamentos (p. 25).

“No Brasil houve várias experiências de media criticism. Já na década de 50, Godin da Fonseca fazia a crítica dos jornais pela então Folha da Manhã, que futuramente se tornaria à Folha de S. Paulo” (p. 25).

Talvez uma das experiências de maior sucesso na área de crítica de mídia realizada no Brasil seja a realizada por Alberto Dines através do programa Observatório da Imprensa⁴⁴, exibido pela TV Educativa do Rio de Janeiro e a TV Cultura de São Paulo semanalmente desde maio de 1998. Seu objetivo inicial foi trazer para a TV as críticas realizadas através do site de 1996. A origem do Observatório está associada a um projeto

⁴⁴ Alberto Dines também foi responsável pela coluna “Jornal dos Jornais” publicada pela Folha de S. Paulo nos anos 1970.

desenvolvido pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, ligado à Universidade Estadual de Campinas – SP⁴⁵.

Há outras experiências de críticas de mídia, especialmente ligadas aos cursos de jornalismo de universidades e realizadas via internet, como o Monitor da Mídia, da Universidade do Vale do Itajaí – SC e desde 2001 acompanha a mídia catarinense e o Canal de Imprensa, iniciativa do Centro Universitário Adventista de S. Paulo, 2002, apresentando via internet comentários e críticas sobre a mídia nacional.

Para a função de ombudsman em jornal devem-se considerar algumas características. De forma geral, para ser considerado um ombudsman, a crítica deve ser emitida de dentro do próprio meio; o cargo deve ser independente do órgão criticado e o crítico deve ser reconhecido oficialmente pela instituição criticada.

A partir destas características, podemos considerar que a função de ombudsman de imprensa foi criada pelos jornais Louisville Courier-Jornal e o Louisville Times, ambos de Louisville cidade do estado de Kentucky, Estados Unidos, no ano 1967⁴⁶ (2002, p. 27 e 28). Naquele momento, a crítica se destinava apenas à redação, ou seja, era voltado a repórteres, editores. Somente em 1970 é que o jornal Washington Post disponibiliza os comentários aos leitores do jornal, transformando a crítica de algo limitado e de influência restrita às redações, já que não tinha o “apoio” dos leitores, para algo amplo e abrangente que poderia vir a influenciar, inclusive, outros jornalistas. Essa característica pública é fundamental para se garantir a transparência do crítico conferindo credibilidade ao jornal, ainda que os reflexos destes comentários junto aos jornalistas sejam refletivos, como veremos mais à frente.

Desde então, vários jornais do mundo adotaram a função do crítico interno, que na maioria dos países é chamado de ombudsman, mas que pode ser encontrado como Provedor do Jornal (Portugal) ou mesmo Ouvidor do leitor. Segundo dados da Organizations of News Ombudsmen – ONO -, entidade que centraliza e organiza atividade no mundo, atualmente existem 57 ombudsmans registrados, sendo que no Brasil esse número é de apenas três, dos jornais Folha de S. Paulo e O Povo (CE), Rádio CBN (CE), além do portal de notícias on-line IG recentemente implantado⁴⁷. A título de comparação, a partir de uma pesquisa realizada por Jairo Farias Mendes, em 1997 havia 49 ombudsmans

⁴⁵ <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/>. Visitado em 27 de novembro de 2007.

⁴⁶ Segundo informações da ONO (organização mundial de ombudsman de imprensa), a imprensa japonesa, no início do século XX já possuía um cargo parecido com o do ombudsman Sueco. No entanto, como declara Mendes, tais “ombudsman” não eram independentes das direções dos veículos.

⁴⁷ <http://www.newsombudsmen.org/members.htm>, visitado em 26 de novembro de 2007.

ativos junto a ONO. Em 2007, ou seja, dez anos depois, esse número aumentou para 57, um pequeno acréscimo de aproximadamente 15% (p. 29) ⁴⁸.

Entretanto, considerando algumas variáveis, como o desconhecimento da ONO junto à imprensa, além da limitada representatividade do órgão, este número pode ser maior. Muitos veículos, principalmente no interior, adotam a função de forma esporádica, como teste, e desta forma não se vinculam a ONO. Além disso, restringe a função do ombudsman ao espectro de abrangência dos próprios veículos ou mesmo sem o caráter tradicional dos jornais dos grandes centros, como ocorre com o Jornal da Manhã (PR) que desde setembro de 2007 publica semanalmente Coluna do Ombudsman⁴⁹ ou mesmo a recém criada TV Brasil, que já prevê em seus cargos a função de ombudsman.

Na América Latina e no Brasil, a cultura de valorizar a participação crítica dos espectadores e leitores junto aos mídias ainda é limitada. Isso pode ser visto no exercício da função de ombudsman pela imprensa, embora a figura do crítico já exista há tempos. Em nosso continente existem apenas seis ombudsmans registrados na ONO. No Brasil, como conta Mendes, (2002, p. 38) a Folha de S. Paulo foi a pioneira na criação do cargo de ombudsman, 1989, tendo Caio Túlio como seu primeiro ocupante. Segundo conta Costa (apud Mendes, p. 38), na época havia receio em se assumir tal função, tanto é que ele foi à quarta opção. Após a criação do cargo, passaram por esta função nove jornalistas, sendo que o atual é Mario Magalhães (gestão 2007-2008).

6.3 - O jornalismo e o ombudsman

A relação do ombudsman com o jornalismo brasileiro pode ser considerada incipiente, por vezes cíclica. Porém, mesmo diante desta falta de tradição em se adotar a função do crítico, já é possível encontrar algumas explicações tanto para a sua introdução, quanto para sua pouca disseminação pela imprensa local.

As condições de sua adoção no jornalismo brasileiro se deram em vários aspectos, pelas mudanças que o jornalismo sofreu nas últimas décadas, especialmente a partir do processo de transformação das redações em 1950, quando diversos jornais modernizaram, racionalizaram e profissionalizaram seus modos de edição, redação e organização, como vimos anteriormente nas explicações históricas para as iniciativas de implantar Manuais de Redação. Somados a estes aspectos, ocorre desde 1980, um salto tecnológico no interior

⁴⁸ <http://www.newsombudsmen.org/members.htm> (visitado em 26 de novembro de 2007)

⁴⁹ <http://www.jmnews.com.br/?acao=ombudsman> (visitado em 26 de novembro de 2007)

das redações com a adoção de terminais de computadores em substituição a máquinas de escrever, além do processo de consolidação da lógica jornalismo-empresa que, concomitantemente, colaboraram para a criação de condições para se intensificar a relação dos leitores no jornalismo. O processo de redemocratização possibilitou o funcionamento de uma imprensa livre das pressões do Estado autoritário. Com maior liberdade, os grandes mídias voltaram-se exclusivamente a se preocupar em aumentar o número de leitores, espectadores, que assumiam mais claramente a posição de consumidores.

Neste âmbito, a participação dos leitores/consumidores passa a fazer parte da realidade empresarial de vários jornais brasileiros e a relação com eles torna-se mais qualificada e exigente. Não é difícil se deparar com afirmações ressaltando a importância dos leitores/consumidores. No Manual da Redação de 1984, é fácil encontrar afirmações colocando o leitor como centro do verbete:

“**Créditos** - A Folha sempre informa ao **leitor** a origem de seu próprio noticiário, [...]” (1984, p. 25).

“**Convites** - [...] Mas a Folha tem como norma não esconder de **seus leitores** que o jornalista viaja a convite e com a estada paga e por quem” (1984, p. 26).

“**Facilitar a leitura** – O jornal deve envidar todos seus esforços para poupar o trabalho do **leitor**. [...] Cada tema deve ser decomposto em suas partes constitutivas, esmiuçado, explicado e levado até o **leitor** de maneira simples e didática, [...]” (1984, p. 39). (grifo nosso).

Na edição de 2006, a preocupação se repete ainda mais claramente. O verbete **leitor**, da seção de **Procedimentos** do Manual da Redação da Folha de S. Paulo diz que o que sustenta o Jornal em última análise é o leitor (p. 45). O próprio ato de dar a conhecer esta afirmação, não apenas aos jornalistas, demonstra publicamente o status do leitor na ordem de acesso a produção jornalística brasileira.

Ela também faz parte de uma estratégia de sobrevivência dos próprios mídias, especialmente no jornalismo impresso. Com o advento da comunicação digital e a facilidade no acesso a variados conteúdos, os veículos impressos passaram a viver sob a sombra de anunciada migração midiática, ou seja, que os consumidores de impressos, passariam a se utilizar dos digitais para obter informações. Esta possibilidade, real em alguns momentos, tem pressionado os gestores dos veículos impressos a adotar medidas no sentido de se diferenciar dos mídias eletrônicos, ampliando suas coberturas, aumentando os espaços opinativos e interpretativos, reorientando seus conteúdos a se aproximar da sociedade a partir de matérias mais humanas e populares.

Somadas a essas estratégias de sobrevivência, a imprensa passou a intensificar as relações com os leitores, procurando aproximá-los da produção dos jornais. A idéia é avivar a relação com os leitores, permitindo que estes se manifestem nas páginas dos próprios jornais, embora - na grande imprensa - os espaços de cartas de leitores seja limitado. De toda forma, o objetivo é transmitir a idéia de que são independentes, isentos, transferindo credibilidade ao produto, como fez estrategicamente o jornal Folha de S. Paulo ao veicular mensagem publicitária no início dos anos 90, afirmando que o Jornal tinha o “rabo preso” com o leitor. Aliás, a questão da credibilidade e profundidade assume função central para o jornalismo impresso, já que a instantaneidade é característica dos outros mídias. E uma das formas de garantir credibilidade é definir, por um lado, regras claras quanto aos modos de produção das notícias; e de outro, ampliar os espaços de interação dos leitores. Com este objetivo, alguns jornais lançaram mão de dispositivos críticos que pudessem demonstrar à sociedade sua credibilidade, isenção e compromisso com os leitores que de alguma forma contribuíssem com a produção do jornal. Espaços são destinados à publicação de comentários sobre cada edição, sobre a cobertura do jornal. Outro dispositivo articulado pelos veículos se refere à criação do chamado conselho de leitores. Tal organismo seria formado por leitores escolhidos aleatoriamente, geralmente assinantes, que periodicamente se reuniriam para pensar a cobertura do jornal. O jornal Zero Hora (RS) é um dos veículos que pratica este modelo de relacionamento já há alguns anos. Segundo o chefe de redação Marcelo Rech, as reuniões do Conselho de Leitores são interessantes para se ter uma idéia do que os leitores do Jornal pensam sobre o que está sendo publicado⁵⁰. Outros jornais, por sua vez, implantaram algumas seções dedicadas a acusar os erros cometidos pela própria redação ou ainda espaços chamados de “Cartas do Leitor” que, de forma geral, se destinam a publicar comentários dos leitores.

Por outro lado, a maioria dos jornais ainda não está “convencida” da necessidade de se ampliar os espaços de interlocução com os leitores, principalmente se isto se referir a tornar públicas tais intervenções. Ainda existe entre alguns proprietários, a falsa idéia de que limitar as críticas através da não publicação é sinal de concordância por parte dos leitores ou mesmo aceitação de que o veículo não comente erros.

Contudo, a política de limitar a participação ou mesmo ignorar os leitores, pode indicar falta de interesse dos receptores. Além disso, a intervenção do leitor, ainda que isso represente risco de críticas, ou mesmo a instalação de defensor público como no caso do

⁵⁰ Entrevista concedida ao autor em cinco de maio de 2005.

ombudsman, demonstra credibilidade e independência, dividendos importantes para um setor que tem amargado sucessivos prejuízos e a migração de seus receptores.

6.4 - Algumas questões sobre a atividade

Para muitos, a adoção do ombudsman pela imprensa nada mais é que uma estratégia de marketing dos veículos que, ao lançarem mão deste e de outros expedientes no sentido de valorizar a interação, procuram construir uma imagem de órgãos independentes, isentos, portanto, com credibilidade. Para outros, a função de ombudsman nada mais é que dispositivo de controle dos interesses do dono do veículo, ou como o jornalista Paulo Francis se referiu ao ombudsman Caio Túlio Costa quando este lhe desferiu algumas críticas, um “bedel do jornal”.

Há ainda aqueles que criticam o modelo de ombudsman como o realizado pela Folha de S. Paulo onde o jornalista é escolhido pela direção entre os jornalistas da empresa. Um destes críticos é o jornalista Alberto Dines que diz ser ideal que a crítica fosse realizada em jornais alternativos, ou seja, que não tivesse relação nenhuma com a empresa nem como seus funcionários (In: Mendes, p. 26). Esta afirmação parte da idéia de que o ombudsman, por mais que tenha contrato que lhe garanta segurança no emprego (mesmo depois de deixar a atividade, ele ainda tem segurança no emprego) e plena liberdade para comentar e publicar suas críticas, é pressionado por ser funcionário da empresa. Além disso, por ter sido “escolhido” entre seus pares, o ombudsman mantém relação relativamente próxima com a redação. Sobre isso, o ex-ombudsman da Folha é claro em afirmar que o ombudsman não pode fazer parte da redação. Segundo Mário Magalhães “O ombudsman não pode ter poderes executivos e se ele tiver poderes executivos ele vai julgar seu próprio trabalho”. Como exemplo, ele cita a seguinte situação: “Hoje eu escolho uma manchete que eu considero genial e amanhã como ombudsman eu vou julgar essa manchete e vou considerá-la o que? Genial! Claro, há um conflito de interesses. O cidadão não pode cobrar o escanteio e ir para cabecear. Não chega a tempo. Isso significa que o ombudsman não decide nada e não pode decidir”⁵¹.

Em que pese todo um conjunto de críticas a atividade de ombudsman, é inegável que a introdução e manutenção do ombudsman na Folha de S. Paulo representou como afirma Mario Vitor Santos (ombudsman da Folha na gestão 1997-1998) citado do

⁵¹ Entrevista concedida ao autor em 01 de novembro de 2007, quando ainda era ombudsman do jornal. Seu mandato não foi renovado e desde o início de abril, Magalhães não exerce a função.

Blongren: “a primeira iniciativa empresarial voluntária na área de mídia no sentido do estabelecimento de algum nível de auto-regulamentação. Não constitui uma iniciativa isolada tampouco, sendo também o desdobramento institucional de valores éticos - de direitos dos ‘outros’, os que estão fora da redação - reconhecidos em diferentes edições do Manual de Redação da Folha”⁵².

Não é de se estranhar o fato de Santos citar o Manual de Redação para demonstrar o pioneirismo da Folha na valorização do leitor via função do ombudsman. Na realidade, são vários os elementos que ligam os manuais de redação à função do ombudsman, como já vimos na abertura deste capítulo. Nesta relação, o manual de redação passa a funcionar de múltiplas formas, a partir de operações realizadas pelo ombudsman. Estamos interessados em desvendar tais operações para então tensioná-las com os modos de apropriação realizados pelos jornalistas.

6.5 - Operações do ombudsman sobre os manuais da redação

O último ombudsman do jornal Folha de S. Paulo foi o jornalista Mário Magalhães, que exerceu a função de abril de 2007 a abril de 2008. Além da crítica semanal publicada na edição de domingo do Jornal, Magalhães era o responsável por uma coluna diária publicada na versão on-line da Folha. Coluna que deixou de ser publicada pelo jornal, tornando-se um dos motivos para a não renovação de seu contrato. Atualmente a crítica é realizada semanalmente pelo jornalista Carlos Eduardo Lins e Silva.

Em suas colunas, Magalhães comentava aspectos jornalísticos publicados no impresso, compreendendo questões estilísticas até posturas dos repórteres durante a investigação de informações, por exemplo. Para realizar tais comentários, ele se baseava em seus conhecimentos sobre o jornalismo, adquiridos através do contato com os colegas e pelo Projeto Editorial da Folha expresso nos Manuais da Redação⁵³. Num rápido levantamento no site de buscas no conteúdo impresso do Jornal Folha de S. Paulo a partir das palavras-chave “Manual da Redação” e “ombudsman” mais o nome do ombudsman da época, encontramos mais de 100 citações desde 1994, sendo que destas, 17 estão relacionados à gestão de Magalhães. De abril até a última semana de 2007, período no qual

⁵² BLONGREN, Cristina. Ombudsman da Folha de S. Paulo: “De rabo preso com o leitor e com as estratégias de marketing”, hospedado no site http://www.ombudsmaneoleitor.jor.br/noticias/headline.php?n_id=68&u=1 (visitado em 26 de novembro de 2007).

⁵³ Embora a Folha de S. Paulo procure manter atualizada a versão do Manual da Redação, é possível encontrar comentários seus baseando-se em edições anteriores.

realizamos a consulta, há 15 semanas-colunas mencionando o Manual da Redação, algumas mais de uma vez. Se compararmos a intensidade de uso do Manual pelos ombudsmen, constataremos que Magalhães foi um dos que mais se apropriou do dispositivo em seus comentários como demonstra o quadro abaixo:

Quadro B: NÚMERO DE SEMANAS/CITAÇÃO DO MANUAL DA REDAÇÃO ⁵⁴

OMBUDSMAN	PERÍODO PESQUISADO	Nº DE SEMANAS-COLUNA (*)	COLUNAS QUE CITARAM O MANUAL DA REDAÇÃO	PERCENTUAL DE USO DO MANUAL DE REDAÇÃO
Mário Magalhães	De 05/04/2007 a 30/12/2007	39	15	38,5
Marcelo Beraba	De 11/04/2004 a 01/04/2007 (três gestões)	150	23	15,3
Bernardo Ajzemberg	De 18/04/2001 a 07/05/2004 (três gestões)	152	03	2,0
Ranata La Prete	De 08/03/98 a 09/03/2001 (três gestões)	153	03	2,0
MarioVitor Santos	De 12/01/1997 a 28/12/1997 (uma gestão)	44	Zero	ZERO
Marcelo Leite	De 02/10/94 a 05/01/1997 (três gestões)	118	Zero	ZERO

(*) Número de Colunas estimado a partir da quantidade de semanas.

⁵⁴ <http://busca.folha.uol.com.br/search?site=online&q=> . Visita e pesquisa realizada em 29 de novembro de 2007.

Essa discrepância entre a quantidade de uso do Manual da Redação pelo ex-ombudsman Mário Magalhães é particular em relação aos seus antecessores. Mais ainda, ela demonstra haver um entendimento específico sobre o Manual da Redação. Diante disto, levantam-se algumas questões, como e por que ele faz isso? Quais são as motivações que o fazem usar tão intensamente o Manual?

Estas questões podem nos ajudar a compreender a relação que se estabelece entre o crítico do jornal e os manuais de redação, ou melhor, pode apontar situações de uso comparáveis com as desenvolvidas pelos jornalistas do dia a dia.

6.6 - Manual como constituição, não como bíblia?

Na compreensão de Magalhães, o Manual de Redação é mais que um instrumento que estabelece normas, padrões e regras jornalísticas, estando acima do próprio ombudsman. Segundo ele, o MR reúne os valores jornalísticos que devem reger a atividade da Folha. “O Manual é a constituição do Jornal. O Manual precede a instituição do ombudsman”. Ele demonstra com esta afirmação qual é o status do Manual em relação ao jornal e em relação a ele próprio, evidenciando o lugar tanto dele quanto do Manual dentro da hierarquia.

Uma de suas funções dentro da sua coluna foi fazer o jornal cumprir o que determina o Manual da Redação, até por que, como ele mesmo disse, a Manual “*precede a instituição do ombudsman e regra a atividade da Folha*”, sendo desta forma mais importante.

“Eu zelo pela aplicação dos princípios do Manual da Redação por que eles configuram uma espécie de constituição do Jornal”. [...]

“Eu acho que o jornalismo defendido no Manual da Redação é um jornalismo melhor que aquele que foi feito historicamente no país e é melhor que aquele que a Folha faz cotidianamente. Ou seja, se a Folha se inspirasse mais no Manual da Redação ela seria um jornal melhor”⁵⁵.

De certa forma, isso demonstra preocupação em fazer cumprir as regras estabelecidas pelo Manual, além de conferir credibilidade ao Jornal por adotar manual de redação.

⁵⁵ Entrevista concedida ao autor em primeiro de novembro de 2007.

A grande maioria dos comentários seus são direcionados a apontar descumprimentos das regras jornalísticas. Ao fazer isso, em boa parte das vezes, o Manual aparece com uma referência na qual se apóia em seus comentários, sem questionamento ou mesmo reflexão quanto ao conteúdo do verbete.

Em 29 de abril de 2007 no artigo *Os bancos saíram bem na fita*, faz a seguinte recomendação: “Um bom antídoto para a **Folha** evitar tropeços assim é se inspirar no seu “Manual da Redação”, em cujo verbete “Jornalismo crítico” se lê: “O jornal não existe para adoçar a realidade, mas para mostrá-la de um ponto de vista crítico””⁵⁶. Ou seja, além de orientar o cumprimento do “livro”, ele cita o textualmente o verbete como forma de reforçar sua crítica e pedagogicamente lembrar um dos pressupostos do jornal.

Este mesmo sentido pode ser visto na coluna do dia 20 de maio do mesmo ano, *Traficantes da foto são autores de filme*: ““Foi “barriga”, o que o “Manual da Redação” da **Folha** define como “publicação de grave erro de informação”⁵⁷. O comentário se refere à matéria publicada pelo Jornal do Brasil. Neste caso, o Manual da Redação assume dimensão geral, balizando as críticas a outros jornais. Ou seja, o Manual como um guia jornalístico abrangente, que pode ser utilizado por todos os jornais, e não apenas como uma referência interna. A ironia desta situação é que a editora do Jornal do Brasil replica a crítica, reconhecendo seu valor⁵⁸.

Essa tendência uniformizadora reaparece na maioria dos textos do ex-ombudsman, mesmo quando o Manual da Redação não é citado diretamente como na coluna de 14 de outubro de 2007 sob o título *Uma tabelinha promíscua*. Ele diz: “A decisão [sobre a cessão de uma gravação ao um determinado político] abre precedente grave no princípio do apartidarismo que o “Manual da Redação” fixa e no direito de o jornal manter em seu poder o áudio de entrevistas e diálogos”⁵⁹. Essa característica mais leve e descontraída não elimina o caráter determinístico da regra.

Ou seja, há um conjunto de críticas segundo o qual o Manual da Redação é instrumentalizado de forma direta, rígida, quase dogmática. Desta maneira, o Manual está mais para uma bíblia, do que para uma simples orientação, sem a qual o “fiel” jornalista não obteria êxito em seu trabalho.

⁵⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om2904200701.htm>. Visitado em 29 de novembro de 2007.

⁵⁷ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om2005200702.htm>. Visitado em 29 de novembro de 2007.

⁵⁸ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om2005200702.htm>. Visitado em 29 de novembro de 2007.

⁵⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om1410200701.htm>. Visitado em 29 de novembro de 2007.

Como ele mesmo reconhece: “Diariamente a Folha subverte valores que constam do Manual, pluralismo, por exemplo,” “[...] se você pegar qualquer matéria do dia aqui, nas escuras, a gente vai ver problemas em relação ao que o Manual preconiza”⁶⁰.

Entretanto, ele explica que estes descompassos em relação às regras do Manual ocorrem de duas formas. A primeira é que o Manual tem imperfeições, não é completo e que por isso mesmo não deve ser obedecido ou ainda ampliado em suas totais determinações. Para ele, há elementos (verbetes) que não estão presentes e que deveriam estar e há outros que devem ser reformulados, são “frágeis” como na coluna *Adivinhe quem vem para jantar*, publicada em 30 de setembro de 2007. Depois de realizar um longo “nariz de cera” sobre a necessidade de se manter o anonimato quando se presta a avaliação de serviços, como o de restaurantes ou mesmo em relação ao conflito de interesses que ocorrem neste segmento. Ele recorre ao Manual da edição de 1992: “O anonimato é importante, por exemplo, para testar serviços públicos ou particulares, como restaurantes”. A versão de 2001 do “Manual” recomendou no verbete “ética”: “Ao testar serviços de um restaurante, por exemplo, é conveniente que o repórter permaneça no anonimato e pague a conta. De outro modo, sua avaliação poderia ficar comprometida por um atendimento especial ao qual seu leitor não teria acesso”. Não obstante citar os verbetes de duas versões do Manual da Redação, Magalhães afirma que a “regra foi emendada, e bancar a despesa tornou-se obrigação. [...] Serão vedadas participações em eventos quando houver real ou aparente conflito de interesses”. Por fim, conclui convocando o Manual novamente: “O padrão do jornalismo de serviços deve ser igual ao de outros falsamente mais nobres – como bem formula o “Manual””⁶¹.

No entanto, não é apenas como um “gerenciador” da execução das normas do Manual que o ex-ombudsman elaborava suas colunas. Há caso, por outro lado, de o Manual da Redação aparecer na posição de réu, recebendo fortes críticas. Trata-se a nosso ver de um outro modo de demonstrar os descompassos do Manual em relação à produção jornalística. Se no modo anterior, a “posição” de uso do Manual pelo ex-ombudsman era o de colocá-lo como ideal, nestes casos o Manual se revela como incompleto, equivocado. Ou seja, ele passa a criticar o Manual a partir da própria produção. Ele mesmo reconhece que não dá para seguir o Manual cegamente:

“Tenho críticas ao Manual. O Manual tem algumas formulações muito imprecisas ou questionáveis. O verbete sobre fotografia, que recentemente fui pesquisar, era um

⁶⁰ Entrevista concedida ao autor em primeiro de novembro de 2007.

⁶¹ Entrevista concedida ao autor em primeiro de novembro de 2007.

verbete contraditório, frágil. Há alguns “Manuais” (acredito que ele quis dizer “verbete”) com problemas epistemológicos ou divisões jornalísticas graves que foram superados com o tempo. Esse Manual de 87 dizia no verbete “telefone” que só deve fazer pessoalmente uma apuração se não for possível fazer por telefone, ou alguma coisa assim com este conteúdo. É elementar do gênero da reportagem, talvez o mais nobre gênero jornalístico, que você só faz por telefone quando você não pode fazer pessoalmente, é ao contrário. Foi abolida esse verbete. Ainda, eu comentava domingo que no Manual de 87 se fala de reportagem investigativa. Isso é pleonasma. Uma coisa é o jornalismo investigativo. Reportagem investigativa é uma redundância. Toda reportagem pressupõe investigação. Essa investigação pode ser mais rasteira ou de maior fôlego; pode ser mais simples ou mais complexa, mas os Manuais – historicamente – eu reconheço um avanço neles, na sofisticação ⁶².

O tom das críticas varia, dependendo do assunto, mas de forma geral se referem à incompletudes, aspectos que não estão presentes no Manual.

A segunda questão é que os jornalistas deixam de consultá-lo, confiando em seus instintos. Segundo ele, há uma visível diminuição das consultas ao Manual. Quando ele entrou na Folha no início dos anos 90, havia um contato mais intenso com o Manual.

“Acho que formalmente, a redação de hoje... eu entrei na redação em 91, a minha impressão é que a redação, hoje, tem uma relação de consulta ao Manual menos assídua”.

No entanto, ele relativiza este, digamos, distanciamento, afirmando que as regras do MR estão mais consolidadas hoje do que antes. Aliás, ele analisa que parte dos problemas que a Folha enfrentou em relação à qualidade dos textos entre outros diz respeito à forma como os primeiros Manuais foram implantados e cobrados pela direção do jornal.

“O Manual da Redação da Folha é uma conquista do jornalismo, mas a aplicação por vezes **draconiana** dele nas suas origens, causou prejuízos à Folha, especificamente sobre a qualidade do texto da Folha, que precisou dessa última edição - não essa agora, a anterior (2001) – afirmar explicitamente de que as amarras ao texto – a Folha buscava ter certos padrões – mas que não deveria amarrar e empobrecer o texto. Então, o que eu dizia é que, um problema que existe, é que as novas gerações da Folha, a minha impressão é que não tem com o Manual da Redação uma relação como a que as gerações que viveram os

⁶² Entrevista concedida ao autor em primeiro de novembro de 2007.

primeiros Manuais tiveram. **(Qual é essa relação?)** É uma relação de que o Manual influenciava mais no dia a dia da redação, antigamente”⁶³ (grifo nosso).

Ele conclui que não se pode considerar o MR como uma “bíblia”, como algo indiscutível que deve ser seguido cegamente, mas sim como um Guia para a ação, nos moldes dados por Lênin ao programa do partido Bolchevique.

“Então, num contexto totalmente diferente, eu acho que o Manual é um guia para a ação”. Quando eu digo que o Manual não é bíblia, é um guia para a ação é por que o Manual não dá conta de todos os desafios cotidianos postos diante de uma redação e nem deve também ter respostas para tudo. **Ele pretende ter resposta para tudo?** Não, não tem resposta para tudo. Ele estipula procedimentos e valores que devem nortear a atividade jornalística “⁶⁴.

Mas a afirmação não indica que essa postura crítica deve ser seguida pelo corpo redacional. Além disso, esta característica em relativizar às determinações no Manual nos parece ser mais uma estratégia de, por um lado, mostrar que os modos de produção jornalísticos estão para além do que determina o Manual da Redação, ou seja, não há engessamento, ainda que por vezes ele reitere a importância de seguir as regras para qualificar o jornal; e também visa demonstrar certa independência e isenção criticando algumas de suas regras, afinal ele estava na posição de crítico tanto do jornal quanto do seu principal estatuto.

Em nosso entendimento, essas posturas do ombudsman reforçam que tanto há descompassos por parte da redação, quanto apontam para características específicas quanto aos modos de apropriação dos manuais pelos jornalistas, como pode ser visto quando ele passa a cobrar adequações ao livro de regras. Como exemplo, ele cita o **verbete ética**, mais especificamente no aspecto das relações com o mercado financeiro. Ele diz que no Manual não há nada que proíba e/ou restrinja qualquer jornalista da Folha que cobre Bolsa de Valores de obterem vantagens financeiras a partir das informações que possuem aplicando no Mercado. Estas tensões eram explicitadas via coluna de ombudsman e repercutiam em alterações no próprio Manual, que segundo ele já foram incorporadas na última versão. Porém, ele ressalta que mesmo essas alterações já foram descumpridas pelo jornal.

“Eu sei que ele (Manual de Redação ainda no prelo/2007) já incorpora observações minhas, como o verbete ética que foi modificado depois que eu fiz uma Coluna

⁶³ Entrevista concedida ao autor em primeiro de novembro de 2007.

⁶⁴ Entrevista concedida ao autor em primeiro de novembro de 2007.

dominical discutindo a questão da aplicação no Mercado Financeiro por jornalistas que produzem, comentam ou editam informações sobre o mercado acionário. Aí o Jornal imediatamente mudou o verbete. Assim como o verbete já mudado já foi desrespeitado em minha opinião quando eu discuto a atuação do crítico de gastronomia da Folha **contradizendo, não respeitando**, a norma do Manual da Redação no verbete ética, já reescrito. Pô, já não respeitava quando não escrito, e continua não respeitando que é dar a cara nos restaurantes, obviamente conhecido, bom”⁶⁵.

Esta fala descreve o percurso que o manual de redação realiza no universo redacional desde o momento em que ele é tomado como referência, até quando ele é mudado para se adequar à realidade da produção. O gráfico abaixo ilustra este percurso:

Estas alterações não adotadas pela redação demonstram certo distanciamento entre o “mundo” do Manual e o “mundo” da redação; existe certa desarticulação do Manual junto ao corpo redacional no processo de implementação, mesmo com a observação debatida em Coluna Pública⁶⁶ pelo ombudsman, alterada no Manual pela Direção do Jornal, há ainda situações de ignorância. Ou seja, as tensões entre Manual-Redação-Ombudsman se revelam e repercutem na (re)estruturação do Manual, ainda que isto não seja simultâneo nem homogêneo.

De toda forma, o ex-ombudsman no caso da Folha de S. Paulo exercia uma dupla função em relação ao Manual: a primeira era de comentar o fazer jornalístico definido pelo Jornal através entre outras coisas do Manual. A segunda era, ao fazer isto, materializar as regras como algo presente no conjunto de referências no processo de produção jornalístico da redação. Assim, o debate público provocado pelo ombudsman tende a revelar discrepâncias, tensões, desvios cometidos pelos jornalistas e pelo jornal, questionando em muitos aspectos as regras do próprio manual e/ou seu cumprimento. Ao fazê-lo, o ombudsman tem a oportunidade de provocar debate junto à redação, já que segundo manda a tradição da Coluna, sempre é dado ao jornalista o direito de responder, explicar por vezes, seus procedimentos.

“A crítica diária acaba se transformando num bom espaço de debate sobre o jornalismo dado a quantidade de respostas que vem da redação. (...) Acho legítimo divergir e eu vinculo todas as respostas. Só que há um volume de respostas

⁶⁵ Entrevista concedida ao autor em primeiro de novembro de 2007.

⁶⁶ Magalhães, Mário. **Adivinhe quem vem para jantar**. Coluna do Ombudsman objeto da crítica ao descumprimento do Manual. Consultada neste site <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om3009200701.htm> . Visitado em três de dezembro de 2007.

que mostra uma.... as vezes esse volume de respostas expressa uma certa incapacidade dos repórteres em conviver com a crítica, 18 anos depois da instituição da função do ombudsman. E aí, essa questão das divergências é absolutamente natural”⁶⁷.

Esta dinâmica colabora para instituir processos que objetivam tensionar as normas e, paralelamente, servem para informar os jornalistas e leitores sobre o que está se exigindo e sobre as mudanças ou não que estão sendo adotadas pela direção do jornal. Neste aspecto, a coluna do ex-ombudsman passou a servir, num primeiro momento, como um canal de divulgação das mudanças adotadas ou não pelo Manual da Redação, ou seja, pelo veículo.

⁶⁷ Mário Magalhães. Entrevista concedida ao autor em primeiro de novembro 2007.

7. Procedimientos metodológicos

Como vimos os manuais de redação enquanto gramáticas definem e propõem instruções para os jornalistas, revelando múltiplos modos de ação. Indicam a forma e, por vezes, interferem nos processos e conteúdos a serem produzidos. Definem caminhos e estabelecem metodologias, enfim, atuam direta ou indiretamente junto aos jornalistas. Nesta medida, tornaram-se referências, ordenando a atividade jornalística orientando, por conseguinte, os modos como os jornais deveriam ser produzidos e reconhecidos. No entanto, essa possível preponderância sobre a construção dos enunciados jornalísticos deve ser relativizada, não porque ela não exista ou porque haja outros fatores tensionando, mas sim, porque ela se desenvolve para além do conjunto de suas próprias regras e porque maneja com regras de outras lógicas. Da perspectiva da produção tais instrumentos são reelaborados quando operados pelos jornalistas. Como já anunciado, os jornalistas, ao se apropriarem dos manuais de redação realizam diversas operações, denotando modos específicos de uso do dispositivo. Ao contrário das expectativas da esfera produtiva institucional que orientam a leitura/consumo dos manuais como forma de garantir certa prática jornalística, os jornalistas (em situação de produção), dão outras destinações, realizando operações estratégicas.

A partir destas considerações; do que propõe o problema da pesquisa e amparado pelo quadro conceitual, pretendemos agora descrever processos a partir de observações e entrevistas realizadas junto a seis jornais diários, bem como a seus jornalistas (repórteres, editores, chefes de reportagens) e assessores administrativos (advogados, relações públicas), objetivando demonstrar que o proposto pelos manuais de redação altera-se quando apropriado pelos jornalistas. Isto é, as orientações dos MRs são remodeladas por seus usuários, como quando os jornalistas apreendem apenas uma parte do manual, ignorando outras tantas. Essas defasagens são visíveis em todo o conjunto das ações produtivas dentro do jornalismo. Algumas são mais, outras menos latentes. Ainda assim, a apropriação dos manuais de redação pelos jornalistas é variável, dependendo da posição do jornalista em relação à instituição – se mais ou menos experiente, ou mais menos reconhecido - ou mesmo pelo contexto de produção (editoria, assunto, matéria quente ou fria). A questão que passamos a investigar diz respeito a descrever os processos de apropriação dos manuais de redação pelos jornalistas em ambientes de produção, considerando que neste contato (manual-jornalista) há um conjunto de fatores e tensões que interferem no processo, remodelando os consumos e, desta forma, contribuindo para elaborar um “outro” jornal. Antes, porém, cabe explicar e descrever alguns elementos do processo onde se deram as observações e entrevistas.

O trabalho de campo propriamente dito está sustentado em princípios de operações etnográficas, realizadas a partir de técnicas de investigação participante. A etnografia, ou o estudo de povos ou cultura⁶⁸, se encaixa mais adequadamente com o objeto e com o problema proposto, na medida em que se busca identificar a partir de interações realizadas por determinado grupo, no caso os jornalistas, a um determinado enunciado, os manuais de redação. Trata, neste sentido, de investigar processos de apropriação de manuais de redação por jornalistas.

Sem se aprofundar na etnografia, mas apenas tomando-a como técnica para discutir o objeto, podemos destacar que se trata de um ramo da antropologia que visa estudar a partir de inquéritos, observações participantes e questionários semi-estruturados ou não, microcosmos específicos. Conklin define a *Etnografia* como sendo “os dados de antropologia cultural que derivam da observação directa do comportamento numa sociedade particular. A obtenção e o reporte a avaliação destas observações é tarefa de etnólogos” (Apud: BURGESS, 1997, p. 02). Neste sentido, a etnografia trata-se de um processo/método de captura, descrição e análise de dados provenientes de observações qualitativas realizadas em agrupamentos específicos.

No entanto, os procedimentos etnográficos não são exclusividades dos estudos antropológicos. A sociologia também tem se utilizado de procedimentos etnográficos como forma de capturar dados. “Muitos sociólogos utilizam a observação participante, entrevistas em profundidade ou não estruturadas e análise documental, no decurso das suas pesquisas, de molde a esclarecer o significado de dadas situações sociais” (p. 03). Neste âmbito, os recursos da etnografia voltam-se para interpretar ocorrências envolvendo atores sociais em situações determinadas por classe, local de trabalho, etnia entre outros fatores, articulando forte relação com os aportes teóricos provenientes do interacionismo simbólico (p. 03-04). Trata-se, portanto, de um modelo etnográfico híbrido. Coulon, ao relacionar a etnografia à técnica de pesquisa de campo, afirma que a variedade de abordagens (observação direta de ambientes, observação participante, diálogos, estudos de dossiês, exposição de vídeos e a análise de gravações dos comentários) feita durante a investigação, “depende do método etnográfico que tem como indicação metodológica primeira a observação de campo, a observação dos atores em situação” (1995, p. 87).

⁶⁸ Dicionário Aurélio Eletrônico: etnografia. S. f. 1. Disciplina que tem por fim o estudo e a descrição dos povos, sua língua, raça, religião, etc., e manifestações materiais de sua atividade. 2. Parte ou disciplina integrante da etnologia. 3. Descrição da cultura material num determinado povo.

As pesquisas a partir deste método têm ganhado destaque em estudos que buscam compreender as relações micro-sociológicas, como as focadas nas relações familiares, ou mesmo em grupos urbanos mais complexos, como os estudos desenvolvidos pela Escola de Chicago desde os anos 20 do século passado, especialmente pelo sociólogo e jornalista Robert Park.

No âmbito do jornalismo, essa perspectiva tem contribuído significativamente nos debates sobre os processos de produção noticiosa, no sentido de compreender o que é notícia e como elas são elaboradas, considerando processos de interação. Assim, o foco está direcionado para o ambiente produtivo, sem desconsiderar o contexto macro-social no quais estes estão influenciados. Neste sentido, mais estudos têm se utilizado de elementos característicos da etnografia, mesmo mais próximos da sociologia como podemos notar nas pesquisas realizadas por Zelizer, Tuchman. No Brasil, podemos destacar as pesquisas realizadas por Travancas, Vizeu Pereira, Lago (2003), et al. No prefácio do livro *Antropologia e Comunicação*, Travancas e Farias, estabelecem algumas aproximações entre a atividade dos antropólogos e dos jornalistas:

“Ambos vão ‘a campo’ pesquisar suas ‘fontes’ e ouvir ‘informações’ (as palavras são as mesmas) em busca de informações. Ambos trabalham seus textos, que são então publicados, cada um em seu circuito (acadêmico ou jornalístico); assim, é possível pensar que as ligações entre informantes e profissionais, entre emissores e receptores de mensagens, são discussões na verdade válidas para ambas as disciplinas”.

Para além das semelhanças entre os campos, o fato é que as técnicas elaboradas por referências etnográficas estão cada dia mais presente em estudos de mídia em especial do jornalismo.

A socióloga Barbie Zelizer publicou artigo em 2002 no qual realizou pesquisa participante junto a jornalistas de vários jornais norte-americanos. No estudo, ela identifica proximidades para além da função que desempenham ou mesmo do salário que recebem. Ela apontou aspectos comuns, como a forma pelo qual discursam sobre si e sobre os outros, como se relacionam, a ponto de autorizá-la a chamá-los de comunidade interpretativa, resultado do compartilhamento de interesses e dos modos comuns de ler e interpretar um mundo.

Gaye Tuchman por sua vez, num texto clássico de sociologia do jornalismo, discute a objetividade na produção jornalística apresentando estratégias utilizadas pelos jornalistas como forma de tentar se apresentar neutro e isento, evitando possíveis

reprimendas (1993, p. 74-130). A autora também se utiliza de técnicas etnográficas entre outras, como a observação participante, para chegar a estas conclusões⁶⁹. Já Isabel Travancas reflete sobre a formação da identidade do jornalista destacando a profissão, o ambiente de trabalho e categoria profissional como elementos da construção de suas identidades. Para tanto, ela mobiliza técnicas de coleta de dados da antropologia e aplica-os ao objeto do jornalismo. E por último, Alfredo Vizeu (2003), dedica-se em pensar as rotinas (processos internos de um telejornal) como fatores de decisão do que é ou não notícia. De uma forma ou de outra, estes estudos evidenciam a importância das técnicas elaboradas na etnografia para o esclarecimento de aspectos relacionados à comunicação bem como a este trabalho de pesquisa.

Nesta perspectiva, as explicações de como às notícias são estruturadas através de processos observacionais sobre os modos de produção, as rotinas, os *gate-keepers*, ou seja, as relações ocorridas neste processo ganham respaldo a partir dos usos deste ramo da ciência social até então pouco reconhecida nos estudos de fenômenos jornalísticos. Felipe Pena, ao descrever as várias correntes teóricas sobre o jornalismo, destaca a “Teoria” Etnográfica como sendo importante para a pesquisa em jornalismo mais em função de suas atribuições metodológicas do que por uma elaboração teórica propriamente dita (2005, p. 150-153). Assim, a pesquisa de campo sobre a cultura jornalística representa um importante avanço no entendimento de por que as notícias são como são, “pois a ‘tribo’ dos jornalistas tem efetivamente seus próprios costumes e ritos” (2002, p. 152). A idéia de grupo que possui modos próprios como o dos jornalistas exige uma abordagem cuja metodologia de vertente etnográfica apresenta melhores resultados.

Assim, os estudos propostos buscam situar os manuais de redação relacionando-os ao universo jornalístico mais específico – as salas de redação -, e as interações que este dispositivo pode apresentar frente às demandas de seus usuários. Neste âmbito, as técnicas etnográficas como a observação participante, a entrevista em profundidade e a descrição de cenários de produção (enquadramentos) são pertinentes ao objeto de pesquisa e ao problema proposto de forma mais adequada. Não se trata de usar a etnografia pura, mas sim de se apropriar criticamente de alguns de seus postulados tensionando-os às especificidades do campo midiático – jornalístico.

⁶⁹ Como exemplo, cito duas passagens explicativas dadas pela autora em nota de rodapé que ilustram os procedimentos de pesquisa: “Na minha primeira entrevista a um jornalista [...]” (p. 78); “Vários repórteres e um assistente do editor local disseram que não sabiam. O *managing editor* do jornal de domingo sorriu e deu umas pancadinhas nas costas do editor da secção do local quando me ouviu formular a questão” (p. 85).

7.1- Definição do corpus

Para dar conta deste trabalho, realizamos dois movimentos de investigação que, no desenvolvimento da pesquisa, passaram a compor o quadro geral da amostra estudada. Um primeiro movimento que, a princípio estávamos chamando de pré-observações, tinha por objetivo ser um instrumento de verificação de nossos procedimentos, como estabelecer os primeiros contatos com o objeto empírico. A idéia era testar hipóteses. Não tínhamos - até aquele momento - a amplitude nem as potencialidades científicas que envolviam os manuais de redação em relação à imprensa. Para nós, o manual de redação era um livro de regras que os jornalistas faziam questão de ignorar e a empresas jornalistas faziam questão de exigir. Além disso, partíamos do pressuposto de que os manuais de redação estavam limitados ao universo das redações que os tinham formulado. A partir daí faríamos o segundo movimento.

Tal processo estava sendo idealizado como sendo o da tomada de informações propriamente dita, ou seja, o momento da coleta de dados, da observação. O espaço no qual encontraríamos as condições favoráveis para desenvolver nossa pesquisa, seja na escolha do(s) objeto(s) ou mesmo no(s) ambiente(s) que eles se encontrariam. Contudo, como veremos, no encaminhamento do trabalho percebemos que a forma como havíamos pensado os aspectos práticos da pesquisa não dariam conta de mostrar a amplitude do objeto. Antes, porém, cabe explicar como chegamos a tal conclusão.

Neste percurso, nos movimentamos a partir de algumas perguntas, não no sentido de hipóteses consagradas ou mesmo questões retóricas, mas sim como ponto de partida objetivando caracterizar nosso objeto de pesquisa. A pergunta inicial foi tentar saber sobre a existencialidade ou não dos manuais nas redações? Tínhamos uma impressão de que as instituições estariam de alguma forma indicando aos jornalistas o uso de manuais de redação, mesmo não tendo manuais próprios. Porém, a recomendação de uso ou mesmo sua oferta pelas instituições não era suficiente para comprovar sua real utilização por parte dos jornalistas. Será que de fato os manuais serviam para alguma coisa? Já em nosso primeiro contato constatamos que os manuais de redação não apenas estavam presentes nas redações observadas, mas muitos jornalistas se utilizavam deles de forma intensa e variada. Esta constatação indicou que os manuais de redação não apenas estariam presentes, mas que tal presença remeteria a usos e que, desta forma, apontaria para certos modos de apropriação, embora ainda não percebêssemos que modos seriam estes.

A partir daí, pudemos concluir empiricamente que tínhamos um objeto de pesquisa possível de ser estudado. Voltamo-nos então a definir os critérios de escolha do corpus das pré-observações: o primeiro aspecto considerado foi a natural possibilidade de acesso (veículos diários impressos que autorizassem nossa presença); o segundo foi considerar instituições jornalísticas que possuíssem manuais e que não possuíssem manuais de redação. A proposta era estabelecer comparações. A partir daí consideramos nosso espectro de abrangência, pois buscávamos uma amostra que demonstrasse a diversidade dos jornais diários brasileiros. O terceiro critério, já pensando o momento da observação propriamente dita, seria o de considerar os manuais no cenário nacional, tanto do ponto de vista da importância jornalística quanto em relação ao apelo público. Ou seja, era necessário eleger jornais que representassem certo modo hegemônico de fazer jornalismo e que simultaneamente possuíssem manual de redação. Neste caso, definimos previamente que os veículos seriam usados para a pesquisa eram O Estado de São Paulo e a Folha de S. Paulo, ambos com tradição no jornalismo brasileiro e na publicação de manuais de redação. No entanto, antes de avançarmos para a captação de dados nos cenários indicados, havia a necessidade de realizarmos as pré-observações.

Nas pré-observações, constatou-se que havia redações que utilizavam de manuais de redação sem, contudo, tê-los produzido. Diante desta discrepância, incluímos na amostra instituições que possuíssem manuais de redação quanto àquelas redações que não os tivessem. Isso deu condições de estabelecer comparações. Neste sentido, para o movimento inicial de pré-observação escolhemos o jornal Zero Hora por possuir manuais próprios e o Diário dos Campos, Gazeta do Povo e NH por não possuírem. Além disso, o Zero Hora e a Gazeta do Povo são jornais situados em capitais e o NH e o Diário dos Campos estão localizados no interior.

As visitas ocorreram, nesta primeira etapa, entre o segundo semestre de 2004 e primeiro de 2005.

Contudo, estas pré-observações se apresentaram de tais formas ricas e produtivas que passamos a considerá-las não apenas como um recurso de aferição de técnicas de investigação, mas também como centrais para as análises, especialmente por apresentar amplitude na amostragem e retorno de informações válidas.

Como havíamos destacados, diante das informações obtidas em pré-observações e a condições de observações, tivemos que refazer algumas visitas, mais no sentido de confirmar informações, do que de realizar todo o percurso investigativo buscando dados novos.

A investigação seguiu os princípios da pesquisa de vertente etnográfica, ou seja, a idéia foi descrever os cenários de uso e observar jornalistas no espaço de produção, no sentido de procurar descrever as apropriações dos manuais de redação no caso das redações que possuíam.

Nas redações **sem manual de redação**, o objetivo inicial foi o de procurar reconhecer como os jornalistas se comportavam sem a presença do dispositivo, afinal a idéia era comparar ambientes com e sem o uso de manual de redação. Além disso, a escolha considerou aspectos logísticos, ou seja, a facilidade de acesso e o conhecimento de algumas redações.

A primeira visita na redação **sem manual de redação** comprovou que essa hipótese estava equivocada: a que os usos de manuais de redação estariam relacionados à determinação da empresa. Nas redações observadas foi identificada a existência de manuais de redação, independente se a empresa o havia produzido ou não. Em alguns casos, constamos à presença de mais de um manual em uso. Isso nos levou a considerar que a utilização dos manuais de redação pelos jornalistas independe da decisão da empresa. Na verdade, atualmente, a oferta está associada tanto à necessidade dos jornalistas do que à determinação dos jornais.

Os jornalistas do NH, Gazeta do Povo e Diário dos Campos utilizavam manuais de instituições concorrentes (Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo). Portanto, a comparação não pode ser realizada. Por outro lado, essa informação nos levou a considerar que a presença dos manuais havia se tornado constante junto aos jornalistas, ou seja, que as redações haviam incorporado no cotidiano a utilização destes dispositivos independente de sua exigência ou não. Portanto, não poderíamos pensar em um único modo de apropriação, mas sim em vários procedimentos ou enquadramentos que, considerando situações específicas, conformam múltiplos usos (funções, processos). Este é indicativo importante para se tentar traçar/identificar os modos de apropriação dos manuais de redação pelos jornalistas como veremos mais à frente.

No entanto, a estratégia metodológica ainda estava incompleta. Até o momento, nossa observação cumpria ações prévias: saber se manuais de redação eram ou não apropriados. A partir da comprovação desta condição, nos obrigamos a reformular o problema: se os manuais de redação são operados pelos jornalistas em produção, então de que modo isso ocorre? Um dos caminhos para responder essa questão seria o de examinar os próprios manuais de redação, pois ali poderíamos encontrar informações, não apenas sobre as intenções dos jornais em relação aos jornalistas, mas também indicações como

eles (jornalistas) deveriam usar os manuais, nos dando condições de concluir sobre seus modos. Contudo, se fizéssemos isso teríamos apenas uma única perspectiva: a representada pelas intenções dos gestores dos jornais. Em que se pese a existência de referências sobre as práticas consagradas pela cultura jornalística nos manuais de redação, ainda assim estaríamos estudando apenas o objeto por um dos lados, ou melhor, a partir de uma única perspectiva. Além disso, estaríamos nos apoiando em teorias da comunicação que remeteriam a idéia de uma ação comunicacional unidirecional, no qual o manual de redação estaria para o jornal como um instrumento modelador de conduta, sendo o jornalista apenas o mediador das lógicas por ele dispostas. Essa perspectiva como já discutimos parte da compreensão de que não há diferenças entre o processo de emissão/recepção. Nesta medida, os jornalistas deveriam estar realizando obrigatoriamente as determinações do instrumento, tornando o jornal espelho do manual e vice-versa.

Porém, a perspectiva de certa teoria da comunicação complexa nos provocou a considerar que, embora os manuais de redação fossem instrumentos a serviço da empresa com o objetivo de conformar os modos de produção dos jornalistas, seus modos de apropriação não poderiam responder de forma absoluta e nem em iguais condições as ofertas dos manuais de redação. Ou seja, que em todo processo de comunicação (oferta-consumo) no qual estão envolvidos sujeitos (não máquinas⁷⁰), apresentam discrepâncias, desníveis. Essa conclusão nos conduziu a reformular a questão, apresentando uma problemática que considere os descompassos entre as ofertas, no caso os manuais de redação, e seus reconhecimentos por parte dos jornalistas. Assim, a proposta passou a considerar que os jornalistas, em contato com tais dispositivos, realizam operações estratégicas, revelando modos (plural) próprios de ação. Tais modos serão apresentados de forma detalhada mais à frente.

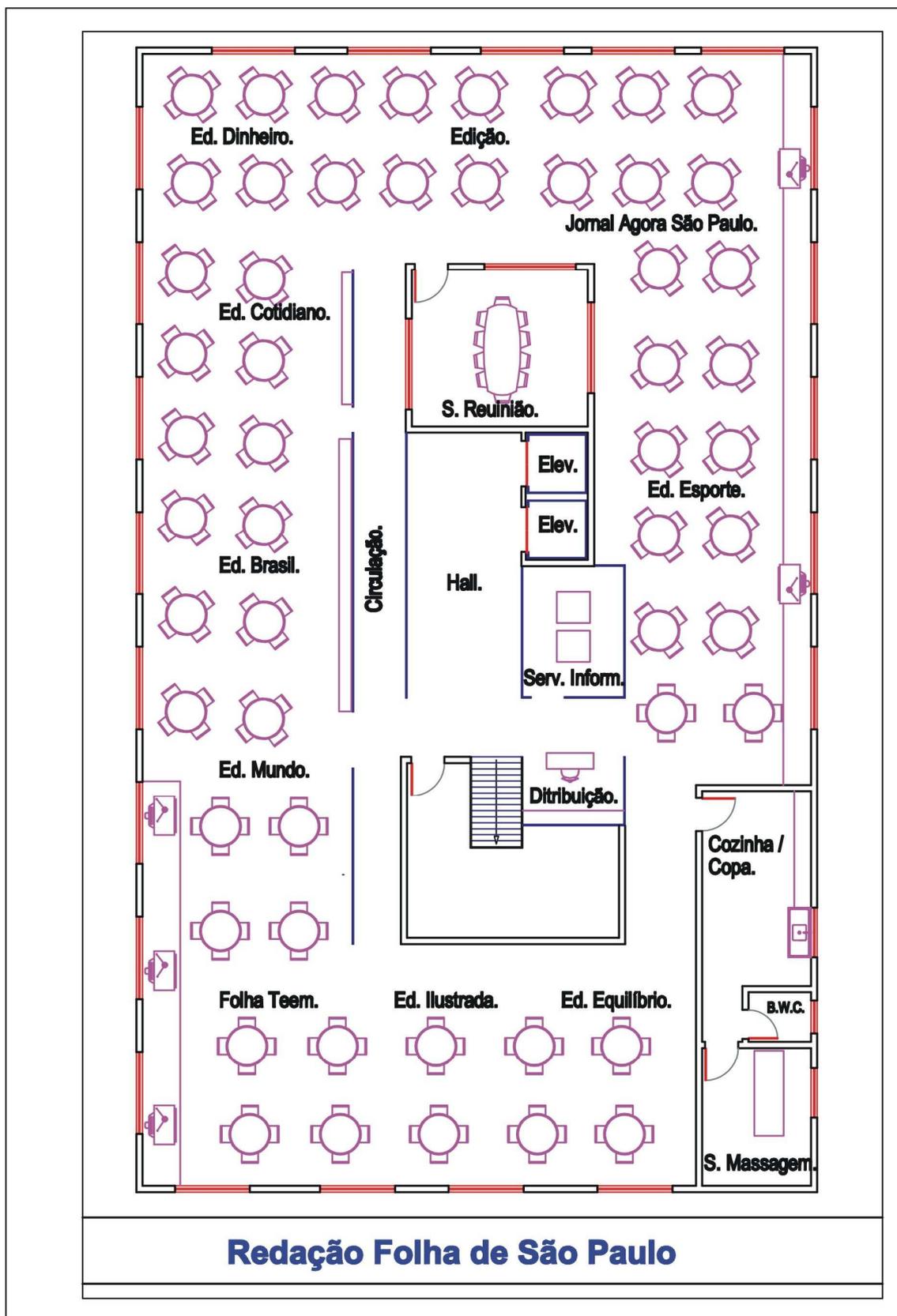
Neste processo, portanto, mantivemos contato com mais de 40 informantes entre editores, repórteres e assessores, todas ligadas à produção dos respectivos jornais. Em todos dos lugares, o acesso foi relativamente tranquilo, não havendo restrições à minha presença nem limitação dos lugares onde poderia circular. É claro que o acesso aos jornais maiores exigiu estratégias diferenciadas. Os dois jornais de São Paulo presentes na pesquisa, por exemplo, mantêm seções específicas para intermediar o acesso às redações. No caso da Folha de S. Paulo, jornal que impôs mais dificuldades, a mediação foi mais

⁷⁰ Os dispositivos computadorizados (mais sofisticados) estruturam sua comunicação a partir de sistemas matemáticos de origem binária (0 -1) impossibilitando com isso a geração de estruturas diferenciadas das já pré-determinadas.

longa e intensamente negociada. Mais de três meses se passaram desde o primeiro contato até a visita propriamente. Uma das principais objeções, materializadas pela jornalista Ana Estela de Souza Pinto, responsável pela seção de treinamento, foi quando ao envio prévio das questões. Ela exigia conhecer as perguntas que seriam aplicadas aos jornalistas. A princípio, isto poderia vir a comprometer os resultados da investigação, afinal estávamos realizando entrevistas sobre um objeto que, principalmente no caso da Folha de S. Paulo, historicamente provou reações contrárias. Além disso, não tinha a garantia de que ao dar a conhecer meu roteiro de questões, os jornalistas não seriam informados previamente, perdendo a possibilidade de verificar mudanças de atitude quando o tema fosse colocado. Outro aspecto objetado foi à possibilidade de se escolher aleatoriamente quais jornalistas fariam parte da investigação. Procedimentos que estava sendo utilizado desde a primeira observação. Depois de várias trocas de e-mails, conversas telefônicas e a mediação do ombudsman, obtivemos acesso à redação, desde que respeitássemos a escolha dos jornalistas. Neste caso e após conversa com meu orientador, decidimos aceitar as condições, desde que os detalhes da entrevista não fossem antecipados.

Já a negociação para se ter acesso à redação de O Estado de S. Paulo fora rápida e sem objeções. A direção do jornal me autorizou a circular livremente pela redação e escolher as fontes de acordo com os interesses da pesquisa e de acordo com a disponibilidade. Além disso, a responsável pela intermediação do meu acesso garantiu que as fontes não foram informadas sobre o conteúdo das entrevistas, como ocorre em todo o processo de investigação jornalística.

a) Cena produtiva: Folha de S. Paulo (A tensão emerge da redação)



O acesso à redação da Folha de S. Paulo ocorreu após intenso processo de negociação. Antes da primeira visita, me foi oferecido uma lista com 14 jornalistas que estariam a minha disposição naqueles dias de visita. Nesta relação constavam nomes de jornalistas que estavam em férias, que não estavam trabalhando na redação ou que estavam em viagens, cobrindo pautas em outros locais. Com essas objeções, a lista foi reduzida para oito nomes. Quantidade que poderia colocar em risco a abrangência de olhares que precisava e que havia encontrado em outras redações. Mesmo assim e estrategicamente não discordei, apostando na possibilidade de que após estar dentro, teria condições de ampliar meu universo de fontes, como aconteceu.

Em meio a este clima cheguei à redação da Folha de S. Paulo. O prédio localizado no centro histórico da cidade de São Paulo, (Avenida Barão de Limeira, Bairro Campos Elíseos) fora adaptado para receber o jornal e outros setores do Grupo Folha, como a UOL e a Data-Folha, além da parte comercial e a gráfica. Ao contrário de O Estado de São Paulo, que está instalado num prédio previamente preparado as instalações da Folha S. Paulo foram ajustando-se as necessidades, talvez por isso a sensação de estar num prédio adaptado, onde corredores estreitos dão acesso a pequenas portas que se abre para salas amplas, ocupadas por várias pessoas. No ambiente redacional é a mesma coisa. No principal andar, onde se localiza a maioria dos jornalistas, a relação entre os espaços é confusa. A editoria de Esporte, por exemplo, está separada visualmente do resto do jornal. Assim como a secretaria de redação, que está em outro ambiente, relativamente distante do conjunto da redação. Nos meus contatos iniciais, recebi várias informações desencontradas quanto à posição de alguma editoria. A referência, de fato, é a entrada a partir dos elevadores. A esquerda da correspondência é a editoria de esporte, à direita estão às outras editorias. Passado este acesso, à direita estão os cadernos de Brasil, Cotidiano. À esquerda, as Editorias de Ilustrada, Cadernos Semanais entre outros. Somente no espaço da lanchonete, localizada no último andar no prédio, é que existe uma possibilidade de contato, contudo prejudicada pela ausência de interação no ambiente de trabalho. Ao que se conclui que, ao contrário do Estadão, a distribuição espacial das editorias no jornal dificulta o contato entre os jornalistas de outras editorias na redação, exceto na lanchonete. A posição no oitavo andar e sua estrutura com paredes de vidro dão à possibilidade de ver de lugar privilegiando a urbanidade da cidade de S. Paulo, com seus tons de cinza e seu clima poluído.

Em nenhum outro espaço redacional visitado encontrei clima de tensão tão acentuado quanto entre os jornalistas da Folha. Era visível em cada um dos funcionários a

pressão pelo cumprimento da pauta, pela conclusão do trabalho o mais rápido possível. Isso pode ser visto no modo como foi atendido. A grande maioria das fontes me atendeu com um dos olhos no relógio. Por vezes, o tempo ficava definido no início da conversa. “Não vai passar de 20 minutos, vai?”

Somente alguns jornalistas consultados especialmente das editorias de Esporte, Ilustrada e de cadernos semanais é que o clima sugeria ser mais descontraído e o fator tempo não parecia interferir nas ações com tanta intensidade. Este clima mais leve encontrado nas editorias semanais pôde ser sentido no tom das entrevistas, mais descontraídas e relativamente longas se comparadas aos chamados jornalistas de *hard-news*. Este clima, porém, contrastou com o do resto das fontes consultadas, com repórteres apresentando semblantes carregados, ansiosos, com a atenção dividida entre um telefonema ou uma conversa com algum colega. A tensão era evidente. Inclusive alguns repórteres confirmaram essa realidade, ressaltado que a empresa “parece” valorizar esse tipo de clima. “Você tem que ter um fechamento agitado, você tem que ter tensão! Se está tudo muito tranqüilo, humm, algo vai dar errado no minuto final, tipo assim, sabe, a gente usa isso até como brincadeira. Existe um clima de tensão permanente” (repórter editoria de Brasil – Folha de S. Paulo). A idéia desta proposta é não deixar o jornalista relaxar; colocá-lo em permanente estado de alerta, para em sendo pressionado o tempo todo, ele evite cometer deslizes. Também revela um clima de competitividade entre o corpo redacional que é incentivado a disputar posições dentro da estrutura hierárquica da redação. O historiador e jornalista Robert Darnton já havia identificado tal comportamento quando analisou as interações no New York Times “Os editores às vezes tentam conseguir o melhor de seus auxiliares, jogando uns contra os outros e defendendo valores como a competitividade e o “batalho” (1999, p. 76)”. Resguarda as especificidades de cada veículo, tais situações representam a cultura valorizada pelo jornal Folha de S. Paulo.

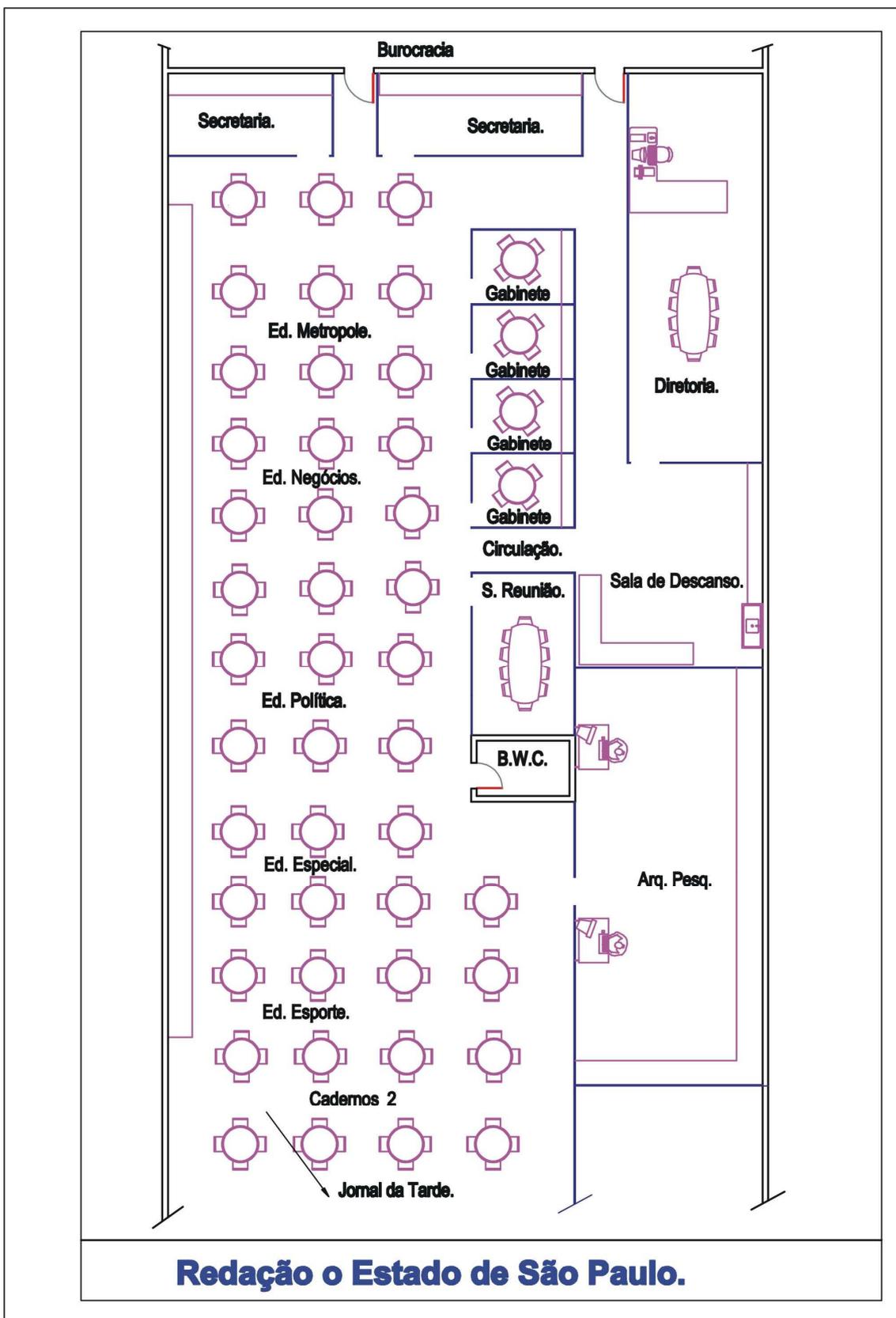
Do ponto de vista da coleta de dados, este clima facilitou minha observação, pois deu condições de passar despercebido a maior parte do tempo, circulando e olhando sem que nada me interrompesse; embora no primeiro dia ficasse claro ao grupo que se tratava de um agente estranho à redação. Situação que foi superada com o passar dos dias e pela familiaridade em circular pelos setores com segurança. A máxima bíblica “cada um por si, Deus por todos” parece fazer certo sentido quando se pensa redações como da Folha de S. Paulo, mesmo considerando que se trata do resultado da ação de várias pessoas que coordenadamente estruturam o jornal. Na verdade, cada um sabe sua posição na estrutura jornalística, seu lugar dentro da equipe. Isso indica que cada um também sabe o lugar do

outro, suas atribuições, seu enquadramento. Baseado nisto e na lógica da competição – tanto pelo status quando econômica - o membro reconhece quando algo está fora da ordem.

Além disso, depois que se tem autorização para freqüentar a redação, em tese, todos fazem parte do grupo e, portanto, assumem alguma função previamente consentida, revelando o forte teor sistêmico que esta redação possui. Posição devidamente firmada e conhecimento claro sobre o que deve ser elaborado. A confiança nas várias instâncias e processos são a garantia da execução do trabalho. Tal situação é similar em outras grandes redações, como a encontrada no O Estado de S. Paulo e Zero Hora.

Nos dias em que permaneci na redação, notei ambiente movimentado, com várias pessoas chegando e saindo, telefones tocando intensamente. Além dos encontros de preparação realizados pela manhã (pré-pauta), as reuniões de pauta e as de fechamento do jornal ocorridas no final da tarde/início da noite, os diálogos são rápidos, ocorridas em pequenas reuniões. Como se pode notar trata-se de uma redação relativamente comum, seguindo rotinas igualmente comuns, onde o manual de redação participa como mais um dispositivo.

b) Cena produtiva: O Estado de São Paulo (Indústria de jornal)



A redação do Estadão também é rigorosa com seus freqüentadores. O sistema de segurança exige que os visitantes sejam devidamente cadastrados, fotografados e identificados. Mesmo com todos esses procedimentos, o acesso à redação, ao contrário da burocracia enfrentada na visita à Folha de S. Paulo, foi relativamente tranqüilo. A visita foi acertada após dois contatos telefônicos mantidos com o setor responsável que, aliás, nos dois jornais de São Paulo visitados, guardam algumas semelhanças. Além de intermediarem o acesso de visitantes à redação, (escolas, pesquisadores, etc), eles são responsáveis pela oferta de cursos de formação e seleção de novos jornalistas. No caso do Estadão, meu acesso à redação se deu através de Francisco Ornellas, que num primeiro contato me levou para conhecer os vários setores que compõe a indústria comunicacional que tem o jornal O Estado de S. Paulo como centro. Outra diferença com a estrutura da Folha, é que o prédio que abriga o Estadão fora feito pensando acomodar a atual estrutura, não sofrendo grandes adaptações. Ele concentra, além da sua redação, o Jornal da Tarde (veículo destinado aos leitores da cidade de São Paulo e região metropolitana), Agência Estado, as Rádios Eldorado (AM/FM); o setor on-line do grupo, além do parque gráfico. Ou seja, o prédio fora construído para abrigar o grupo que desde 1976 funciona no atual endereço, no bairro do Limão.

Ao contrário do clima que incentiva à competitividade na redação da Folha, o ambiente no Estadão é relativamente mais tranqüilo, talvez em parte pela distância entre as mesas com corredores mais largos ou mesmo pelo tamanho do salão que abriga a redação ser mais amplo. De toda forma, a correria de uma editoria para outra nos horários-chaves, nas reuniões de pauta, ou na reunião de fechamento da capa no final da tarde, por exemplo - natural em qualquer redação -, também está presente neste jornal, mas sem a mesma pressão vista em outros periódicos do mesmo porte. Uma prova disto fora o tempo das entrevistas e a modo como elas transcorreram. Em algumas situações, mais de um jornalista participava da conversa, opinando e comentando as respostas dos colegas, revelando um clima mais ameno e descontraído. Além disso, o tempo das entrevistas foi em média maior que o despendido pelos jornalistas da Folha. Em relação à quantidade de fontes, procuramos aproveitar o máximo de tempo possível concedido dentro da redação, de tal forma que o conjunto de entrevista foi de 15. Outro dado demonstrativo de que a redação do Estadão é um ambiente menos hostil que o da Folha é o fato de se poder tirar fotografias da redação sem ser repreendido ou mesmo sem passar pelos vários canais burocráticos que a Folha me exigiu quando fiz tal solicitação, que por fim foi negada.

O ambiente de produção da redação de O Estado de São Paulo revelou uma estrutura mais organizada espacialmente, com as editorias distribuídas num único espaço, possibilitando acompanhar visualmente quase toda a redação. Para um iniciante fica impossível reconhecer as posições de cada um dentro da editoria, o que poderia nos dar condições de estabelecer relações de poder entre cada membro do grupo e em relação ao conjunto da redação. Mas alguns indícios foram possíveis identificar nos três dias de visita. Um deles foi à posição de destaque que tem a redação do Estadão em relação do Jornal da Tarde, que fica no fim do salão, a partir da porta de acesso das visitas e dos funcionários. Ou seja, o jornalista tem que passar por todas as seções do jornal para chegar ao seu espaço, ficando à mostra de todos. Outro dado interessante é a posição dos editores chefes em relação ao jornal. Eles ficam praticamente no centro da sala, sob o olhar de todos, inclusive as reuniões de fechamento da capa realizadas são realizadas numa mesa grande posicionada quase no centro do salão. Isto para facilitar a visualização de todos e também para aproximar o comando das seções de produção. Provavelmente a posição de cada indivíduo em relação ao lugar do editor e a posição de cada editoria em relação à chefia de redação releve o nível de status que cada um tem em relação aos outros e as prioridades editoriais do jornal. Contudo, considerando o pouco tempo de visita, reconhecer estas informações é tarefa praticamente impossível, embora a posição geográfica dos chamados jornalistas especiais foi reveladora desta distribuição. As mesas dos experientes repórteres José Mayrink e Paulo Godoy estavam praticamente no centro da sala, muito próximo ao centro de decisões da redação.

b) Cena produtiva: Jornal Zero Hora - RS (Espaço para o cigarro)



A observação desta redação é singular em relação à amostra, pois além de possuir Manual próprio, tem forte incidência sobre o comportamento dos jornalistas. Assim como a Gazeta do Povo, é um veículo sediado na capital, de circulação estadual, com várias sucursais espalhadas pelo estado e correspondentes em várias regiões brasileiras, inclusive em países do Mercosul. A redação de Porto Alegre do Zero Hora, segundo informações do próprio editor, havia na época, mais de 70 jornalistas. Sua estrutura é complexa, com várias divisões, departamento e editorias, e um forte respeito pela estrutura hierárquica. Ou seja, cada empregado ciente das suas responsabilidades. Assim como na Folha de S. Paulo, encontrei na redação do Zero Hora um clima de competitividade entre os jornalistas da redação.

A redação do Jornal está localizada em um dos andares de complexo multimídia da RBS, onde ainda estão instaladas as produções do principal canal de televisão (RBS-TV), além da rádio AM (Gaúcha) e do jornal popular de maior tiragem do grupo (Diário Gaúcho).⁷¹ Essa complexidade dada pela proximidade entre os vários veículos dificultou em parte o trabalho da pesquisa, especialmente para um observador externo. Por outro lado, essa complexidade estabeleceu um fluxo desregrado de pessoas entre os vários espaços e setores criando para mim certa invisibilidade na visita. Ficou evidente que depois que recebi autorização para passar da porta da recepção, passei a integrar de certa forma o conjunto dos membros daquele universo como ocorreu na situação de observação da redação da Folha de S. Paulo. Até o momento das apresentações, ninguém me abordou na condição de estranho, o que me deu certa tranquilidade para circular entre os vários espaços da redação. Somente após a minha apresentação, com vistas à realização das entrevistas, é que os informantes mudavam a forma de se relacionar comigo, mas nada que pudesse alterar as perguntas.

A sala principal, onde ficam os repórteres e editores setoriais, é ampla, bem iluminada. No fundo estão os gabinetes do chefe de redação, chefe de reportagem e das secretárias, além de uma saleta de espera. Estes ambientes reproduzem a idéia de aquário, pois estão separadas por paredes de vidro, facilitando a visão de toda a redação. Próximo à porta de saída para a lanchonete há outro ambiente particular. Trata-se de um estúdio de TV, também com paredes de vidro. O objetivo é “colocar” os apresentadores do telejornal

⁷¹http://www.rbs.com.br/rbscom/jsp/default.jsp?contexto=grupo&paginamenu=../library/menu_grupo_apresentacao.lbi&paginaconteudo=../library/gruporbs_capa.lbi visitado em 30 de agosto de 2006.

no meio da sala de redação, criando uma sensação de que os apresentadores estariam no “centro” da notícia.

A distribuição dos jornalistas na redação respeita a lógica editorial, ou seja, procura-se manter proximidade física em função da editoria em que trabalham. Exceto a administração financeira e editorial, que marcam certo distanciamento, os outros jornalistas estão próximos entre si. Os computadores estão distribuídos lateralmente e um de frente para o outro, formando grandes bancadas distribuídas em três corredores como no diagrama 1 “Cena produtiva do Jornal Zero Hora”.

Até setembro de 2007, o setor de produção jornalística para a internet (ClicRBS) ocupava um lugar separado da redação, assim como o setor fotográfico e a diagramação. A partir desta data, o jornal realizou uma reforma no setor de produção digital, alterando a distribuição e ocupação do espaço físico do jornal, aproximando e aumentando o grupo de jornalistas destinados a produzir para os portais do Grupo. Neste sentido, o Jornal procura reduzir o distanciamento das várias partes que se destinam a elaborar os conteúdos jornalísticos.

Neste cenário, as dificuldades de conseguir entrevistas são várias, pois todos estão envolvidos na produção do jornal. Assim, o informante está sempre apressado, preocupado, tenso e, principalmente, desatento aos assuntos que não envolvam suas matérias. A coleta de informações torna-se restrita ao tempo disponível, principalmente para um pesquisador ainda tentando se adaptar ao ambiente. Como se tratava de um primeiro contato, as observações foram reduzidas a dois dias nesta redação. Ainda sim, neste movimento acabei por encontrar um ambiente relativamente **singular** que me facilitou à realização das entrevistas, o que é conhecido no meio como a **sala dos fumantes**. Trata-se de um espaço relativamente comum presente na maioria das redações de jornais. (ver diagrama 2, Sala dos Fumantes). Em algumas situações, tal ambiente está associado a uma lanchonete (Folha de S. Paulo) ou uma sala de convivência (O Estado de S. Paulo). Contudo, ao contrário das duas outras redações de S. Paulo, pude aproveitar melhor o espaço da “Sala dos Fumantes” do Zero Hora, isto por que nestes ambientes, o jornalista rompe com a dinâmica do fazer diário, mesmo quando o assunto principal é a atividade de produção. Sobre a natureza destes ambientes, Isabel Travancas, já havia verificado esta questão quando observou as rotinas de produção da imprensa carioca: “Está sempre cheia, movimentada, onde repórteres de editorias diferentes se encontram e conversam sobre o trabalho do dia. É intensa a freqüência naquele ‘ponto de encontro’,

demonstrando o alto consumo de café nas redações, o que pode ser dito sobre o cigarro”. (TRAVANCAS, 1993, p. 27).



Nesta sala específica, bem ventilada, com quatro cadeiras de descanso e alguns cinzeiros espalhados, os jornalistas trocam informações específicas sobre o jornal do dia e sobre o material que está sendo produzido, qual é a melhor foto; criticam as alterações feitas pelo técnico de um dos principais times do Estado até mesmo questões pessoais como marcar encontros para depois do expediente. Estes encontros são favorecidos pela posição ocupada pela sala em relação ao conjunto dos ambientes do prédio. Em frente à sala há um corredor que liga a redação do jornal, passando por uma pequena lanchonete, que em determinados horários fica lotada de funcionários, chegando até a sala de redação do radio-jornalismo e os estúdios da televisão que ficam em outro complexo. Ou seja, este corredor é utilizado intensamente pelas pessoas e a sala tende a ser um espaço de parada para um cigarro ou um café. Nos dias da minha visita, nunca encontrei a sala vazia. A maioria dos frequentadores da sala é formada repórteres, editores, repórteres-fotográficos. Foi neste espaço, mais espontâneo e despreocupado que meus informantes do Zero Hora revelaram detalhes sobre os processos de produção e os modos de apropriação do manual. Segundo o repórter especial, o manual de redação do Zero Hora não é visto nas mesas por

que ele é dedicado a aspectos éticos e não técnicos. “Eu mesmo não uso. Às vezes que preciso saber alguma coisa, olho no dicionário. Quanto às questões éticas, pergunto direto para o editor ou mesmo para o advogado”. Essa fala demonstra um pouco das referências dadas pelas fontes do Zero Hora que descreveremos em item específico mais à frente. Antes, porém, cabe relatar meu contato com editor-chefe, o jornalista Marcelo Rech, com larga experiência em jornais de São Paulo e Rio de Janeiro. Depois de algumas tentativas por telefone e de conversas com sua secretária, agendei o encontro, que eu aproveitaria para retirar algumas informações sobre o jornal. A princípio, não tinha certeza se iria tratá-lo como uma fonte ou apenas como contato que me daria ou não autorização em frequentar a redação.

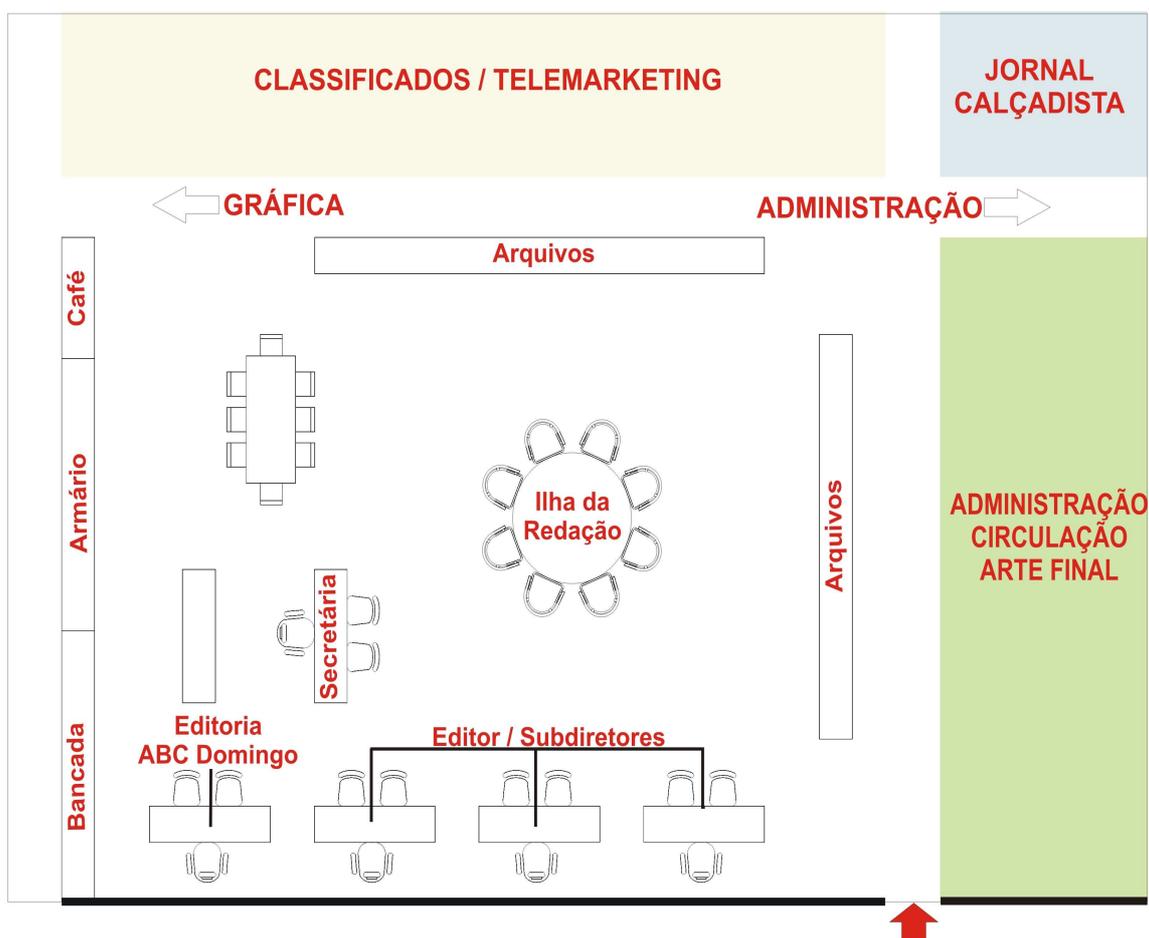
A reunião de fechamento da primeira página ainda não tinha começado, assim tivemos contato mais prolongado. Neste período ele contou com certo orgulho de seu protagonismo na elaboração das duas edições dos manuais do jornal, a primeira em 1994 e a segunda em 2004, sendo está última inteiramente de sua responsabilidade. Segundo ele, o Manual do Zero Hora é diferente dos outros (Folha e Estadão, por exemplo), porque estar mais preocupado com as questões gerais, de comportamento dos jornalistas, assuntos que versam sobre a ética dos profissionais e não sobre questões de estilo. Tal aspecto foi comprovado em parte na descrição dos manuais de redação (ver capítulo específico). Para a elaboração do manual ele reuniu uma vasta literatura internacional sobre jornalismo e manuais de ética e estilo. Alguns livros estavam visíveis em sua sala, como o Manual de Estilo do jornal El País (Espanha), o Manual de Normas Éticas do New York Times entre outros tentando mostrar não só certo conhecimento sobre assunto, mas também reivindicando um lugar de fala qualificado sobre o tema. Por fim, ele informou que quando apresentou a idéia da segunda edição aos proprietários, argumentou pela necessidade de um documento que contemplasse não apenas as características do jornal, mas também a dos outros veículos do grupo (rádio, televisão), generalizando as regras a ponto de atender as especificidades dos outros canais.

Tais referências me possibilitaram concluir que seu interesse pelo tema da minha pesquisa facilitou meu acesso aos vários ambientes do jornal. “Também sou professor e sei da importância de se estudar os jornais, por dentro. E os manuais de redação são importantes por que mostram como o jornal deve se orientar”, declarou Marcelo Rech.⁷² Diante destas informações, sua posição ficou clara para mim: Rech era uma fonte.

72 Entrevista concedida ao autor em cinco de maio de 2005.

Nas observações realizadas, foi difícil encontrar sobre as mesas qualquer exemplar de manuais de redação, mesmo o do próprio jornal. Somente nas entrevistas é que comprovamos a existência e a localização dos manuais, ainda assim, de forma reservada. Esta característica nitidamente mais tímida de uso do Manual de Redação indica um modo próprio de uso, que pode estar relacionada ao fato do dispositivo ter seu conteúdo voltado a aspectos mais genéricos da conduta, da ética e menos aos aspectos gramaticais, de estilo. Algo que será examinado com as entrevistas.

b) Cena Produtiva: Jornal NH (Novo Hamburgo) –RS (padrão japonês)



Padrão japonês

A observação do jornal de Novo Hamburgo (cidade da região metropolitana de Porto Alegre) foi à segunda visita e já se deu um outro estágio da investigação. O jornal NH é um dos veículos do Grupo Editorial Sinos, composto por mais dois outros veículos

impressos (Jornal VS e Diário de Canoas), além de uma rádio AM e de um canal fechado de televisão.

O jornal NH, um dos principais jornais do interior do Rio Grande do Sul, ele circula atendendo o Vale do Rio dos Sinos, uma região composta por mais de 800 mil habitantes. Segundo informações da direção do jornal, ele tem tiragem média diária 45 mil exemplares.

Como já tínhamos indicações de que os manuais de redação estavam incorporados nas redações, independente da oferta institucionalizada ou não, nos voltamos a afinar o olhar procurando saber onde estavam e como seriam usados.

Em relação ao ambiente produtivo, podemos destacar que se trata de uma redação de porte médio, composta por cerca de 60 jornalistas divididos nas editorias tradicionais. A especificidade desta redação, diz respeito a sua localização no espaço do jornal. Ela está situada em uns dos lados de um grande salão, ocupando aproximadamente um quarto do espaço do total. Os outros espaços (3/4) estão ocupados pela parte comercial e tele-marketing, administração, circulação e arte final e a produção de um jornal voltado ao ramo calçadista de circulação nacional dirigida. Estes setores não são separados por paredes, o que possibilita uma visão geral de todas as divisões. Contudo, as separações são feitas através da organização dos espaços, proximidades das mesas de acordo com cada setor, bem como através dos corredores de acesso. Há implicitamente um forte reconhecimento de que cada espaço de produção deve ser ocupado exclusivamente pelos seus membros. Somente as pessoas “autorizadas” podem acessar livremente todos os espaços, embora isso não fique evidenciado através de placas (não entre, somente pessoal da redação).

Em relação à redação do jornal NH, os espaços estão ocupados da mesma forma que a empresa como um todo, ou seja, sem divisões aparentes. Ainda assim, podemos verificar algumas características. O chefe de redação e os subeditores possuem espaço próprio, afastado dos repórteres, embora sem separação. Suas mesas estão dispostas a facilitar o contato visual deles com os repórteres. O setor de pesquisa, assim como a editoria de fotografia, também possui lugar diferenciado do conjunto da redação.

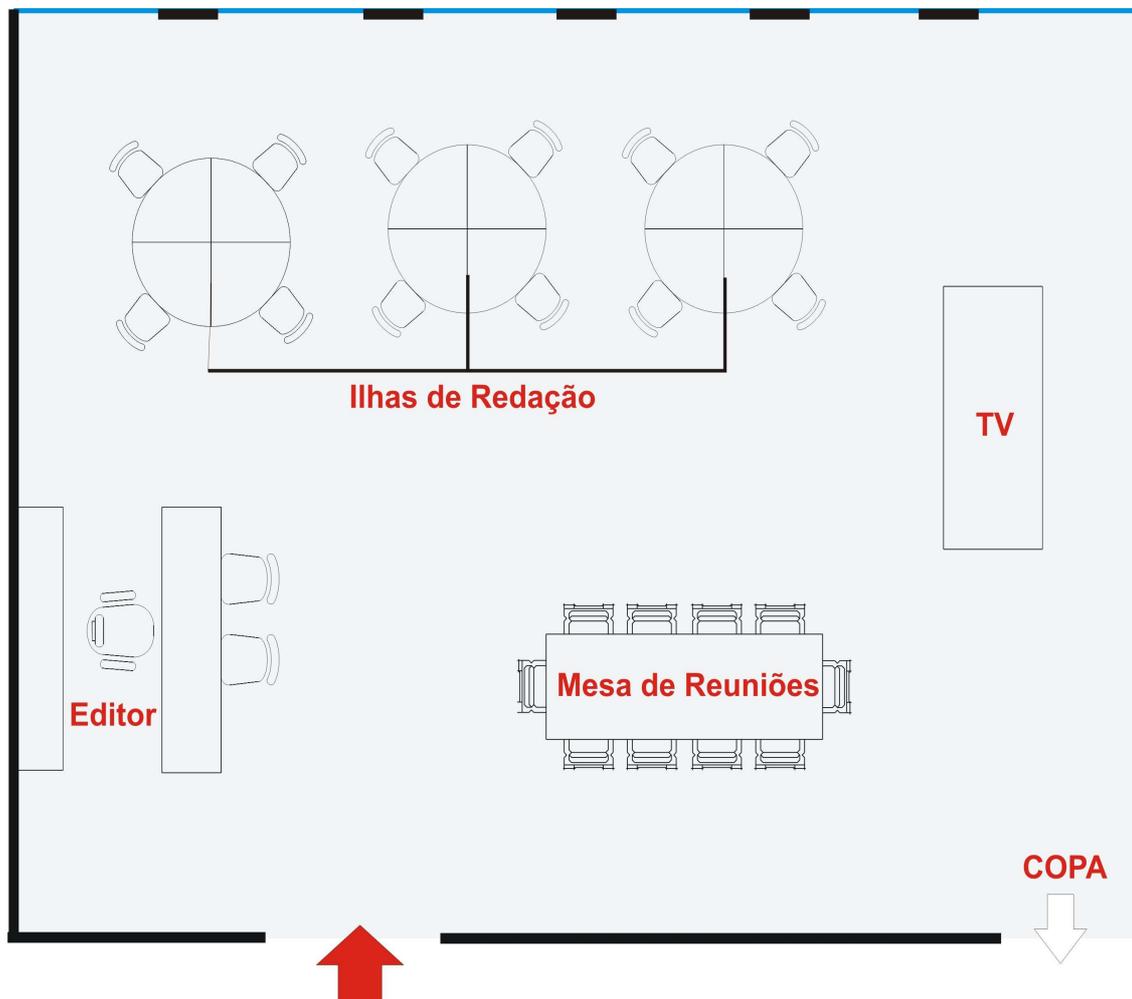
Fora isso, os repórteres se apresentam todos próximos em ilhas de computadores dispostas no centro do espaço destinado à redação. A forma de ocupação desta ilha parece que obedece a lógica definida pelas editorias, ou seja, mantendo os membros de cada setor ligados. As mesas dos jornalistas, assim como em outras redações, estão ocupadas por papéis, jornais antigos, livros, dicionários, gravadores. Além disso, havia a presença de

bolsas, especialmente nos terminais ocupados pelas mulheres; óculos de sol entre outros objetos de uso pessoal, demonstrando certa pessoalidade na ocupação do espaço. Foi neste lugar relativamente confuso que pudemos encontrar manuais de redação tanto da Folha de S. Paulo quanto do Estadão (as últimas edições). Segundo uma fonte com 10 anos de experiência que possui função de direção, o jornal tentou sistematizar as experiências em forma de manual há alguns anos “A idéia era a de padronizar o estilo, uniformizar a redação”. Na oportunidade foi elaborado um conjunto de regras que foram disponibilizadas via sistema de computadores. No entanto, esta proposta acabou não vingando por falta de tempo para a atualização e ampliação dos conteúdos. Atualmente a maioria dos jornalistas possui o Manual do Estadão que, segundo ele, é mais completo e atende as necessidades do jornal. Aliás, essa é uma fala recorrente em todas as redações visitadas sem manual próprio. Os responsáveis afirmaram que, em outras épocas, se tentou elaborar manual de redação, mas que as iniciativas se perdiam ao longo do caminho ou caíam no esquecimento.

Sua presença era visível, ao contrário do jornal Zero Hora onde não se podia ver nenhum exemplar do manual sobre as mesas dos repórteres. Já neste caso, os manuais estavam espalhados sob os computadores de quase todas as editorias. Alguns possuíam mais de um manual, como o caso de uma das fontes, que mantinha sobre sua mesa as últimas edições dos Manuais da Folha de S. Paulo e do Estado de S. Paulo.

Durante a observação, foi possível constatar o uso dos manuais pelos jornalistas. Eles eram emprestados, passados de um para o outro, circulavam entre os membros da editoria. Em cada consulta, os manuais eram folheados quase sempre de forma rápida, pontual. Em alguns casos, o jornalista consultava em mais de um lugar do livro como se estivesse procurando confirmar a primeira informação. Como pudemos observar, a maioria dos manuais apresentavam desgaste. As páginas estavam amarrotadas, sujas, com as pontas dobradas e grossas. A consulta, pelo que pudemos notar, compreendia aspectos gramaticais e de estilo. Algo que se confirmou durante as entrevistas com os jornalistas.

c) Cena Produtiva: Jornal Diário dos Campos – Pr (Intimista)



Ambiente intimista

O jornal Diário dos Campos - Pr apresentou neste conjunto de jornais visitados um contraponto aos periódicos maiores, pois representou o segmento de periódicos do interior, de pequeno porte, com uma redação formada por até 10 jornalistas. Neste ambiente, onde todos se conhecem para além do espaço profissional, (muitos estudaram juntos, trabalharam em outras redações, freqüentam os meus lugares) as relações são aparentemente mais informais, flexíveis e diretas. À distância entre os proprietários do veículo e os jornalistas é pequena, facilitando o contato. Nossa relação com o jornal ocorreu em dois momentos distintos, no segundo semestre de 2004 e no primeiro semestre de 2007. No primeiro contato, em função de estarmos iniciando a elaboração do problema da pesquisa, estivemos focados em questões mais gerais. Já nesta segunda visita, estivemos

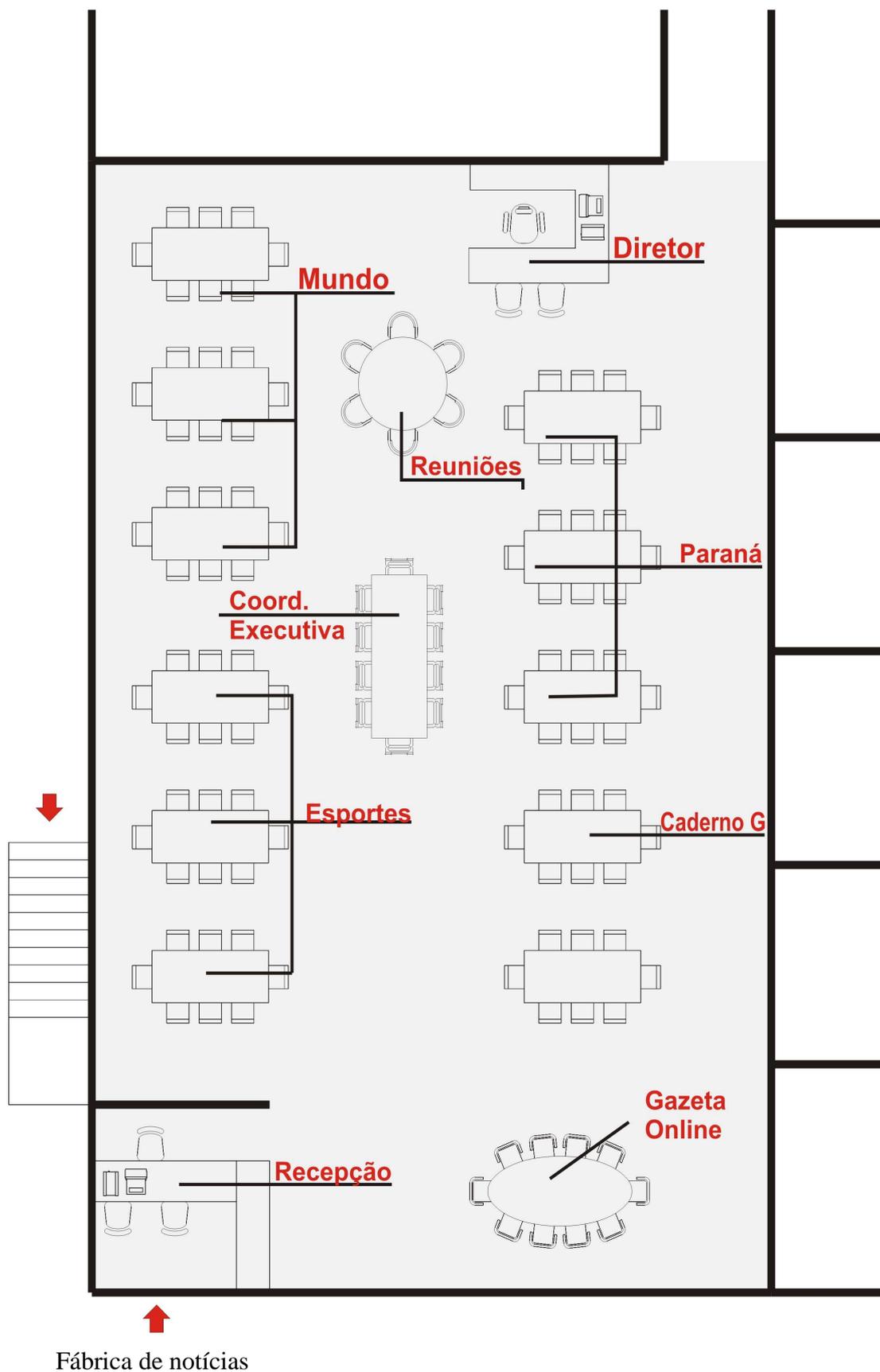
mais atentos às características comuns desenvolvidas no próprio processo de apropriação dos manuais de redação pelos jornalistas.

Diante disto, esperávamos que o manual de redação não surgisse com intensidade, não apenas pelo fato do jornal não possuir um, mas também porque, sendo uma organização menor tanto em número de jornalistas quanto em estrutura, menos complexa, portanto, não haveria a necessidade de um dispositivo regulador. No entanto, nossa observação verificou que há manuais. Um deles, inclusive, fica permanentemente à disposição dos jornalistas, sob a mesa do editor, que declarou orientar os jornalistas a utilizar o manual, neste caso o do Estado de S. Paulo. (ver anexo H). Segundo ele, o Manual de Redação e Estilo do Estadão é o que atende aos interesses do jornal, por ser mais completo e abrangente. “Como o jornal (Diário dos Campos) não tem condições de ter um manual específico, a gente decidiu adotar o do Estado de S. Paulo”. Segundo informações dos jornalistas mais antigos, o jornal até tentou organizar um conjunto de regras quando de sua reabertura em 1999. No entanto, em função da rotatividade de profissionais na redação, isto é, da formação do grupo de trabalho, aquele conjunto de normas foi ficando de lado, deixando de ser usado e paulatinamente foi sendo substituído pela Manual do Estado de S. Paulo. Em relação às questões de cunho jornalístico-editorial, o editor deixou claro que tais decisões são definidas por ele. “Nestas questões (ângulos, abordagens), levamos em conta o bom senso e aquilo que o bom jornalismo diz para fazermos e não o manual de redação. O manual tem a função de auxiliar os jornalistas nas dúvidas gramaticais.”, conclui.

Esta função auxiliadora pode ser verificada durante os momentos em que estive presente à redação, especialmente na segunda visita. Nas oportunidades, embora o Manual de Redação estivesse sobre a mesa do editor no início da tarde, logo ele passou a circular de editoria para editoria, de repórter a repórter, sendo manejado muitas vezes pelo próprio editor. Pelo que notei, as consultas eram específicas a aspectos gramaticais, especialmente aos 100 erros mais comuns. (última parte do Manual do Estadão).

Nesta redação, contudo, ocorreu algo diferente em relação ao contato com o Manual. Momentos antes da reunião de pauta começar, um dos jornalistas que esperava o início lendo um jornal concorrente, recorreu ao Manual. Consultado sobre isso, ele informou que estava em dúvida sobre o que o colega “concorrente” havia escrito.

d) Cena produtiva: Gazeta do Povo – Pr (Fábrica de notícias)



A visita a Gazeta do Povo ocorreu no primeiro semestre de 2007 com o objetivo de verificar características nos modos de apropriação dos manuais de redação. Como já tínhamos claro que os manuais haviam se tornado objeto comum nas redações, nos voltamos a observar de que forma os mesmos estavam sendo “usados”. Antes, porém, cabe descrever a cena produtiva da Gazeta do Povo.

Trata-se do maior jornal do Paraná e um dos principais da região sul do Brasil com uma tiragem superior a 100 mil exemplares aos domingos.⁷³ Ele faz parte da Rede Paranaense de Comunicação – grupo multimídia ligado a Rede Globo. Junto com a Rede Paranaense de Televisão, a Gazeta do Povo é um dos principais empregadores do Paraná na área. Somente na redação de Curitiba, o jornal possui mais de 100 jornalistas aproximadamente que se revezam na produção do matutino. Além da redação principal, o jornal mantém sucursais e correspondentes nas principais cidades do estado e do país. Como ocorre em outras mídias e grandes redações, os jornalistas se reúnem a partir de suas editorias, formando ilhas próprias. Em cada ilha, além dos repórteres, há um editor e um diagramador. Num espaço distinto, no fundo do salão principal, ficam os coordenadores executivos – editores responsáveis por programar o jornal, além de fecharem o jornal. Mais ao fundo está localizado as mesas dos diretores de jornalismo. Somente a editoria de fotojornalismo fica localizada em outro espaço. (ver no diagrama da redação).

Quanto aos usos do Manual pela Redação, o diretor de jornalismo – Nelson Sousa Filho -, informou que o jornal optou há alguns anos pelo uso do Manual de Redação e Estilo do Estado de S. Paulo, a edição de 1997. “Trouxemos autor do Manual do Estadão, o Eduardo Martins, para dar uma palestra para nós. Então fizemos uma escolha entre os vários manuais e achamos que o Manual do Estadão nos atenderia melhor”. A partir de então, segundo o diretor de jornalismo, os Manuais ficam à disposição dos jornalistas e cada editoria possui um pelo menos. Há casos, porém, que jornalistas possuem seu próprio exemplar.

Durante a observação, pudemos constatar que alguns dos manuais estavam localizados ao lado dos terminais ocupados pelos editores. A princípio pensei que se tratava de uma característica de intensidade de uso, ou seja, que os manuais estariam próximos a quem mais se utiliza deles. Isso até pode acontecer, no entanto, há uma outra explicação para esta situação: há uma recomendação do jornal aos editores, para que eles

⁷³ A Gazeta do Povo mantém no domingo um Caderno de classificados que atende grande parte da região centro sul do estado, incluindo a capital e região metropolitana.

fiquem responsáveis pelos manuais de redação. A declaração de um jornalista com função de direção é esclarecedora deste aspecto:

“O jornal disponibiliza o Manual do Estado de S. Paulo. No trabalho de diretor-executivo, não temos um manual que está sempre à mão. Têm alguns **outros na redação, com cada editor**. Eu acho até que quem utiliza pouco, aqui, são os repórteres. Precisamos deixar mais disponível. Também eu nunca tinha pensado nisso, mas talvez seja apenas uma impressão minha. Eu acho que são poucos exemplares. Acho que têm poucos exemplares aqui, e a gente deveria fazer com que os repórteres usassem mais.” (grifo nosso).

Mesmo havendo certo centralismo por parte dos editores, os manuais de redação **circulam** entre os jornalistas, especialmente nas editorias voltadas a assuntos temporais e factuais. Alguns exemplares apresentam desgaste acentuado, outros, porém, estão relativamente novos, mas todos se encontravam sobre as mesas. Em algumas situações, eles estavam guardados nas gavetas ou mesmo nas bolsas/malas. Esta situação era mais comum nos momentos quando os repórteres estavam na fase de coleta dos dados, nas entrevistas e não durante a redação, período de uso mais intenso. Enfim, o Manual estava disperso.

8. Processos e estratégias de apropriação de Manuais de Redação

O conjunto de procedimentos de investigação utilizado até o momento nos deu condições de estabelecer algumas aproximações, similitudes e distinções na busca de descrever operações e, como consequência, elaborar tipologias sobre os processos de apropriação utilizados pelos jornalistas quando entram em contato com os manuais de redação durante o processo de produção. Desta forma, a interpretação das entrevistas nos permite relacionar características no sentido de oferecer, nesta fase da pesquisa, o que chamamos de **algumas operações apropriativas**. As entrevistas semi-estruturadas conduzidas ao conjunto da amostra tiveram por objetivo fortalecer o instrumental metodológico.

Tais características foram identificadas e/ou reunidas considerando alguns aspectos da observação: o primeiro voltado ao modo como os jornalistas “manuseiam” o dispositivo. Neste caso, não estamos procurando olhar as ações físicas propriamente ditas, embora elas demonstrem certo tipo de comportamento do sujeito para com o objeto. Nosso interesse está em identificar neste contato, características que os usuários lançam mão quando se referem aos manuais; relações estas desenvolvidas com o objeto em si ou mesmo quando fazem menção a eles. Este modo de observação procurou se concentrar nas operações realizadas pelos produtores/jornalistas de periódicos diários, obviamente. Até por que há uma rede de articulações que se forma em torno dos manuais de redação que foge ao universo de pesquisa como aquele que se realiza com os diagramadores, produtores visuais, sujeitos responsáveis por conformar a linguagem visual às regras editoriais do veículo, muitas delas definidas em manual de redação ou outros dispositivos específicos. O segundo aspecto esteve atento às situações que, tensionadas pelas rotinas de produção, os jornalistas se utilizaram ou não do dispositivo manual de redação. Na realidade, estamos sensíveis às circunstâncias em que isso ocorreu; em que aspectos, os jornalistas manusearam direta ou indiretamente os manuais de redação. A idéia é procurar relações, cruzamentos entre as atividades desenvolvidas durante a elaboração dos conteúdos jornalísticas pelos agentes produtores quando em contato com os manuais de redação. E a partir destes cruzamentos, identificaremos similitudes ou não, coerências ou não, das negociações desenvolvidas entre os manuais e os jornalistas.

Cabe ressaltar que estamos neste momento mais preocupados em demonstrar aspectos das operações de apropriação do que realizar análises propriamente.

a) **TÓPICA**

Podemos dizer que este modo de apropriação é um dos mais recorrentes no universo das redações. Isto por que ele se estrutura a partir da relação direta e pontual do jornalista com o manual de redação considerando demandas e interesses imediatos e específicos. Ao agir deste modo, o jornalista cria uma relação com o manual, digamos, **TÓPICA**, já que ela se realiza considerando questões particulares do fazer jornalístico, como a escritura correta de determinada palavra ou a forma padrão de titulação, por exemplo. Mesmo sendo voltada para questões pontuais, ela atende questões comuns a todas as redações, algo que está presente em quase todos os processos de produção diária de jornal, podendo, portanto, ser generalizável.

Esta forma de apropriação é provocada pela necessidade em responder rapidamente as dúvidas, especialmente em relação à redação e a uniformização dos textos. Em função da pressão do tempo, o ato de apropriar-se do manual tende a ser praticamente mecânico, quase automático, como se fosse inconsciente.

As situações mais presentes deste modo de apropriação se referem às questões gramaticais ou de estilo, dispostas na maioria dos manuais de redação. Nas ofertas manualísticas, o Manual de Redação e Estilo do Estadão é que apresenta mais opções de escolha, como mostra o capítulo Uma Gramática dos Manuais de Redação.

Este modo de ação demonstra uma das principais funções esperadas para os manuais: ser um instrumento de apoio às necessidades dos jornalistas na produção da notícia. A apropriação está orientada pelo fazer sistemático e cotidiano, o que exige um contato mais próximo com o dispositivo. Neste caso, este modo de apropriação reforça a tese de que o jornalista tem um perfil mais operacional, de resultados. Neste âmbito, o manual se ajusta ao cotidiano do repórter.

“Eu uso na hora em que eu começo a escrever, eu tiro ele da gaveta e coloco o manual aqui ao lado”. (repórter Gazeta do Povo)

Além disto, ele sofre forte influência do fator tempo, das rotinas jornalísticas, na medida em que a produção da notícia está relacionada à velocidade da apreensão das informações fornecidas pelo manual. As rotinas de produção surgem como co-determinantes da forma como os atores se relacionam com os manuais de redação. A compreensão de se respeitar profundamente às dinâmicas pré-determinadas na condução e

elaboração, bem como a hierarquia do processo produtivo, acaba por definir um modo pontual e cobrar dos jornalistas postura de **auto-suficiência** na produção noticiosa, entregando a peça jornalística conforme os procedimentos exigem. Neste caso, questões de estilo e de respeito às regras gramaticais são determinantes. O contato com o manual circula questões como o uso correto do hífen, da crase entre outras, envolvendo a escritura da matéria. Neste modo de apropriação, o jornalista se ocupa do manual apenas para executar uma tarefa específica, garantindo o cumprimento dos prazos e a qualidade da produção a partir do respeito às regras.

Este modo de apropriação se apóia no fato dele estar em substituição ao dicionário, como quando a consulta é motivada pela dúvida em relação à forma correta de redigir determinada palavra ou construção gramatical. As perguntas que movem este tipo de consulta são do tipo: como se escreve tal palavra? Qual é a abreviatura de... ? Ou, qual é a capital do Azerbaijão? Este modo de apropriação confere um uso intensivo e rápido do manual e por muito tempo tem sido utilizado para justificar a necessidade de seu oferecimento. Várias são as declarações que sustentam este modo de apropriação:

“Já usei, para coisas **bem pontuais**, com relação a siglas, coisas assim, sabe? Como você colocava a sigla antes, depois entre parênteses, uma coisa assim.” (repórter do Diário dos Campos – Pr.)

“Os manuais servem para ajudar **na hora de corrigir um texto**, uma matéria. Vários jornalistas utilizam o manual. Porém, às vezes confiam na editora para corrigir, alinhar as formas usadas na publicação do texto, do jornal”. (editora de área do jornal NH - RS)

“Eu utilizo em casos de dúvidas, mesmo, **na questão gramatical, no emprego de algum termo, alguma forma de escrever, o uso de alguma expressão**. Quando eu tenho alguma dúvida é que eu recorro ao manual de redação para daí ter certeza de (como) escrever”. (repórter do Diário dos Campos - Pr)

“Tem muito a questão, às vezes, **de palavras**, deixe eu me lembrar, por exemplo, pré-história, às vezes você não sabe se ela é junta ou não. É mais este tipo de coisa”. (repórter da Gazeta do Povo)

Este modo de uso não considera os manuais de redação pelo seu conjunto de conteúdos, mas sim por aquilo que interesse. No momento da recepção ele é reduzido aos interesses específicos e pontuais, confirmando a característica **TÓPICA** deste modo de apropriação.

Outro aspecto que marca esta apropriação **TÓPICA** dos manuais de redação volta-se para as características objetivas demonstradas pela própria ação e que revelam certas estratégias internas ao ambiente redacional. Há jornalistas que se apropriam do manual não apenas com o objetivo de obter auxílio na escritura de determinada palavra, mas ao fazerem isso, pretendem obter garantias para si. Com o intuito de evitar críticas, se apóiam no manual de redação. O cumprimento pontual das regras definidas nos termos do manual ou mesmo àquelas que se estruturam pelo *habitus*, conferem garantias que protegem o sujeito jornalista de reprimendas e sanções. Funciona de certa forma como aquelas apontadas por Tuchman em a Objetividade como Ritual Estratégico (IN: TRAQUINA, 1992, p 74-130), quando ela se refere ao cumprimento das lógicas da objetividade como forma de defender de críticas internas e externas. Cabe ressaltar que não se trata de um apoio linear, mas sim uma apropriação parcial, de acordo com os interesses de cada personagem, como já foi mencionado.

A preocupação em distinguir o que deve estar no plano objetivo e aquilo que pode avançar para além dele:

“Dependendo do texto, matéria de Domingo, a gente faz uma **coisa mais solta**, mais trabalhada, procura usar um **texto mais leve**. Nesse caso eu **deixo o manual de redação de lado** e procuro seguir um estilo mais próprio, não me prender tanto a essas regras e usar um pouco de liberdade, fugir dessa amarra do jornal”. “Digamos que **no dia a dia escrevem-se matérias mais objetivas, mais factuais**, uma coisa **mais direta**, neste caso **eu tenho o manual como referência.**” (Repórter do DC – Pr.)

Na informação acima, a fonte faz uma comparação entre dois “modelos” de produção jornalística: um mais liberal, adjetivado, de estilo próprio – sem a presença do manual e outro mais direto, onde o manual é a referência. Assim, a idéia da objetividade ancora-se no ideal de uso do manual de redação como um recurso de proteção e garantia de que ele não será “ousado”.

O mesmo depoimento revela que as características distintas de cada setor do veículo informativo possibilitam flexibilizar os prazos de entrega do material, tornando-se potencializadores deste modo de apropriação ou não do manual de redação.

“Você contou à história que você quis, deixou interessante para o leitor, entendeu. Teu editor comprou a idéia, botou no jornal e... Esse feeling que é o problema de encontrar. **Nem sempre você consegue. Não é uma matéria que dá para fazer no dia.** Num dia você descobre, e no dia seguinte você consegue botar no jornal. **Precisa-se de tempo, e tal.** Acho que por ano você tem três matérias que te satisfazem no jornal” (Repórter da FSP).

Este modo de apropriação, por ser pontual, se aproxima dos interesses específicos dos jornalistas-editores, pois, ao executarem suas funções (edição, revisão do texto, ajustamento ao espaço), passam a operar sobre o manual de forma particularizada, à procura de apoio para a solução daquele determinado problema. Somado a isto, eles tendem a ter o Manual como base (demonstrativa, explicativa, justificativa, etc) para atuarem sobre seus repórteres. Por outro lado, esta dinâmica é relativa, e como relata uma das fontes da Gazeta do Povo, algumas questões são superadas ou simplesmente “passam”, sendo esquecidas ou ignoradas especialmente nas situações de fechamento, dando conta de que o processo de produção está condicionando o que define o dispositivo.

“Você questiona, (...) procura seguir sua própria opinião. **Crase, às vezes,** passa né?! Porque nem sempre você consulta o Manual. Com a prática, ali, de escrever, você acha que está escrevendo certo”. (editor da Gazeta do Povo)

As estratégias de transgressão do modelo da norma culta apresentado pelo manual para outro, são recorrentes no processo de produção. Os atores apostam, para a elaboração das matérias, em algo definido pelas suas percepções sobre o que é certo ou errado, do que é definido e expresso pelo documento, ainda que reconheçam encontrar informações que possam lhes auxiliar.

Outra característica encontrada quanto aos usuários do modo de apropriação **TÓPICA** do manual é a de este determinado modo se desenvolver mais especificamente

em jornais que não têm manual de redação próprio; que o tomam de empréstimo de outros veículos. Em alguns casos, utilizando mais de um manual de redação.

“Tenho aqui comigo o Manual da Folha e o do Estadão e **costumo consultar os dois**”. (editor de domingo do jornal NH).

Esta fala remete a algo comum nas redações **sem manual próprio**: a de focar aspectos linguageiros e não editoriais, já que a idéia passa pelo reconhecimento de que as questões editoriais e de forma são distintas. De outro modo, ao optar por assuntos com um nível de regramento mais pontual e específico como os gramaticais, os jornalistas de veículos **sem manual próprio** tendem a confirmar um lugar próprio na produção noticiosa, na medida em que se afastam das questões editoriais encontradas em todos os manuais de redação. Procuram, desta forma se mostrarem independentes das regras dos manuais externos.

Esta realidade, em parte, demonstra o porquê da maior aceitação do Manual de O Estado de São Paulo. Nas três redações **sem** Manual próprio que visitamos, a maioria absoluta dos jornalistas apontava o Manual do Estadão como sendo o mais adequado as suas atividades diárias.

“O jornal disponibiliza um exemplar pra consulta?

Isso.

E recomenda o uso desse manual?

Desse ou de algum outro manual, mas sempre está à disposição. Sempre utilizo o do editor, que é o Estado de S. Paulo” (Repórter do DC).

“Um, porque ele é um instrumento útil para se tirar algumas dúvidas que nós temos no dia-a-dia na produção (...) de matérias e, segundo, porque a Gazeta adotou como o manual de redação o manual do Estadão. Foi preciso padronizar os nossos textos pelo manual do Estadão” (Editor da GP).

“Disponibiliza do Estado de São Paulo. Algumas pessoas que têm outros como fonte de consulta, mas por uma decisão pessoal. A Gazeta disponibiliza o manual do Estadão” (Editor da GP).

Estas situações se repetem ao longo das entrevistas. Inclusive se percebe que o nível de interesse sobre qual manual se utiliza. Para muitos não interessa que manual está sendo consultado, o importante é se convencer que aquele modo de escrever está amparado pelos cânones jornalísticos.

b) INTERLOCUTOR

Há outro modo de apropriação dos manuais nas redações mais complexo que o anterior, contudo menos presente. Trata-se da apropriação de modo **interlocutor**, ou seja, aquelas operações de apropriação realizadas a partir de um mediador do manual de redação.

Mesmo sendo elaborado para facilitar a consulta, agilizar o acesso deixando mais prático o contato entre os jornalistas e o manual, muito usuários “elegem” dentro da redação alguns sujeitos que passam a “ler” o(s) manuais, interpretando e traduzindo as regras para outros jornalistas e setores da redação.

“ (...) acontece muito de o pessoal **me perguntar e eu mostro** no manual onde está.” (...)

Você ensina?

“Na verdade, eu nem ensino, porque (eles) não querem aprender. Eles querem é que alguém ache no manual onde tá. **E eu até digo**: ‘olha, é super fácil, você quer saber se usa ou quer saber como se usa?’ (...) E é muito curioso, às vezes, você fala e explica pra pessoa por que é que e tem gente que brinca assim: ‘não explique, responda’. **Me responda** porque não é (aprende a) língua pelo raciocínio mas sim pelo batente”. (repórter da Gazeta do Povo)

Às vezes, esse modo de apropriação é incorporado pelo editor, que assume a função de co-redator do repórter no sentido de facilitar e agilizar a produção do repórter. Desta forma, ele (editor) assume a condição de interlocutor do manual.

“Sim, eu utilizo o Manual de Redação, **às vezes indiretamente, perguntando para o editor** qual é o padrão usado, mas sempre utilizo.” (repórter da GP).

Além do editor, este modo **INTERLOCUTOR** é relativamente fácil de encontrar nas redações, pois são personagens que proporcionam segurança tanto no uso da língua, como no próprio conhecimento das técnicas jornalísticas ou mesmo da forma estilística na qual o jornal opera. Num ambiente onde a velocidade na produção é mais cobrada, a existência de mediadores dos manuais tem se tornado comum, muitos sem necessariamente serem jornalistas, o que não é o caso deste modo, cujo operador do manual é interno ao campo.

Mesmo este sujeito reunindo características de direção, ele é na maioria das vezes repórter com experiência e interesse mais aguçado pelo manual de redação. Em alguns aspectos, ele se aproxima do perfil dos jornalistas do modo Tópico, principalmente no diz respeito à **auto-suficiência**.

Outro aspecto que reforça esse modo de apropriação é dado pelas dinâmicas da própria redação, que tendem a enquadrar os jornalistas, especialmente os de editorias. Estas envolvem notícias factuais como a Geral, Cidades, Polícia e Esportes que realizam várias matérias ao longo do dia, a uma lógica de respostas sempre rápidas, diretas e objetivas. Ocorre que, diferentemente do uso tópico, perguntar ao colega ou mesmo ao editor que está ao lado torna-se mais interessante do que procurar no manual. A declaração de uma fonte demonstra bem essa realidade:

“Eu acho que a cultura de consultar o manual é pequena aqui na Gazeta é em função de o repórter entregar a matéria quase sempre pelada para o editor. Eu acho que no pacote de entregar a matéria pelada vai também à iniciativa de por título, mesmo que não tenha espaço na diagramação. (...) Eu acho que daí vai parte do erro (...), **o editor é que vai ter que abrir o manual** pra procurar o erro. (repórter da Gazeta do Povo).

Esta constatação é reforçada pela opinião do ex-ombudsman da Folha de S. Paulo, quando perguntado sobre a intensidade de uso do Manual da Redação do jornal. Isto no jornal que edita periodicamente manuais de redação.

“A minha impressão é que a redação, hoje, tem uma relação de consulta ao Manual menos assídua e de referência como a nossa

constituição, menos assídua do que as gerações anteriores.” (Mário Magalhães, ex-ombudsman da Folha de S. Paulo)⁷⁴.

Podemos encontrar variações deste modo de apropriação, como quando ele é praticado por **especialistas**. Trata-se, neste caso, da figura do assessor jurídico, muito presente nos últimos anos, em consequência do aumento no número de processos contra os jornais. Os advogados têm assumido posição de destaque dentro da redação no sentido de interpretar não apenas os Códigos, mas também o Manual de Redação, tornando-se leitores privilegiados. A partir daí, os jornalistas – pressionados pela necessidade de realizar rapidamente suas tarefas - passam a encarar o advogado como um “espelho” do manual, um sujeito que domina as regras do agir, dando segurando e rapidez para a produção. Nesta medida, as regras do manual passam a ser apropriadas de uma perspectiva jurídica, como fica representado pela análise de um dos repórteres do jornal Zero Hora:

“A preocupação do advogado hoje é evitar que a matéria deixe alguma brecha que possibilite que o jornal seja processado. Esse é o objetivo básico. O repórter usa o manual como uma referência profissional, com alguns limites que o Zero Hora não irá passar, transpor. No caso específico, um crime passional, faz parte do manual de ética que não se publica com destaque um o crime passional, exceto aqueles casos em que a matéria tenha outro enfoque, mas o tradicional, clássico, aquele que ocorre quase todos os dias, a Zero Hora não dá destaque, mas via de regra, não se dá destaque”. (repórter do Zero Hora).

“Se eu estiver no jornal ainda, **eu vou para** a redação, **eu pego o texto**, ou eles me enviam por e-mail, **leio, vejo** se tem algumas coisas, **ligo para perguntar**: Vocês **checaram aqui? É isso mesmo? Tem certeza** se aconteceu tal coisa? Se eles forem indiciados por tal crime, foi condenado por tal crime, que a pena é de tanto. Eu vou observando junto com o jornalista. Não vou pegar um texto e eu sair alterando, nunca. Vou conversar com eles. Aqui está certo, aqui não está certo, fica assim. Mas pegando o texto da matéria junto com o editor ou com o jornalista, às vezes é com o

⁷⁴ Entrevista concedida ao autor em primeiro de novembro de 2007.

próprio jornalista, antes mesmo de passar para o editor, às vezes eu pego o texto bruto, ainda” (Assessor Jurídico do ZH).

Estas falas revelam operações que definem uma participação muito forte de um agente externo ao campo, no caso o advogado, que assume em algumas situações, a posição do editor, realizando funções além de suas atribuições, como a de revisor gramatical, ético, editorial e também judicial. Neste caso, o manual de redação é substituído pela figura do assessor jurídico, que de posse de conhecimentos específicos, orienta as decisões da equipe.

c) **CRÍTICO/REFLEXIVA**

A apropriação **CRÍTICO/REFLEXIVA**, outro modelo de apropriação, é realizada por jornalistas em situações específicas do fazer jornalístico. Situações estas que se realizam para além das rotinas produtivas, nas quais os repórteres, editores, fotógrafos estão diariamente envolvidos; onde a carga de tensão é forte e as decisões e as escolhas precisam ser tomadas rapidamente. Nestes casos, é absolutamente normal que o jornalista reconheça no manual como “ferramenta”, como no modo de apropriação **TÓPICA**, por exemplo. Ou ainda, se tiver a felicidade de encontrar um colega, uma editor, que esteja disponível para que sirva de **INTERLOCUTOR** das regras manualísticas, ou mesmo ter passado por um curso de formação. No entanto, há casos de que os usos dos manuais de redação superam estes modos de apropriação, estabelecendo relações mais reflexivas, onde o jornalista deixa apenas de consultá-lo procurando seus elementos mais objetivos, mas sim, passa a pensá-lo em relação a suas dinâmicas mais gerais. Assim, o manual deixa de ser encarado não mais como um instrumento de auxílio, mas sim como um dado a ser refletido. Algumas fontes apontam situações de apropriação cuja rotina definida pelo manual como padrão é superada de uma forma peculiar, como no relato de uma fonte da Folha de S. Paulo:

“ (...) você tem a rotina. É óbvio que você tem a rotina. Eu sei que todos os dias eu tenho que cobrir uma agenda. Eu tenho que saber o que vai acontecer dentro do meu assunto (..) Isso é chato. Contar isso é um favor que eu faço para o leitor, porque o leitor quer, entendeu? Agora, quando eu conto as histórias que eu gosto, eu estou me realizando. Quando eu consigo

deixá-las interessante para o leitor, aí chegamos no momento mais legal do jornalismo. Você contou a história que você quis, deixou interessante para o leitor, entendeu. Teu editor comprou a idéia, botou no jornal e... **Esse feeling que é o problema de encontrar.** Nem sempre você consegue. Não é uma matéria que dá para fazer no dia. Num dia você descobre, e no dia seguinte você consegue botar no jornal. Precisa-se de tempo, e tal. Acho que por ano você tem três matérias que te satisfazem no jornal (risos).

Há por parte do jornalista certo reconhecimento de que o manual não é apenas um instrumento que atende interesses pontuais, mas sim como um dispositivo dinâmico, além de apontar soluções, está inserido dentro do próprio processo de produção. Por outro lado, há também um olhar crítico reflexivo sobre as limitações do manual e da necessidade de se ter outros apoios. Pudemos verificar depoimentos que reforçam esse chamado modo reflexivo de apropriação do manual.

“O Manual para mim é instrumento, e ele está nesse lugar. Ele **não é maior, nem menor** que o jornalismo” (Repórter da GP).

“Eu utilizo o manual para questões técnicas com bastante frequência. **Só que**, o manual vem junto com algumas ferramentas que a internet disponibiliza” (Repórter do DC).

As críticas sobre as contribuições, potencialidades do manual de redação demonstram o reconhecimento de suas limitações (do manual), pois transformam as regras em parte do processo de produção, não em seu fim. Na verdade, a compreensão sobre o que o manual pode demonstrar seu lugar na lógica da produção do jornal, na medida em que seu uso pouco ocorre, e quando ele é apropriado, é para ser objeto de crítica.

d) **TEMÁTICO**

Este tipo de apropriação aparece em outros modos de apropriação como no modo **INTERLOCUTOR** e **TÓPICA**, por exemplo, contudo neste caso seu uso está relacionado à necessidade do jornalista em cumprir determinada demanda voltada geralmente a sua especialidade (economia, polícia, etc.). Embora o jornalista esteja familiarizado com os

assuntos, fontes e até com a forma da matéria, por vezes ele se depara com situações nas quais exige o uso do manual de redação. Esta condição particular é dada pelo próprio assunto. Assim, temas como economia, por exemplo, exige do jornalista uma linguagem adequada, com termos e nomes afetos ao meio econômico. Da mesma forma ocorre em relação a assuntos policiais. A linguagem jurídica – muito comum nestas editoriais -, além de muito peculiar, pode provocar processos ao jornal e reprimendas ao jornalista se usado inadequadamente. O contato com o manual passa a ser definido pela particularidade da apropriação.

Outra característica que define este modo **TEMÁTICO** de apropriação está relacionada às características da matéria jornalística. Esta operação está mais presente em situações em que a matéria tem caráter de denúncia, onde pessoas e/ou instituições estejam envolvidas. Notícias de crimes, prisões, corrupção entre outras de origem investigativa, tensionam os jornalistas que, com o objetivo de se garantir, garantir o veículo e a própria informação, recorrem aos manuais de redação. Neste caso, o modo de apropriação não se aproxima do modo **TÓPICA**, pois as questões consultadas não são gramaticais ou estilísticas, mas questões **temáticas** como a definição de um procedimento policial ou mesmo econômico. Veja a proximidade no relato destas duas fontes voltadas à cobertura de assuntos policiais sobre seus usos de manual de redação.

“**O manual não precisa ser usado como muleta**, que o cara fica consultando toda hora, não tem a necessidade disso. O que tem a necessidade, eventualmente, **é consultar o manual em redação a assuntos específicos** (...). No caso específico, por exemplo, **um crime passional**. Faz parte do manual de ética (do ZH) que não se publica com destaque um crime passional, exceto aqueles casos em que a matéria tenha outro enfoque, mas o tradicional, clássico, aquele que ocorre quase todos os dias, a Zero Hora não dá destaque” (Repórter do ZH).

“Eu uso o Manual da FSP, até porque ele tem um **vocabulário jurídico** (...) é o que me orienta muito em algumas situações. Na questão de termos, de lei, de tudo ali. Então ele tem isso e me ajuda, em determinadas situações. Não é uma regra de todo dia recorrer ao manual da Folha ou do Estadão”.

Dúvidas jurídicas?

“Sim. Existem alguns termos dentro do **mundo jurídico** (que o público leito não entende). Furto: no furto não há violência; o assalto é feito mediante violência. Há uma diferença entre seqüestro e cárcere privado, entre seqüestro e o rapto. **Então, obviamente, pra você não ocorrer a erros, é bom que você tenha isso à mão e se certifique de qual é o termo mais correto.** Mesmo porque você não aplica algum termo que possa confundir o leitor. E, também, tem uma, a gente não pode confiar na palavra da polícia; um termo usado por um policial, talvez por um delegado, é definido algum tipo penal atribuído ao acusado de crime. **Então, é bom ter isso (o Manual)”** (Repórter do DC).

A operação TEMÁTICA de apropriação do manual não se realiza exclusivamente no momento da produção do texto, como ocorre com os anteriores. Ele pode acontecer em outras situações da produção, nos momentos da entrevista ou mesmo em outros lugares.

“Eu mantenho **ele em casa** e, às vezes, você **faz alguma leitura**, não para ficar preso aquilo ali, entende? Mas, **uma vez ou outra**, você quer ver se não tinha nenhuma dúvida, distinguir, resolver alguma dúvida, aí você recorre a ele. Então, **eu tenho dentro da minha casa**, eu faço essa consulta” (Repórter do DC).

e) **DIVERSIDADE DE FERRAMENTAS**

Esta forma de apropriação utiliza o manual de redação amparado a outros dispositivos, ou seja, o manual funciona em parceria, associativamente. Esta relação não é tensa, concorrencial. Na realidade, este modo de apropriação está marcado por uma relação do manual de redação com outros métodos de apoio. Neste sentido, o jornalista busca ampliar seu grupo de referência, procurando sugestões mais adequadas ou mesmo por uma instrução que venha a responder às possíveis lacunas deixadas pelo manual de redação. Esta operação tem por característica procurar outros dispositivos, sugerindo que os manuais sejam substituídos por métodos “mais eficientes” e/ou “atuais”, como o dicionário, o livro de gramática, softwares próprios ou mesmo sites que possam solucionar seus problemas

imediatos. Neste modo de apropriação, ele aparece associado com outros dispositivos de auxílio.

“Então, o livro, mesmo, o manual em si com as páginas e tal, com aquele modelo, ele é, eu não digo ultrapassado porque ele não é, mas ele é mais um suporte no meio de tantos outros” (...). “Só que, o **manual vem junto** com algumas ferramentas **que a internet disponibiliza**. Então, acoplado ao meu computador **tenho dois dicionários** – um de sinônimos e o outro dicionário que é o dicionário de gramática, mesmo. Então, estes dois dicionários são bastante completos já que me possibilitam uma coisa além da gramática propriamente dita, alguma coisa de concordância, alguma coisa assim” (...). “**Eu também utilizo a internet**, basicamente. (Lá) eu procuro o nome do economista que ganhou o Nobel do ano passado. **Então eu recorro**” (Repórter do DC).

Além desta característica associativa e em decorrência, a apropriação focaliza aspectos da linguagem, específicos, voltados ao uso correto da língua. Aspectos editoriais ou de comportamento são desconsiderados, o que demonstra ser um dos modos de apropriação utilizado por jornalistas de instituições sem manual próprio, tanto pelo desapego à obrigatoriedade de uso, quanto pela ausência de respeito aos critérios editoriais.

f) **AUTORAL**

Esta operação é realizada quando o jornalista passa a reelaborar a partir de lógicas próprias, o manual de redação, reformulando os conteúdos, adicionando ou destacando aspectos internos em outros espaços que não no próprio manual. Esta ação mais autoral e independente se dá pela coleta de informações diariamente pelo jornalista, muitas das quais não estão presentes no manual de redação ou que ele entende merecer maior ou outro destaque, diferente daquele empregado. São fontes, siglas, termos, designações com o objetivo de completar ou mesmo de avançar sobre as postulações manualísticas, agrupando referências no sentido de colaborar com a produção das matérias. Cria-se desta forma certa autoralidade sobre o manual, que outrora era destinado ao conjunto indistinto de jornalista, passa a funcionar individualmente, pelos interesses específicos de cada um, resultando em variações do manual de redação. Vejamos as seguintes situações:

“**Eu tenho uma caderneta** que eu anoto coisas pitorescas que eu escuto, que me perguntam, coisas que posso utilizar mais tarde. Assim, vou **compondo um grupo de palavras e expressões** que podem colaborar com o texto” (Repórter da GP).

“Então, como eu trabalho em outra revista além do jornal (..), eu utilizo com bastante frequência outro material **que eu fiz já no meu computador**. Além disso, **tenho site que eu utilizo como frequência**. Por exemplo: eu preciso de uma informação, nomes de músicos autodidatas; quem são os estes músicos? São informações rápidas, com agilidade e confiança” (Repórter do DC).

Estas situações relembram as situações relatadas pelo criador do Manual de O Estado de S. Paulo, Eduardo Martins, para explicar as motivações que o fizeram elaborá-lo. Segundo Martins, ainda na condição de repórter, ele tinha por hábito fazer anotações sobre coisas que mais utilizava quando estava redigindo um texto ou mesmo erros que encontrava lendo os jornais. Essas anotações passaram a chamar a atenção da direção do jornal, que solicitou a produção de um manual, conforme já detalhado neste trabalho.

Ou seja, a relação com o manual é definida pelo jornalista que, em alguns casos, chega a redigir listas de procedimentos para além do manual de redação propriamente. Situação que ocorre até hoje, quando o editor reproduz aos seus jornalistas normas a serem observadas, especialmente em situações específicas, como no caso das eleições, ou no tratamento de imagens envolvendo crianças. Neste caso, o manual de redação sofre transformações tanto por parte dos jornalistas, adequando-os aos seus interesses, quanto ao próprio jornal, reproduzindo determinações ao conjunto da redação.

g) **COMO FORMAÇÃO**

Neste conjunto de modos de apropriação dos manuais de redação, há uma que se realiza antes do próprio espaço da produção das matérias. O que podemos chamar de “ante-sala” da redação. Refiro-me àquele lugar onde a maioria dos futuros jornalistas, especialmente os em início de carreira, passam antes de conseguir uma mesa e um telefone nas redações: os cursos de seleção de novos jornalistas. Os grandes jornais brasileiros,

entre os quais a Folha de S. Paulo e o Estado de São Paulo, têm se utilizado cada vez mais deste tipo de procedimento para escolher seus quadros. Embora o Estado de São Paulo não confirme que seu curso “Adestramento de Focas” não seja usado para a contratação de novos quadros, seu responsável informou “que nenhuma empresa”, inclusive o Jornal, “descartaria seus melhores alunos”. O Curso funciona em parceria com a Universidade de Navarra, na Espanha, e tem por objetivo formar um banco de “talentos” que eventualmente o Jornal pode vir a utilizar, conforme declara Francisco Ornellas, coordenador do Curso.

A Folha também tem se utilizado deste recurso para a seleção de jornalistas. “O objetivo da Folha é esse, é achar gente inteligente, bem preparada, capaz, talentosa e trazer para dentro do jornal”, declara Ana Estela, coordenadora do Programa de Treinamento do Jornal. Em ambos os processos, após a seleção (anualmente se inscrevem aproximadamente 1000 candidatos em cada um dos processos), os participantes recebem informações sobre a produção jornalística, visitam a redação, acompanham os jornalistas em reportagens e elaboram suas próprias matérias, além de terem palestras e “aulas” com especialistas. Dentre os conteúdos ministrados nos dois casos constatamos informações específicas relacionados aos conteúdos dos manuais de redação. Ou seja, características definidas pelo Manual fazem parte tanto do processo quanto da seleção.

“A gente quer que os repórteres que estão fazendo a cobertura do jornal zelem pelos princípios editoriais do jornal e dentre estes princípios ta serem crítico, serem imparcial, ser pluralista e tal”.

Ou seja, pressupostos que estão definidos pelo manual. “É, pelo manual, e mais do que pelo manual, pelo próprio projeto editorial. Então, claro que a gente leva isso em conta e se a pessoa se colocar francamente contrária esses princípios, não tem como ela trabalhar no jornal”⁷⁵.

Neste ambiente, o Manual passa a fazer parte de forma mais intensa, contribuindo com a compreensão do jornalista sobre seus afazeres, como pudemos constatar em várias entrevistas.

“Quando eu fiz o *trainee*, eu acho que deu uma noção melhor disso, enfim, acho que eu me acostumei um pouco com o texto aqui da Folha,

⁷⁵ Entrevista concedida ao autor em agosto de 2007.

porque tem isso, também, porque você pode ousar, mas, também, nem tanto, assim. Você tem um... é que, no fim, fica meio intuitivo, mas a gente tinha... dissecou.... dissecou o Manual da Redação, a gente fazia vários exercícios” (Repórter da Folha).

“(...) no trainee a gente é obrigado a ler” (Repórter da Folha).

O reconhecimento dos Manuais se dá não pela presença direta, de contato, mas sim, numa lembrança dos conteúdos ministrados através dos cursos e ou durante a faculdade, seja em aspectos da forma do jornal até em questões de sua linha editorial.

8.1 - Análises de operações

O conjunto destas operações reforça a idéia de que as micro-relações desenvolvidas pelos jornalistas quando estão realizando suas tarefas tem papel definitivo no modo como as notícias são elaboradas. E no fazer diário, no contato com as fontes, com os colegas, com a escritura das reportagens, no gerenciamento do tempo e do espaço sempre limitados, que os jornalistas se encontram nos manuais de redação. Este aspecto fica evidente quando olhamos para os modos como os jornalistas se relacionam com um dispositivo tão restritivo e modelador como o manual e ainda assim realizem operações que estão para além dele. As dinâmicas representadas por vezes se revelam limitadas da expressão de controle dos procedimentos jornalísticos.

Os instrumentos oferecidos pelas instituições no sentido de tentar manter a uniformidade e a organização a partir dos seus interesses aos modos de dizer e fazer devem ser relativizados pelos modos como os usuários se relacionam com tais objetos. É em torno destes tipos de operações que procuraremos apontar conclusões que indicam as interferências dos jornalistas, a partir das releituras em torno do manual, nos contornos noticiosos.

Como primeiro aspecto deste movimento analítico, identificamos que as operações apropriativas realizadas pelos jornalistas sobre manuais de redação são, em certa medida, determinadas e determinantes das dinâmicas de produção. Se nos voltarmos para as operações de fragmentação dos conteúdos dos manuais (Operações Tópicas, Autorais, por

exemplo) veremos que os jornalistas **reconstruem um outro manual** a partir de lógicas imediatistas, utilitaristas, mais específicas. E que esta reconstrução de um **outro manual** se dá pelo uso que é feito dele em um determinado momento do processo da produção noticiosa. Momento este que é posterior à coleta de dados e anterior a edição. A estrutura física de vários manuais de redação demonstrava esta realidade. Muitos deles estavam mais gastos nas partes que indicavam os erros mais comuns, por exemplo.

Este movimento nos leva a inferir que as operações decorrentes do contato com os manuais de redação estão, em alguma medida, determinadas pelas dinâmicas do próprio jornal. E que concomitantemente, a interação com os manuais de redação introduz dinâmicas peculiares entre os colegas, redefinindo as rotinas. Basta lembrarmos que alguns jornalistas interagem com outros jornalistas (INTERLOCUTOR) para terem “acesso” ao manual sem a necessidade de consultá-lo diretamente. Os indivíduos, pela sua capacidade ou mesmo interesse, incorporam a figura de interlocutores das regras do manual. Ou ainda, que alguns jornalistas agregaram ao manual, atribuindo autoralidade e originalidade aos dispositivos. Há lembretes, anotações e rabiscos nos manuais espalhados pelas redações. Este contato estratégico foge às lógicas do manual e também demonstra que a celeridade das redações interfere no modo como cada um se relaciona com o manual, revelando o que Certeau chama de **astúcias** diante das normas. Tais ações revelam um conjunto de procedimentos que está para além da regra e da lógica, mas se situam nas disputas pela melhor forma de representar determinado assunto. Estas táticas procuram neste caso superar a formalidade dos manuais de redação, sua linearidade é permanentemente rompida e rearticulada, pois a lógica da apropriação condiciona o objeto apropriando as demandas e interesses dos sujeitos.

Na operação **AUTORAL**, por exemplo, o jornalista evoca sua condição criadora e reflexiva e passa da lógica do manual, a um outro dispositivo auxiliador quando produz “outro manual”. Neste caso, as referências dos jornalistas fluem para outro espaço, ampliando de certo modo seu repertório de consulta e reconstruindo um manual particular, específico. Essa postura de apropriação revela certo interesse do jornalista para além do próprio processo.

Mas os processos de apropriação do manual de redação podem se desenvolver antes do ambiente redacional propriamente, como quando ele é utilizado como “cartilha” para instruir os novatos, os focas, em como se deve proceder naquela redação. A apropriação no modelo **FORMAÇÃO** coloca o manual como uma das peças de certa pedagogia que estabelece os procedimentos que são defendidos por cada empresa. Assim como os

jornalistas mais experientes e de confiança são chamados para compor os quadros formadores destes cursos e treinamentos, os manuais são reivindicados para ilustrar, informar e, indiretamente, revelar que ali contêm as regras (únicas) para vencer/permanecer naquela redação. Embora as instituições não afirmem claramente, o conhecimento do manual de redação é uma das condições para ser aprovado nos cursos de seleção de novos jornalistas.

Enfim, cada tipo de apropriação como revelado acima, demonstra que as relações entre os jornalistas e os manuais de redação está para além das regras específicas determinadas e expressas pelas instituições. Mesmo considerando as variáveis culturais que conformam a presença de várias normas manualísticas, tais regras representam os resultados de acordos permanentes, definidos pelas condições de produção de cada ambiente redacional, que constitui os modos como os jornalistas se relacionam com os manuais de redação.

9. Conclusão

A presença dos manuais de redação nos jornais é muito mais complexa do que simplesmente a vontade institucional de uniformizar a linguagem estética e/ou gramatical do jornal; ou moldar o discurso e o comportamento a um padrão ideológico determinado ou ainda a definir/defender publicamente um ideal de jornalismo. Na verdade, os manuais de redação, em diferentes níveis e sentidos, representam tudo isto. Mas não apenas isto, e nem tão pouco como foram predeterminados pelas intenções dos proprietários e seus prepostos. A ação dos manuais de redação no mundo jornalístico, sua intervenção digamos, especialmente nas atividades desenvolvidas no interior das redações, está mais para um processo resultante de profundas e tensas negociações com o mundo do jornal, com seus agentes, os jornalistas – repórteres, redatores, editores setoriais, entre outros, que diariamente são confrontados com a realidade de decidir o que é notícia seu melhor tratamento, sua forma de apresentar, entre outros fatores editoriais.

Nossa primeira surpresa foi encontrar os manuais de redação presentes em todos os ambientes de trabalho pesquisados. Mais: foi encontrá-los na maioria das vezes sendo francamente utilizado, seja seguindo orientação das chefias, ou mesmo por interesse pessoal. Esta realidade nos levou a redimensionar o nível de importância na estruturação das notícias, para um dispositivo tão ou mais importante que a troca de informações com jornalistas mais experientes ou mesmo a leitura diária do jornal, aspectos igualmente relevantes na formação/transmissão da cultura jornalística.

Reconhecemos, diante disto, que os manuais de redação são mais completos, profundos e abrangentes. Completos, por que compreende um conjunto de regras mais extenso do que aquele que atende o campo jornalístico propriamente. Específico, por que o a riqueza de detalhes e a forma de tratar cada aspecto beira o didatismo; e abrangente, por que atinge um conjunto de leitores maior que o público das redações. Mesmo com estas características, eles apresentam apenas algumas versões do modo como o jornalismo deve ser feito. Como afirma o jornalista Luiz Garcia, as regras dadas pelos manuais de redação estão aí para serem compreendidas e desobedecidas, num claro reconhecimento de que está se falando de orientações, mas também de que as ofertas manualísticas estão sujeitas as intermediações de várias ordens, realizadas no interior das redações a partir de interesses dos próprios sujeitos jornalistas.

Esta afirmação ilustra este complexo processo de negociação com os quais manuais de redação realizam com seus usuários. Eles são readaptados, remodelados, aos desejos de outros. Desta relação, acontece uma defasagem entre aquilo que se pronuncia como ideal, o manual de redação, e aquilo que é apropriado. É isto que faz do manual de redação um

dispositivo dinâmico, marcado pelas vontades e realidades dos seus usuários, e não pelas exclusivas determinações de suas regras.

No entanto, essa dinamicidade não ignora as várias posições que manuais de redação tendem a defender, entre elas a de atender interesses mais amplos, revelando algumas das estratégias das empresas jornalísticas, entre elas a de capitalizar credibilidade aos seus produtos e conteúdos. Ou seja, possuir e/ou adotar manual de redação passou a ser visto como um dos instrumentos que confere credibilidade as instituições que o possuem. O jornalismo contemporâneo, por uma série de fatores, tem cobrado de seus gestores atitudes cada vez mais sensíveis aos interesses os receptores/consumidores. Um dos fatores que tem reposicionado os manuais de redação da sua condição de simples instrumentos de normatização das regras de um jornal para dispositivos de credibilidade é a crise da imprensa, especialmente impressa. Com a crescente evolução das mídias digitais a partir da popularização da internet e a inevitável consolidação do jornalismo on-line como o crescente meio de informação, os jornais impressos tem procurado se aproximar dos leitores, criando e ampliando espaços de intervenção em seus conteúdos, como forma de garantir sobrevivência no futuro.

A facilidade que os meios eletrônicos, especialmente a internet, deram aos receptores tem provocado alterações substanciais nas redações dos jornais impressos. Prova disso tem sido a aproximação dos setores (redações) destinados a cuidar dos conteúdos digitais das redações dos impressos. O jornal Zero Hora, em setembro de 2007 reorganizou sua relação com os conteúdos virtuais do Clik RBS, trazendo a produção para dentro da redação do jornal Zero Hora. Outras redações têm criado mecanismos de compartilhamento de informações entre os vários setores produtores. Com certeza não se trata apenas do reconhecimento de uma tendência de aumento do mercado virtual de informações, mas também uma estratégia de controle e de otimização de gastos e um indicativo que a linguagem para o meio está encontrando sua especificidade.

Assim como a produção da notícia não pode ser reduzida a lógica exclusiva dos proprietários e seus prepostos, o manual igualmente exige uma análise mais aprofundada do que simplesmente colocá-lo como instrumento de controle dos meios jornalísticos.

A simples presença dos manuais de redação significa para os mídias jornalísticos a conferência de um valor que nos últimos tempos tem se afastado das redações: a credibilidade. Portanto, uma das estratégias de sobrevivência dos impressos está na defesa de sua credibilidade, algo que as informações através da internet ainda não adquiriu, pela sua própria natureza. Sendo assim, a credibilidade, como já constatou CONCEIÇÃO

(2005) entre outros, é valor indispensável para a sobrevivência dos veículos impressos e a adoção de mecanismos de controle públicos passa pela oferta de manuais de redação, assim como a ampliação dos espaços de intervenção através de colunas do leitor. Tais ações têm aproximado os consumidores das regras que estruturam o jornalismo, pelo menos em termos ideais. Como ressaltou o ex-ombudsman do jornal Folha de S. Paulo, o número de acessos (pedidos, reclamações, críticas) recebido pelo ombudsman no ano de 2007 chegou a dez mil. Segundo estimativa, este número deve aumentar para 12 mil em 2008. Esta realidade é bem diferente da média anterior de três mil contatos ano.⁷⁶ Naturalmente é um número pequeno diante do conjunto de leitores diários da Folha. Mesmo considerando fatores culturais que explicariam o baixo interesse por um produto tão importante como o jornalístico, essa realidade tem mudado e não apenas no campo jornalístico. Várias instituições públicas e privadas têm implantado serviços de atendimento aos consumidores (SACs), definindo e tornando públicas regras sobre seu funcionamento entre outras medidas, como forma de intensificar as relações entre produtor e consumidor.

Os manuais de redação cumprem seu papel, ainda que relativo, de tensionar a produção. Paralelamente, não se pode negar que os manuais de redação tornaram-se instrumentos de marketing das empresas jornalísticas em dois níveis. Se no início a idéia era simplesmente normatizar os procedimentos técnicos, estéticos e éticos, atualmente os manuais assumiram outras funções. Nas disputas locais, digamos, como ocorre com os jornais Folha de S. Paulo e o Estadão, os manuais de redação tornaram-se peças que diferenciam os veículos, conferindo qualidade aos produtos. Já de outro ponto de vista, a popularização destes manuais de redação em nível mais amplo provoca uma disputa pela adoção ou não deles por jornalistas em redações do interior do país.

Ainda seguindo as constatações das estratégias adotadas pelas empresas nos quais os manuais de redação são objetos, há outras que podem ser representadas através dos conteúdos e na forma como os manuais de redação estão sendo introduzidos nas redações. Se recuperarmos, por exemplo, a presença e as transformações dos manuais utilizados pelo jornal Zero Hora nas edições de 1994 e 2002, podemos perceber que o tratamento dado aos profissionais pelo jornal passa de uma posição menos vertical, recolocando os jornalistas na condição de parceiros antes de empregados. Mesmo que isto não represente aumento de salários ou melhoria nas condições de trabalho, a forma de tratamento materializada pela última edição do manual de redação, busca aproximar os jornalistas-

⁷⁶ Palestra concedida em 11 de março de 2008 na Faculdade de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

empregados dos interesses do grupo. Naturalmente se trata de uma estratégia que busca criar a idéia de compromisso, no qual todos os sujeitos são responsáveis. Ao fazer isso, através do manual de redação ou no caso do Guia de Ética e Responsabilidade Social, procura-se transformar algo que é da esfera administrativa/gerencial em ações e comportamentos da esfera jornalística, incluindo procedimentos que são da cultura jornalística.

Já em relação aos modos como os jornalistas se encontram com os manuais de redação nos ambiente de produção, aspecto central deste trabalho, podemos afirmar que as táticas e astúcias mobilizadas avançam para além das regras, reconstruindo as notícias em acordo com as apropriações adotadas. A revelação de que a produção do jornal é mais que uma simples determinação manualística, comprovada pelos múltiplos modos de apropriação, demonstra a importância de se avançar no sentido de procurar compreender as repercussões (efeitos) que estes e outros tantos modos de apropriação possíveis têm na estruturação das matérias jornalísticas.

A presença dos manuais de redação para a formação e estruturação do campo jornalístico é marcante, não apenas pelas contribuições que tais documentos podem oferecer, a partir da sistematização e popularização dos processos que fazem de certa forma o jornalismo contemporâneo, mas principalmente porque nos manuais de redação instituem as regras e normas que fazem consolidar um modo próprio de ação, específico, que tende a se distinguir de outros. A força dos manuais de redação tanto internamente (redações com e sem manuais próprios) quanto externamente (instituições de ensino, bibliotecas) se dá por que se trata de um documento que emana do próprio meio para o meio profissional e para o conjunto dos leitores/receptores. Mesmo tendo interesses mercadológicos, os cânones jornalísticos, adotados e praticados por todos aqueles que atuam no meio, está em maior ou menor escala materializado através das regras manualísticas. É certo que a formação do campo se constitui a partir das tensões naturais realizadas interna e externamente ao campo. Ou seja, as regras - sistematizadas nos manuais de redação - que colaboram para o processo de constituição do campo jornalístico, se rearranjam quando colocadas em ação, por conseqüências das táticas e estratégias que os agentes do campo lançam mão.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. *A Modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

AGUIAR, Sonia. *O Discurso normativo da imprensa diária (por uma leitura dos manuais de redação)* (p.31- 38). IN: Revista Pauta Geral. Salvador: Logos, 1993. Ano 01, nº 01.

AUMONT, Jacques. *A parte do dispositivo*. IN: A imagem. São Paulo: Ed. Papyrus.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica – as técnicas do jornalismo*. São Paulo: Ática, 1990, 4ª edição.

BARBOSA, Marialva. *Como escrever uma história da imprensa?* II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho – GT de História do Jornalismo, 2004. http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/grupos%20de%20trabalho%20de%20historia%20da%20midia/historia%20dos%20jornalismo/trabalhos_selecionados/marialva_barbosa.doc . Consultado em junho de 2006.

BARRETO, Carmen Virgínia Montenegro. *A questão da interpretação no estudo da comunicação midiática*. Intercom XXVI – Belo Horizonte, 2003.

BARROS FILHO, Clóvis de & MARTINO, Luís Mauro Sá. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, S.P.: Papyrus, 1996.

_____. *Sobre a Televisão – A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia – Dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006.

BURGESS, Robert. *A pesquisa de terreno – uma introdução*. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 1997.

CADERNOS DE JORNALISMO. *Diário Carioca: o máximo de jornal no mínimo de espaço*. Rio de Janeiro. Secretária Especial de Comunicação Social, 2003.

CAPRINO, Mônica Pegurer. *Questão de Estilo – Estudo sobre o texto jornalístico e os manuais de redação*. Tese de Doutorado. São Paulo: UMESP, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I - Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *A invenção do cotidiano II – Morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. *Da política dos jornais: o dissídio das vozes segundo os manuais de redação dos jornais Folha, Estado e Globo*. Tese de Doutorado Rio de Janeiro: Escola de Comunicação - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

_____. *O Estilo de fazer e de ser: racionalidade estratégica, manuais de redação e espaços públicos*. IN: Revista Cambiassu – Estudos em Comunicação. São Luiz, Vol. XV, nº 01, pág. 155-184, jan./dez., 2005.

COULON, Alan. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.

DALMONTE, Edson Fernando. *Gilberto Freyre: intelectual multimídia*. Vol. 2, N. 01. Out/Nov/Dez. 2000.

<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista5/res%20eventos%205-5.htm>

_____. *Mídia: fonte e palanque do pensamento de Gilberto Freyre*. Dissertação. Universidade Metodista de S. Paulo, 2002.

DARNTON, Robert. *Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica*. IN: O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Págs. 70-79.

ERBOLATO, Mário. *Técnicas de Codificação em Jornalismo – Redação, captação e edição no jornalismo*. São Paulo: Ática, 1991, 5ª edição.

FAUSTO NETO, Antonio et. al.(org). *Práticas Midiáticas e Espaço Público*. Porto Alegre: Edípucrs, 2000.

_____. *Ensinando à Televisão – Estratégias de Recepção da TV Escola*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

_____. *Mortes em Derrapagem – Os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa*, Rio de Janeiro. Ed. Rio Fundo, 1991.

FERREIRA, Giovandro. *Lê style du Monde (p. 281-293)*. Paris: Press Lê Monde, 2000. pp. IN: Revista Pauta Geral. Salvador: Calandra, 2003. Ano 10, nº 5.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A reforma do Jornal do Brasil*. IN: ABREU. Alzira Alvez de. *Imprensa em Transição – O jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

FERREIRA, Jairo. *Uma abordagem triádica dos dispositivos midiáticos*. Rep. Xerográfica. S/n.

_____. *O Conceito de Dispositivo: explorando dimensões de análise* IN: Ecos Revista, Vol. 7, Nº2, Jul./Dez. de 2003, p. 89-112.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo *A atualidade no Jornalismo*. IN: FAUSTO NETO, Antônio; José Aídar Prado; Sérgio Porto; Antônio Hohlfeldt. (Org.). *Práticas midiáticas e espaço público*. 1ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, Vol., p. 261-289.

FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade, 1915-1930*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1975.

GADINI, Sérgio Luiz. *A cultura como notícia no jornalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação, 2003.

GENTILLI, Victor. *Sistema midiático e crise do jornalismo: crônica da história política brasileira*. Intercom, 2000.

GRADIM, Anabela. *Manual de Jornalismo*. Covilhã: UBI, 2000.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do Jornalismo Político à Indústria Cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

GUIA DE ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL. RBS – Porto Alegre, 2004.

HOHLFELDT, Antonio. *Objetividade: categoria jornalística mitificada*. Intercom XXIV – Campo Grande, 2001.

LAGE, Nilson. *Diário Carioca – O primeiro degrau para a modernidade*. 2º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2004, p. 3-37. http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/grupos%20de%20trabalho%20de%20historia%20da%20midia/historia%20dos%20jornalismo/trabalhos_selecionados/nilson_lage_e_tales_faria.doc . Visitado em 17 de março de 2008.

LATOUR, Bruno. *A Vida em Laboratório – A produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1997.

LIVRO DE ESTILO. El País. Ediciones El País, 1996.

LUSTOSA, Elcias. *O texto da notícia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

KREINS, Glória Aparecida Rodrigues. *Ideologia, Notícia e Mercado – A Pós-Modernidade Tecnocrata da “Folha de S. Paulo”*. São Paulo: Tese Doutorado - ECA-USP, 1990.

KOTSCHO, Ricardo. *Do golpe ao Planalto - Uma vida de repórter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MANUAL DA REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO. Folha de São Paulo, 2004.

_____. Folha de S. Paulo, 2001.

- _____. Folha de São Paulo, 2ª edição, 1987.
- MANUAL DE ÉTICA E REDAÇÃO. Jornal Zero Hora – Porto Alegre, 1994.
- MANUAL DE NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA PARA TRABALHOS CIENTÍFICOS. 2 ed. Ponta Grossa: UEPG, 2007.
- MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO DE O GLOBO. O Globo – R.J., 1992.
- MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO. Jornal Folha de Londrina – Londrina, 1996.
- MANUAL GERAL DE REDAÇÃO. Folha de São Paulo, 1984.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia – Jornalismo como Produção Cultural da Segunda Natureza*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *Comunicação e Jornalismo. A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- MARETSOHN, Silvia. “Profissionalismo” e “Objetividade”: o jornalismo na contramão da política. Compós – Porto Alegre, 2000.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. *Mídia e poder simbólico: um ensaio sobre a comunicação e campo religioso*. São Paulo: Paulus, 2003.
- MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. *Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1990.
- _____. Eduardo Lopes. *Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo*. 3ª edição, São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997.
- MATELLARD, Armand. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2002 , 3º ed.
- MEDINA, Cremilda. *Notícia: um produto à venda. Jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo: Summus, 1988.
- _____. *Profissão jornalista: responsabilidade social*. Rio de Janeiro: ed. Forense-Universitária, 1982.
- MELO, José Marques de. (Org.) *Gêneros Jornalísticos da Folha de S. Paulo*. São Paulo: FTD, 1992.
- _____. Normas de Redação de cinco jornais brasileiros. São Paulo: Eca-Usp, 1972.
- MENDES, Jairo Faria. *O ombudsman e o leitor*. S/editora, 2002.
- MESQUITA, Mário. *O quarto equívoco – O poder dos media na sociedade contemporânea*. Portugal. Ed. MinervaCoimbra, 2004.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massa do século XX – Neurose e Necrose*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1987.
- NEVEU, Érik. *Sociologia do Jornalismo*. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

- NOGUEIRA, Andréa de Araújo. *As Folhas de Nobantino Ramos (1945-1962)*. 4º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd3/jornal/andreadearaujonogueira.doc . Visitado em 18 de março de 2008.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira. Cultura Brasileira e Indústria Cultural*. 5ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PATRÍCIO, Patrícia. *Tirando o manual do automático (do mapa objetivo ao território transubjetivo nos caminhos do jornalismo)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – USP, 2002.
- PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.
- REVISTA DA COMUNICAÇÃO. Ano 8, número 30, novembro de 1992.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*. Estudos Históricos, Mídia, n°. 31, CPDOC/FGV, 2003.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *O campo dos media*, Lisboa, Veja, s.d.
- _____. *Comunicação e Cultura. A experiência cultural na era da informação*. Lisboa: Ed. Presença, 1993.
- _____. *Estratégias de Comunicação – Questão social e formas de sociabilidade*. Lisboa. Ed. Presença, 1990.
- RODRIGUES, Jacira Werle. *Reportagem Impressa, estilo e manuais de redação: a construção da autoria nos textos do jornalismo diário*. Santa Maria: Editora Facos – UFMS, 2003.
- ROSA, Rosana. *A Natureza e os limites dos discursos jornalísticos*. Intercom XXV – Salvador, 2002.
- SCHELESINGER, Philip. *Os jornalistas e sua máquina do tempo*. IN: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja, 1993.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.
- SIMONETTI JR, João Carlos. *Jornalismo e Identidade: uma abordagem discursiva*. Intercom XXIV – Campo Grande, 2001.
- SODRÉ, Nelson Verneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauá, 1999, 4ª edição.
- SOUZA, Jorge Pedro Souza. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó: Argos, 2002.
- STELLA, Martini. *Los que hacen la noticia: periodismo, información y poder*. Buenos Aires: Biblos, 2004.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo – RS: Ed. Unisinos, 2001.

_____. *Teorias do jornalismo V.2. A Tribo Jornalística – uma comunidade transnacional*. Lisboa: Notícias editorial, 2005.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1993.

_____. e FARIAS, Patrícia (org.). *Antropologia e comunicação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

TUCHMAN, Gaye. *A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas*. IN: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Veja, 1993.

SOLOSKY, John, *O jornalismo e o profissionalismo: Alguns constrangimentos no Trabalho Jornalístico*. IN: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Veja, 1993.

VERÓN, Eliseo. *Esto no es un libro*. Barcelona: Gedisa, 1999.

VIEIRA, Toni André Scharlau. *O jornalismo de manual e o desafio das novas tecnologias*. Intercom XXIV – Campo Grande, 2001.

VIZEU, Alfredo. *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. (org.). *Para abrir as ciências sociais* IN: Os Grandes debates no interior das ciências sociais, de 1945 até o presente. Editora Cortes: São Paulo, 1996.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editora Presença, 1994, 4ª edição.

13. Anexos

Anexo A

Regras de Redação do Diário Carioca - 1950 *Instituídas pelo jornalista Pompeu de Souza*

Instruções gerais

Escrever sempre a máquina, de um só lado da folha, no papel padronizado e em espaço dois.

Começar todas as matérias no meio da folha, numerando, no alto, cada folha.

Deixar uma margem de dois centímetros em cada lado da folha, e escrever em cada folham 30 linhas.

Escrever uma palavra ou frase representativa do conteúdo da matéria (retranca), no alto da primeira folha imediatamente abaixo do nome do autor.

Usar palavra “continua”, entre dois parênteses, ao fim de todas as folhas exceto a última. Usar símbolo X para significar conclusão da matéria e acrescentar “X” ao número da última folha.

Não começar parágrafo novo na última linha da folha.

REDAÇÃO

Ocupar o primeiro parágrafo das notícias com:

a) um resumo conciso das principais e mais recentes informações do texto, esclarecendo o maior numero das seguintes perguntas relativas ao acontecimento: quê?, quem?, onde?, como?, e por que?;

ou: b) um aspecto mais sugestivo e suscetível de interessar o leitor no acontecimento.

Só compor de modo diverso o primeiro parágrafo em casos de matérias muito peculiares em que o elemento pitoresco, sentimental ou de surpresa o exija.

Ordenar o desenvolvimento do resto da notícia pela hierarquia da importância e atualidade dos pormenores.

Usar parágrafos curtos e evitar palavras desnecessárias, qualificativos, principalmente, tendenciosos, e frases-feitas. Só excepcionalmente usar períodos com mais de quatro linhas datilografadas.

Não começar períodos ou parágrafos sucessivos com a mesma palavra. Não usar repetidamente a mesma estrutura da frase.

Evitar palavras chulas e expressões de gíria não incorporadas à linguagem geral, assim como termos preciosos e frases de conteúdo puramente sensacionalista.

Ler sempre a própria matéria antes de entregá-la, a menos que o tempo não permita.

Ler a matéria depois de publicada e reparar nas alterações feitas.

Em qualquer dúvida, consultar dicionários, enciclopédias ou outras fontes de referências.

Evitar fórmulas e expressões genéricas sempre que se disponha de informações e pormenores precisos.

Nos editoriais, partir sempre do acontecimento ou do dado concreto para o comentário.

Comentar, de preferência, em cada editorial, um único assunto ou um aspecto comum de mais de um assunto.

CABEÇAS

Contar as unidades gráficas dos títulos (em alguns casos, também de certos subtítulos),

de acordo com os padrões estabelecidos.
 Não cortar palavras e, de preferência, não cortar frases de uma linha para outra.
 De preferência, afirmar ou negar no título, evitando ambigüidade da expressão.
 Variar a ordem das sentenças entre os títulos e os subtítulos de uma mesma “cabeça” e entre diversos títulos de uma mesma página.
 Evitar abreviaturas, exceto de uso muito corrente.
 Resumir a matéria ou destacar seu aspecto principal ou mais sugestivo.
 Conter o máximo de informação.
 Evitar palavras desnecessárias (especialmente adjetivos) e frases-feitas.
 Conter um verbo, explícito ou implícito; de preferência, na voz ativa no presente ou no futuro.
 Nunca repetir palavras numa mesma “cabeça”; a não ser para efeitos especiais.
 Reduzir o emprego do artigo ao estritamente necessário.
 Evitar fórmulas e expressões genéricas sempre que se disponha de informações e pormenores precisos.
 Refletir o tom da matéria.

NÚMEROS

Escrevê-los com letras de um a dez; com algarismos de 11 em diante.
 Substituir os zeros de números redondos a partir de cem, pelas palavras cem, mil, milhões, bilhões, trilhões, etc.
 Usar algarismos para: data, horas, endereços, somas em dinheiro de enunciado muito extenso, resultados de competições esportivas ou eleitorais, telefone, temperaturas, tempo em corridas ou disputas esportivas, licenças de veículos, latitudes e longitudes, votos, rateios de apostas, idades, porcentagem, distancias e dimensões.
 Não usar algarismos em começo de período.
 Evitar, quanto possível, algarismos nas “cabeças” de matéria.
 Quando se trate de uma numeração numérica escrever todos os números com algarismos.
 Escrever com algarismos todos os números em estatísticas e tabulações.
 Escrever com letras as frações, exceto quando precedidas de algarismos.

TRATAMENTO

preceder os nomes próprios de pessoas salvo nas “cabeças” e legendas apenas nominais e nas exceções autorizadas pelos elementos da direção — das abreviaturas “sr.,” “dr.,” “sra.” e “d.” Exceção para as figuras históricas e aquelas cuja notoriedade o dispense, a juízo dos elementos da direção.
 Omitir estas abreviaturas sempre que o nome venha precedido de algum título honorífico, hierárquico ou de função.
 Restringir aos médicos, quando no exercício de sua função, o título de “dr.”
 Usar por extenso o nome usual das pessoas quando apareçam pela primeira vez numa matéria, permitindo-se, nas vezes subseqüentes, o emprego apenas de sua parte mais característica. Exceção para as figuras históricas e as de notoriedade reconhecida pelos elementos da direção.

MAIÚSCULAS

(Em caso de dúvidas não usá-las)

Usar maiúsculas:
 nos nomes próprios em geral;
 nas regiões e divisões político-geográficas, quando usadas como nomes próprios;
 nos títulos de função, apenas quando figuram em vez ou depois dos nomes próprios;

“O Presidente da República”, ou “o general Eurico Dutra, Presidente da República”;
 mas ‘o presidente Eurico Dutra’;
 nas primeiras e principais palavras dos títulos de livros, peças de teatro, fitas, de
 cinemas, conferências, artigos de períodos em geral, etc.;
 nas denominações de atos legislativos: “Código Civil, Lei de Imprensa, Lei de
 Segurança”,
 nos nomes dos órgãos do poder público federal, estadual ou municipal, assim como nos
 das repartições e entidades públicas e particulares em geral;
 nos pontos cardeais, quando designem regiões do mundo ou do país: “as nações do
 Ocidente, as secas do Nordeste”;
 nos nomes de institutos de ensino e de cursos regulares, mas não nos de matérias:
 “Faculdade de Filosofia”, “Curso de Física”, mas “física”;
 nos designativos Vice, Sub-, etc. — quando ligados a títulos de função em maiúsculas
 (nunca, porém, o designativo ex-);
 no designativo Assistente, quando suceda ao substantivo do título da função:
 “Secretário de Estado Assistente”, mas “assistente do Secretário Geral”.

Não usar maiúsculas:

nos nomes auxiliares, quando não integrem o nome próprio: “o colégio La Fayette”,
 mas o “Instituto Lafayette”;
 nas abreviações, exceto quando constituídas por iniciais; nos nomes de estudos em
 geral;
 nos nomes científicos de plantas e animais;
 nos nomes comuns que foram originalmente nomes próprios ou deles derivam:
 “ampere-byroniano”;
 nos nomes de acidentes geográficos, desde que não façam parte o nome próprio:
 “restinga de Marambaia”, mas “Cabo Frio”;
 nas expressões “em exercício”, “interino” ou outras que indiquem circunstância
 eventual do título de função.

ABREVIACÕES

(Em caso de dúvida, não abreviar)

Abreviar:

os títulos dr., prof., Excia., S. S.(Sua Santidade), sr., sra., d., mme., mlle., (nos demais,
 só em “cabeças”), apenas quando seguidos do nome próprio respectivo;

n. (número) quando seguidos imediatamente de algarismos.

S. apenas quando a forma for São, nunca quando for Santo: “S. Paulo”, mas não “S.
 Agostinho”;

& apenas em nomes de firmas comerciais;

designações comuns de pesos e medidas quando ocorram repetidamente na matéria;
 nomes de partidos políticos, de repartições ou entidades que se tenham tornado mais
 conhecidos pela abreviatura que pelo nome por extenso.

jr. quando usado em seguida ao nome;

ap. (apartamento) apenas nos endereços.

Não abreviar:

a palavra cruzeiro, exceto em tabelas;

pontos cardeais, exceto quando integrando uma indicação numérica;

nomes de cidades, estados ou países, exceto URSS, EE.UU ou E.U.A., este último
 apenas em “cabeças” ou seguida a um nome de cidade ou estado;

Rua, Praça, Avenida — exceto em citações completas de endereço.

Endereços:

Suprimir a indicação “n.” e indicar, sempre que necessário, o bairro: Praça Eduardo Rego, 28, Grajaú”.

PONTUAÇÃO

Vírgula:

Usá-la, mesmo em título, sempre que o sentido seja dúbio e a vírgula o esclareça.

Para separar vocativos, títulos e apelidos, quando estes sucedam o nome.

Quando um adjunto adverbial inicia uma oração, separá-lo do que se segue com uma vírgula.

Quando uma oração terminada em verbo venha imediatamente seguida, por outro verbo, ou advérbio modificando o verbo, separá-los por uma vírgula: “o que quer que seja, serve”, ou “o que seja, não serve”.

As intercalações em geral serão encerradas entre vírgulas — salvo as muito extensas, nas quais se usarão traços.

Usar vírgulas entre as partes de sentenças compostas que não se liguem por partículas de ligação. Usá-las nas enumerações em geral. Não usá-las nas expressões numéricas escritas por extenso: “Mil, quinhentos e vinte e dois”; e não “Mil, quinhentos e vinte e dois”.

Usá-las separando sucessivos adjetivos ou advérbios que modifiquem a mesma palavra na frase.

Usá-las nos resultados de quaisquer pleitos: “Botafogo, 5; Vasco, 2”; “Milton Campos, 5.235.672; Ademar de Barros, 2.321.473”.

Ponto e vírgula:

Usá-los entre orações coordenadas não separadas por conjunções quando o uso da vírgula se preste a ambigüidades.

Em todas as enumerações em que haja vírgulas no interior das partes enumeradas: “sr. Otávio Tirso, senhora e filhos; sr. Jacinto de Tormes e senhora”.

Para separar os concorrentes no resultado de uma disputa: “Botafogo, 4; Fluminense, 1”.

Dois Pontos

Usá-los para introduzir uma citação direta.

Para introduzir uma enumeração: “Os vitoriosos foram: Botafogo, América, etc.”.

para introduzir uma resolução: “Resolve: ...”

Traço

Usá-lo em todas as citações diretas de entrevista. Entre o nome do entrevistado e sua declaração, toda vez que se trate de uma sucessão de entrevistas breves: “José Lira — Nada tenho a declarar”.

Em todas as passagens dialogadas, precedido da indicação nominal do interlocutor apenas e sempre que se trate de mais de dois interlocutores.

Usá-lo para indicar uma expressão interrompida: “Acho que — ...”

Para interromper uma citação direta: “A questão — prosseguiu o entrevistado — é sobretudo...”

Para indicar intercalações mais fortes que as das simples vírgulas.

Usá-lo antes da parte final de uma oração longamente interrompida por intercalação: “As forças que combateram a noroeste da cidade e asseguraram a posse da mesma na luta — foram agora retiradas para a retaguarda”.

Parênteses:

Evitar o parêntese. Quando usá-lo, pontuar o restante do trecho como se o parêntese e a

expressão nele contida não existisse.

Usá-lo para indicar sumariamente o partido, o Estado de um congressista, um político, etc.: “Afonso Arinos (UDN Minas)”.

Para dar indicações explicativas estranhas ao texto de uma citação.

Usar meio parênteses: ao enumerar, com algarismos ou letras, as partes de uma enumeração: “os principais assuntos examinados foram 1º) o equilíbrio orçamentário”.

Pontos: omiti-los nas “cabeças” (substituí-los, nesse caso por ponto-e-vírgula ou por traço), nas legendas de um único período, nos milhares indicativos do ano, nas numerações de parágrafos, nos algarismos romanos, nas letras usadas em fórmulas.

Usá-lo em todas as abreviaturas, exceto as de instituições mais conhecidas pelas iniciais que pelo nome: SAPS, SESC.

No final de uma expressão entre parênteses, desde que esta represente um período completo: “(Outras notícias na página 5)”.

Fora dos parênteses quando o período termina por uma expressão entre parênteses: “...uma vez que e tratava de morte natural (de acordo com a versão da Polícia)”.

Usar reticências para indicar omissão de uma matéria implicitamente citada.

Aspas

Usá-las em todas as citações diretas, salvo quando estas venham indicadas por traços.

Nos títulos de livros, quadros, estátuas, peças de teatro, conferências, artigos de periódicos em geral, músicas, etc. Omiti-la, porém, nos nomes de personagens, nos apelidos de pessoas, assim como no nome de animais em geral.

No começo de cada parágrafo de uma citação, mas no fim apenas do último parágrafo.

No emprego de palavras em significados que não os correntes, nas gírias não incorporadas à linguagem geral, nos apelidos ou em palavras de ocasião pela primeira vez usada na matéria, dispensando-se as aspas nos aparecimentos subsequentes.

Incluir dentro das aspas apenas dois sinais de pontuação que pertençam à citação.

Quando se cite uma citação, usar aspas simples na citação intercalada.

Usar aspas simples igualmente nas “cabeças”.

Usar aspas sempre que o trecho citado seja composto no mesmo tipo e medida da matéria que o contém. Evitá-las quando a citação seja composta em tipo e medida especiais.

Anexo B:

NORMAS DE REDAÇÃO da Tribuna da Imprensa

Todo “foca” ou mesmo profissional experimentado que chega à “Tribuna da Imprensa” recebe logo uma espécie de catecismo. Informal, encimado apenas por uma data (12 de maio de 1953), como se fôsse apenas um memorando de circulação interna, o folheto traz, em síntese, as normas que disciplinam a redação e o estilo do jornal. Diferindo pouco das regras de redação do “Diário Carioca” (*PN*, 31-10-57), sobretudo no tocante ao emprêgo de maiúsculas, abreviações e pontuação, tem no entanto a marca inconfundível do homem que o adaptou – Carlos Lacerda. As normas morais do “catecismo” são bem curiosas e enfeixam princípios éticos de grande atualidade na renovação por que passa a imprensa

brasileira no momento. O conjunto de regras da “Tribuna da Imprensa” (simples, de fácil aplicação) é abaixo transcrito na íntegra:

1. Escreva a máquina, papel padronizado, dois espaços.
2. Numere no alto, cada fôlha. Comece a matéria no meio da primeira fôlha.
3. Deixe margem de 2 cm em cada lado da fôlha. Escreva em cada fôlha 30 linhas.
4. No alto da primeira fôlha escreva a *retranca* (palavras representativas do conteúdo da matéria). Trace uma linha por baixo dessa palavra e sob o traço escreva seu nome.
5. Entre parênteses, no fim de cada fôlha, escreva a palavra “continua”. Na última, faça um sinal X. E na numeração dessa última fôlha acresça ao número o mesmo X.

INTELECTUAIS

1. Quando escrever, pense no leitor
2. Escreva com naturalidade a notícia, com boa gramática, em afetação nem pompa.
3. Nunca use duas palavras se pode usar uma.
4. Forme Frases curtas (2 e 3 linhas no máximo). Faça parágrafos de 5 e 6 linhas, no máximo. Poucas exceções a esta regra.
5. Evite usar palavras difíceis. Quando tiver que usá-las, não empregue duas no mesmo parágrafo. Se for inevitável (expressões médicas, judiciárias, técnicas, etc.), dê, entre parênteses, o significado.
6. Se tem vontade de comentar, escreva um tópico. O leitor tem o direito de julgar por conta própria. Dê-lhe, isto sim, todos os elementos necessários à formação do julgamento (ou da informação).
7. Evite os superlativos, os absolutos, o exagêro.

MORAIS

Pense que não exerce apenas uma função, mas uma missão. Sua função é informar-se. Sua missão, informar.

2. Seja jornalista todo o tempo – ou nunca será jornalista.
3. Quem vê no jornal apenas um emprêgo deve empregar-se na Prefeitura.
4. Leia os outros jornais - e compare o que fez com o que os outros fizeram.

5. Quanto tiver que prejudicar alguém no interesse público, pense duas vezes. Quando tiver que favorecer alguém, em particular, pense dez vezes. Quando tiver de prejudicar o interesse público, nem precisa pensar: rasgue o que escreveu.
6. O seu melhor crítico é o editor imediatamente responsável pelo seu trabalho.
7. Não faça gastar o tempo e dinheiro com originais mal escritos, mal revistos, desordenados.
8. Não hesite em dar às outras seções notícias interessantes.

INSTRUÇÕES DE REDAÇÃO

1. A “guia” destina-se a atrair e prender a atenção do leitor, conduzindo-o ao parágrafo seguinte. Comece, pois, a notícia pelo que houver de mais interessante (para o leitor) na notícia. Dê no primeiro parágrafo (ou nos primeiros, para não acumular muitas informações num só parágrafo) uma súmula das principais e mais recentes informações do texto. Responda às perguntas que o leitor imediatamente lhe faria:

QUE?

QUEM?

QUANDO?

COMO?

ONDE?

POR QUÊ?

Guarde esta fórmula:

$3 Q + CO + O + P = \text{Notícia}$

ou,

dêsses elementos, destaque desde logo aquêle mais sugestivo, capaz de interessar imediatamente o leitor.

Esta regra só varia quando se trata de matérias muito peculiares, em que influa o pitoresco, o inusitado, a surpresa.

Desenvolva a notícia segundo a ordem decrescente de importância e atualidade de cada pormenor.

Escreva o mínimo, dê o máximo de informação.

Conte com naturalidade a sua história. Com boa gramática e sem pompa nem afetação.

Chame de mulher do sr. Fulano a mulher do sr. Fulano e não espôsa. A mãe é mãe e não genitora. Quem volta não regressa. Doença não é enfermidade. Não use expressões como “segundo informou o mesmo” ou “disse que o mesmo estava”. Abraçoi não é amplexo. Deitado de costas não é decúbito dorsal. Evite o pernosticismo de expressões do jargão profissional, salvo aquelas já correntes na linguagem. Não castigue o estilo. Escreva enxuto como Graciliano e ameno como

Eça. Leia os bons autores: mas não os imite ao escrever uma notícia, salvo se fôr intencional a imitação, para determinado efeito.

Grandes jornalistas há diversos, que são ou que se julgam. Bons jornalistas, muitos poucos. Verdadeiros jornalistas, quase nenhum. Seja um dêstes. O horário legal é de 5 horas. Mas só se é jornalista 24 horas por dia.

Evite como à peste as palavras desnecessárias.

Racione os qualificativos, principalmente os tendenciosos e as frases feitas – salvo as que economizam muito espaço e vão diretas ao entendimento do leitor. Não comece – salvo casos excepcionais – períodos ou parágrafos com a mesma palavra. Não use repetidamente a mesma estrutura da frase.

Evite palavras chulas e da gíria não incorporadas à linguagem geral. Nada de palavras preciosas e frases meramente sensacionalistas.

Leia sempre a matéria que escreveu antes de entregá-la – a não ser quando de todo não houver tempo.

Entregue de véspera o que puder, mas esteja sempre atento ao que sobrevém de manhã.

Freqüente dicionários, enciclopédias e outras fontes de referências.

O catálogo de telefones é uma das melhores.

Ajude o arquivo reclamando sôbre o que êle não tem, trazendo contribuições para êle, consultando-o com freqüência.

Evite fórmulas e expressões genéricas sempre que disponha de informações e elementos precisos.

Nunca generalize a uma classe o que foi feito por um ou por grupos de indivíduos.

No tópico, comentar um único assunto ou um aspecto comum a mais de um assunto.

Quando tiver dúvidas sôbre a responsabilidade que uma matéria acarreta ao jornal, consulte o responsável pela sua seção: lembre-se que o jornal, como um todo, pode pagar pela sua distração ou leviandade.

Preserve as suas fontes de informação, sendo leal para com elas. Um bom livro de endereços ajuda muito. Classifique os seus informantes por assuntos.

O telefone é bom mas o contato pessoal é muito melhor.

Veja o aproveitamento da sua matéria. Não hesite em perguntar por que não foi aproveitada ou se fizeram tais ou quais modificações.

Ninguém é infalível. Mas cada qual é menos infalível do que o outros.

TÍTULOS E SUBTÍTULOS

Oferecer os títulos como sugestão, na sua matéria. No título definitivo, contar as unidades gráficas, de acôrdo com os padrões estabelecidos pela direção. Em certos casos, também os subtítulos. Faça-os curtos, suficientemente explícitos para serem atendidos, suficientemente misteriosos para não dizerem tudo ao leitor, a fim de que êle se interesse pelo texto.

Não cortar palavras de uma linha para outra. Quando possível, também não as frases.

Prefira, no título, afirmar ou negar. Nunca pergunte, num título, ao leitor, que compra jornal para ter respostas. Salvo quando a pergunta fôr entre aspas...

Variar a ordem das sentenças entre os títulos e subtítulos de uma mesma “cabeça” (conjunto de títulos e subtítulos) e entre os diversos títulos da mesma página.

Evitar abreviações, exceto as muito correntes. Não dar “sr.” a ninguém no título. (No texto, todos são srs. e nada mais. Ninguém é exmo. ou ilustre, notável, sábio, virtuoso, fogoso, aplaudido, festejado, saudoso, conhecido, etc.).

Título: resumo da matéria, destacando o aspecto principal ou mais sugestivo. Mas deixe o leitor interessado em ler o texto!

Evite, como no texto, e, ainda mais, palavras desnecessárias e frases feitas.

O título deve conter um verbo, explícito ou implícito. De preferência na voz ativa e no presente ou no futuro. (Lembre-se: o que aconteceu tem menos importância, o que está acontecendo tem mais, o que vai acontecer – quando, de fato, vem a acontecer – tem importância).

Só repetir palavras na mesma “cabeça” quando para efeitos especiais.

Evite fórmulas e expressões genéricas quando tiver as informações precisas. Não generalize senão quando isto for uma imposição do próprio texto.

O título reflete o tom da matéria: Lembre-se que muita gente julga um jornal pelos títulos.

ESCREVENDO ALGARISMOS

Escreva-os de um a dez, com letras: um, dois, três, etc. De 11 em diante, com algarismos.

Os zeros de números redondos, a partir de cem, escrevem-se cem mil, milhões, trilhões. Inclusive em dinheiro: - Cr\$ 1 milhão.

Para datas, horas, endereços, somas em dinheiro de enunciado muito extenso, resultados de competições esportivas ou eleitorais, telefones, temperaturas, licenças de veículos, latitude ou longitude, votos, idade, percentuais, medidas de peso, volume, dimensões.

Não use algarismos em começo de período.

Quando se trate de numeração numérica, escreva todos os números com algarismos.

Também em estatísticas e tabulações. Separá-las sempre pelo mesmo sinal.

Escrever com letras as frações, exceto quando precedidas de algarismos.

TRATAMENTO

Os nomes próprios de pessoas são precedidos de sr., dr., sra., e d. – salvo nas “cabeças”, legendas apenas nominais e exceções autorizadas pela direção.

Excetuam-se as figuras históricas e aquelas que, a juízo da direção, sejam suficientemente notórias para perder esse tratamento.

Quando o nome vem precedido de título honorífico, hierárquico ou de função, suprimir aquelas abreviaturas: o embaixador e não o sr. embaixador, o deputado e não o sr. deputado.

Só os médicos são drs. – quando em função de médicos.

Usar por extenso o nome usual da pessoa quando aparece pela primeira vez na matéria. Nas vezes subsequentes, pode empregar apenas o nome mais conhecido, ou mais característico. Excetuam-se as figuras históricas e as de notoriedade reconhecida pela direção.

MAIÚSCULA

Em caso de dúvida, não use.

Usá-las: nos nomes próprios, em geral (iniciais). Idem nas regiões e divisões político-geográficas, quando usadas como nomes próprios. Nos títulos de função, apenas quando figuram em vez ou depois dos nomes próprios. O Presidente da República, o presidente Fulano, o Presidente.

Usá-las também nas primeiras e principais palavras dos títulos de livros, peças, fitas, conferências, artigos de periódicos, etc.

Nas denominações de atos legislativos: Código Civil, Lei de Imprensa.

Nos nomes de órgãos de poder público federal, estadual ou municipal, assim como nos das repartições e entidades públicas e particulares em geral.

Nos pontos cardeais, quando designem regiões do mundo ou do país, “as nações do Ocidente, as sêcas do Nordeste”.

Nos nomes dos institutos de ensino e de cursos regulares, mas não nos de matérias: Faculdade de Filosofia, Curso de Física, mas “física”.

Nos designativos Vice, Sub, etc., - quando ligados a títulos de função em maiúscula (nunca, porém, no designativo ex.).

NÃO USAR MAIÚSCULA

Nos nomes auxiliares, quando não integrem o nome próprio: “o colégio La-Fayette”, mas o “Instituto La-Fayette”.

Nas abreviações, exceto quando constituídas por iniciais.

Nos nomes de estudos em geral.

Nos nomes comuns que foram originalmente nomes próprios ou dêles derivaram: “ampère, byroniano”.

Nos nomes de acidentes geográficos, desde que não façam parte nome próprio: “restinga de Marambaia”, mas “Cabo Frio”.

Nas expressões “em exercício”, “interino” ou outras que indiquem circunstância eventual do título de função.

ABREVIACÕES

Em caso de dúvida, não abreviar.

ABREVIAR

Os títulos dr., prof., Ex.^a, S. S. (Sua Santidade), sr., sra., d. (os demais, só em “cabeças”) apenas quando seguidos do nome próprio respectivo.

n. (número), quando seguido imediatamente de algarismos.

S. apenas quando a forma fôr São, nunca quando seja Santo: S. Paulo, mas não “S. Agostinho”.

& apenas em nomes de firmas comerciais.

Designações comuns de pesos e medidas, quando ocorram repetidamente na matéria.

Nomes de partidos políticos, de repartições ou entidades que se tenham tornado mais conhecidos pela abreviatura que pelo nome por extenso.

Jr., quando usado em seguida ao nome.

Ap. (apartamento), apenas nos endereços.

NÃO ABREVIAR

A palavra *cruzeiro*, exceto em tabelas.
 Pontos cardiais, exceto quando integrando uma indicação numérica.
 Nomes de cidades, estados ou países, exceto U.R.S.S., E.U.A., êste último apenas em “cabeças” ou em seguida a um nome de cidade e estado.
 Rua, Praça, Avenida – exceto em citações completas de endereço.

PONTUAÇÃO

Vírgula: Usá-la, mesmo em título, sempre que o sentido seja dúbio e a vírgula esclareça.

Para separar vocativos, título e apelidos, quando êstes sucedam o nome.

Quando um adjunto adverbial inicia uma oração, separá-lo do que se segue com uma vírgula.

Quando uma oração terminada em verbo venha imediatamente seguida por outro verbo ou advérbio modificando verbo, separá-los por uma vírgula: “o que ser que seja, serve”, ou “o que quer que seja, não serve”.

As intercalações em geral são encerradas entre vírgulas – salvo as muito extensas, nas quais se usarão traços.

Usar vírgulas entre as partes de sentenças compostas que não se liguem por partículas de ligação.

Usá-las nas enumerações em geral. Não usá-las nas expressões numéricas escritas por extenso: “Mil e quinhentos e vinte e dois” e não “Mil, quinhentos e vinte e dois”.

Usá-las separando sucessivos adjetivos e advérbios que modifiquem a mesma palavra na frase.

Usá-las nos resultados de quaisquer pleitos: “Botafogo, 5; Vasco, 2; Milton Campos, 5,235.672; Ademar de Barros 2.321.473”

Ponto-e-vírgula: Usá-lo entre orações coordenadas não separadas por conjunções quando o uso da vírgula se preste a ambigüidades.

Em tôdas as enumerações em que haja vírgula no interior das partes enumeradas: “sr. Otávio Tirso, senhora e filhos; sr. Jacinto de Tormes e senhora”.

Para separar os concorrentes no resultado de uma disputa: Botafogo, 4; Fluminense, 1”.

Dois pontos: Usá-lo para introduzir uma citação direta.

Para introduzir uma enumeração: “Os vitoriosos foram: Botafogo, América, etc”.

Para introduzir uma resolução: “Resolve:...”

Traço: Usá-lo em tôdas as citações diretas de entrevista. Entre o nome do entrevistado e sua declaração, tôda vez que se trate de uma sucessão de entrevistas breves: “José Lira – Nada tenho a declarar”.

Em tôdas as passagens dialogadas, precedido da indicação nominal do interlocutor apenas e sempre que se trate de mais de dois interlocutores.

Usá-lo para indicar uma expressão interrompida: “Acho que -”.

Para interromper uma citação direta: “A questão – prosseguiu o entrevistado – é sobretudo...”

Para indicar intercalações mais fortes que as das simples vírgulas.

Usá-lo antes da parte final de uma oração longamente interrompida por intercalação: “As fôrças que combateram a noroeste da cidade e asseguraram a posse da mesma na luta – foram agora retiradas para a retaguarda”.

Parênteses: Evitar o parêntese. Quando usá-lo, pontuar o restante do trecho como se o parêntese e a expressão nêle contida não existissem.

Usá-lo para indicar sumariamente o partido, o Estado de um congressista, um político, etc.: “Afonso Arinos (UDN, Minas)”.

Para dar indicações explicativas estranhas ao texto de uma citação.

Usar meio parênteses: ao enumerar, com algarismos ou letras, as partes de uma enumeração: “os principais assuntos examinados foram:

1.º) o equilíbrio orçamentário”.

Ponto: Omiti-lo nas “cabeças” (substituí-lo, nesse caso, por ponto e vírgula ou por traço), nas legendas de um único período, nos milhares indicativos do ano, nas numerações de parágrafos, nos algarismos romanos, nas letras usadas em fórmulas.

Usá-lo em tôdas as abreviaturas, exceto as de instituições mais conhecidas pelas iniciais que pelo nome: SAPS, SESC.

No final de uma expressão entre parênteses, desde que esta represente um período completo: “(Outras notícias na página 5)”.

Fora do parênteses quando o período termine por uma expressão entre parênteses: “...uma vez que se tratava de morte natural (de acôrdo com a versão da Polícia)”.

Usar reticências para indicar omissão de uma matéria implicitamente citada.

Aspas: Usá-las em tôdas as citações diretas, salvo quando estas venham indicadas por traços.

Nos títulos de livros, quadros, estátuas, peças de teatro, conferências, artigos de periódicos em geral, músicas, etc. Omiti-las, porém, nos nomes de personagens, nos apelidos de pessoas, assim como no nome de animais em geral.

No comêço de cada parágrafo de uma citação, mas no fim apenas no último parágrafo.

No emprêgo de palavras em significados que não os correntes, nas gírias não incorporadas à linguagem geral, nos apelidos ou em palavras de ocasião, pela primeira vez usadas na matéria, dispensando-se as aspas nos aparecimentos subsequentes.

Incluir dentro das aspas os sinais de pontuação que pertençam à citação.

Quando se cite uma citação, usar aspas simples na citação intercalada.

Usar aspas simples igualmente nas “cabeças”.

Usar aspas sempre que o trecho citado seja composto no mesmo tipo e medida da matéria que o contém. Evitá-las quando a citação seja composta em tipo e medida especiais.

Anexo C:

ROTEIRO DE PERGUNTAS APLICADAS AOS JORNALISTAS

- Há quanto tempo trabalha no jornal?
- O que você acha da profissão de jornalista? Faria outra coisa?
- Há quanto tempo você está nesta editoria?
- O que você acha de seu trabalho?
- O que você acha do ambiente desta redação?
- Quais são seus hábitos, seus passos, aqui na redação? O que você costuma fazer aqui dentro. Detalhe seus passos.
- Você comenta com seus colegas aspectos do seu trabalho? Quais? E seus colegas comentam aspectos do trabalho deles? Quais?
- Você consulta colegas quando está realizando/produzindo de suas matérias? Em quais situações? O que pergunta?
- O que tem mais peso na realização do teu trabalho cotidiano na redação: os conselhos dos teus editores, o que aprendestes na faculdade ou na prática, ou a troca de idéias com teus colegas, o manual de redação ou outro fator?
- Há matérias que você gostaria de ter feito diferente? Por quê? E quais mudanças você faria se tivesse oportunidade?
- Há um controle de erros dentro do jornal? Como isso é feito?
- Qual é a participação do manual de redação na realização de suas atividades?
- A direção indica o uso de manual?
- Na sua opinião, o manual de redação ajuda ou atrapalha a atividade jornalística?
- Você adota o Manual de Redação?
- Na sua avaliação, dá para fazer bom jornalismo sem manual de redação?

Anexo D:

ROTEIRO DE PERGUNTAS

Mário Magalhães – ex-ombudsman do jornal Folha de S. Paulo

Qual é a importância do Manual de Redação para seu atual trabalho agora e quando você estava na redação?

Você concorda com a afirmação de que ele é uma “camisa de força” do trabalho do jornalista?

Você acha que ele é suficiente para se realizar um bom jornalismo? Senão, o que você observaria? Retiraria ou incluiria?

O que você acha do Manual de Redação da Folha?

Você concorda com a afirmação de editor de O Globo que diz que o bom jornalismo se faz transgredindo o manual? Que o Manual é apenas o ponta de partida?

Você acha que as críticas feitas pela redação ao ombudsman são justas?

Na sua avaliação, as críticas do ombudsman tem maior influência na redação ou nos leitores?

Anexo E:

ROTEIRO DE PERGUNTAS

Eduardo Martins – Organizador do Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo

Como surgiu a idéia de fazer um Manual de Redação? A FSP já tinha lançado sua segunda edição, isto não influenciou?

Como você o fez? De que forma?

Vocês tinham avaliado a penetração que o Manual alcançaria, sendo usado em várias redações e bibliotecas pelo país? Essa foi uma das estratégias?

Como foi a implantação?

Qual era sua função no jornal após a implantação?

Você acha que o Manual de Redação é importante para o jornal e para o jornalismo? Por quê?

Na sua avaliação, o MR deixou de ter a mesma função do que antes?

Como você pensou que os jornalistas se relacionariam com o Manual? Tinha alguma expectativa?

Anexo F:

ROTEIRO DE PERGUNTAS

Ana Estela de Sousa Pinto – Coordenadora do Programa de Treinamento e Seleção do jornal Folha de S. Paulo

Como funciona o processo de seleção de jornalistas para a redação do jornal Folha de S. Paulo?

O que vocês valorizam especificamente na seleção do Programa de Treinamento

Existe uma preocupação em absorver os participantes do Programa de Treinamento?

Além deste recrutamento, tem outro modelo, que é direto pela editoria. Que abre chamadas para as vagas?

É possível fazer jornalismo com qualidade, fiel ao leitor, sem manual de redação? Sem considerá-lo?

Vocês entregam um exemplar do manual para todos que entram na Folha?

Por que a Folha editou tantos manuais de redação se comparado com seus principais concorrentes.

Anexo G:

ROTEIRO DE PERGUNTAS

Francisco Ornellas – Coordenador do Curso Intensivo de Jornalismo Aplicado (Adestramento de Focas) do jornal O Estado de São Paulo

Como surgiu a idéia de realizar um curso intensivo de jornalismo aplicado?

Qual é a importância desse curso para o jornal, para o Grupo?

Onde, dentro do curso de formação, eu posso encontrar o manual de redação do Estado sendo mencionado? Em que momento desse curso, se ele aparece?

A avaliação que é feita nas matérias produzidas pelos focas, considera-se como um dos aspectos, no processo de avaliação, o manual, o cumprimento do manual?

Qual é a relação entre o Curso intensivo e o Manual?

Baseado nessas características que você está citando aleatoriamente do Manual pode-se considerar o Manual como sendo um guia?

Algumas questões aparecem como redundância no Manual. Presume-se que nenhum jornalista não vá se lembrar disto. Contudo, o manual cita tais questões. Por quê?

Anexo H:



Foto da redação do Jornal Folha de S. Paulo disponibilizada pelo site do Jornal